

opinião

nº 196

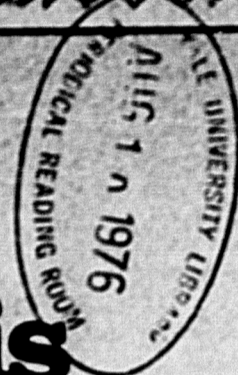
6 de agosto de 1976

Cr\$ 7,00

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

17



**O significado
das eleições municipais**

**Nara Leão,
da bossa nova à cantiga de roda**

**A Lei
das S/A e os conglomerados**

**Crise
urbana e capitalismo**

**Novas
formas de religiosidade**

**SAÚDE E
IDEOLOGIA NO TERCEIRO MUNDO**

EVIDÊNCIAS

O MDB e a mulher

O artigo 165 da Constituição Federal assegura o direito ao "descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário". Mas são frequentes os casos de mulheres que são despedidas do emprego por estarem grávidas e mesmo quando simplesmente se casam. O casamento e a gravidez vistos como fatores que reduzem a produtividade do trabalho feminino traduzem a arraigada concepção da mulher como um apêndice pessoal do homem, que lhe retira o papel social e a própria personalidade. Mas há ainda, e de forma decisiva, o peso morto em matéria de lucros que representa o descanso remunerado da empregada gestante no período do parto, embora atualmente o salário-maternidade seja pago pela Previdência Social e não mais pelas empresas.

Três projetos de lei sobre o assunto foram apresentados pelo MDB no Senado e na Câmara. O trabalho do deputado Guaçu Piteri pretende assegurar a estabilidade da gestante, proibindo sua dispensa até 60 dias após o término da licença-gestação. O texto do senador Franco Matoro concede abono de permanência no serviço à mulher assegurada pelo INPS, de 20%, a partir de 25 anos de atividade e de 25%, se prosseguir no trabalho após 30 anos de atividade. Atualmente, a Lei Orgânica da Previdência Social estabelece o abono de 20%, tanto ao homem como à mulher a partir de 30 anos de trabalho e de 25%, depois de 35 anos.

Já o senador Orestes Quêrcia apresentou ao Senado um anteprojeto pelo qual o patrão só poderá despedir a funcionária por justa causa e não pelo fato de pretender se casar, como ocorre atualmente. (Marcos Penchel)

A "volta" olímpica

A participação brasileira nos jogos olímpicos de Montreal - fraquíssima em comparação com tantos outros países - resumiu-se a umas poucas vitórias individuais: 8 bons desempenhos e apenas duas medalhas, ambas de bronze. Estas ficaram com João Carlos de Oliveira, com seus 16 metros e 90 cm no salto triplo, quase 1 metro abaixo da marca que o tornou recordista mundial da prova no último pan-americano, e com Reinald Conrad e Peter Ficker, do iatismo, na modalidade Flying Dutchman.

Mas, considerando o grande favoritismo que pesava sobre João Carlos e o fato de que o iatismo não está assim tão mal no Brasil se olharmos o seu custo, os feitos marcantes foram os de Rui da Silva e Djan Madruga, aquele classificando-se entre os oito finalistas dos 200 metros rasos e conseguindo chegar na 5ª posição com 20s 84c, e Djan participando igualmente da final dos 1 500 e dos 400 metros nado livre, colocando-se em 4º lugar nas duas disputas, com 15m 19s 84c e 3m 59s 6c respectivamente.

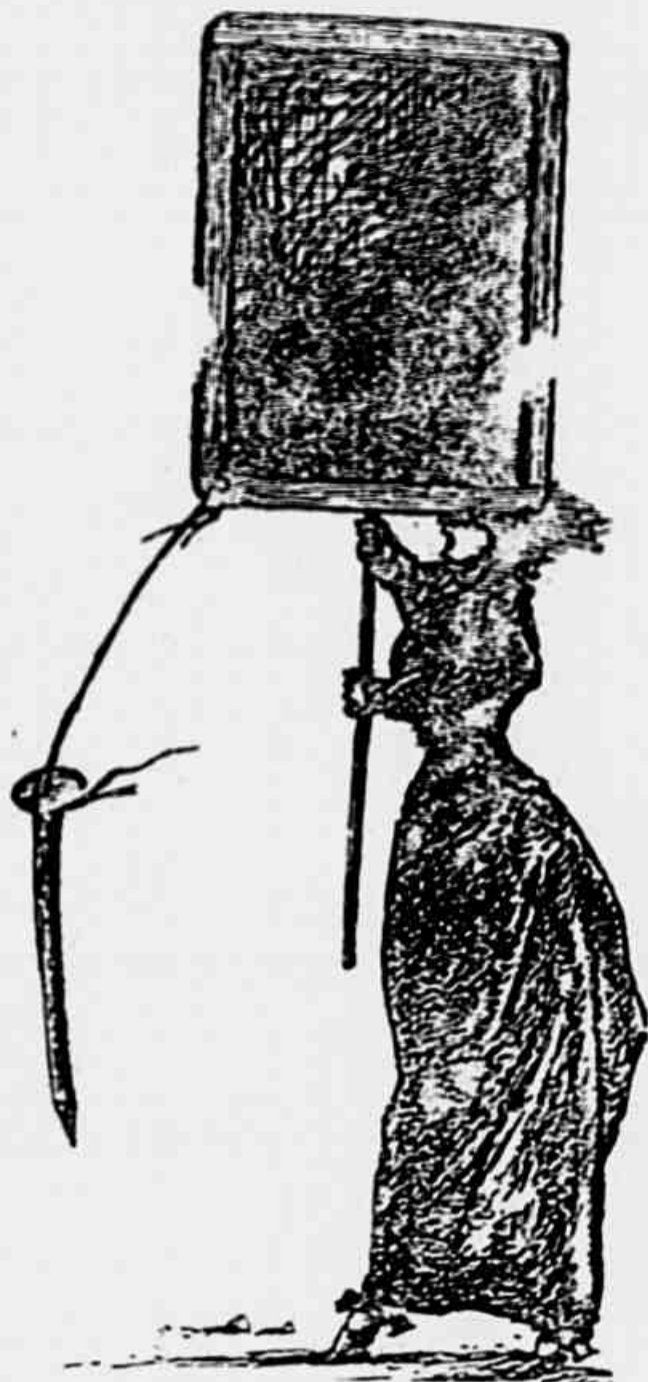
Além destes, mais três resultados satisfatórios: o 4º lugar na classificação geral obtido por Cláudio Biercack, também do iatismo, na classe Finn, o 5º lugar de João Carlos de Oliveira no salto em distância (8 metros) e o 4º lugar da jovem seleção de futebol, que ficou ime-

diatamente atrás da Alemanha Oriental, Polônia e União Soviética, os três países que levaram ao Canadá sua força máxima nesse esporte.

Assim, manteve-se o baixíssimo nível médio de resultados obtidos pelo país desde 1920, quando enviou sua primeira delegação às Olimpíadas. A diferença está na proporção entre gastos, número de atletas e desempenho. Enquanto em 1920 um grupo de apenas 21 esportistas trazia de Antuérpia 3 medalhas (ouro, prata e bronze, todas nas competições de tiro), agora um número de participantes quase quatro vezes maior (82) não ultrapassou as 2 de bronze. Em 1952, estiveram em Helsinqui 112 atletas e foram obtidas 3 medalhas: uma de ouro, com Ademar Ferreira da Silva, no salto triplo, e duas de bronze, com José Teles da Conceição, no salto em altura, e Tetsuo Okamoto, nos 1 500 metros nado livre.

Se a comparação Antuérpia-Montreal parece aplastante, o exemplo de Helsinqui tira a prova real. Com muito menos dinheiro do que os Cr\$ 19 milhões gastos desta vez - e também com muito menos dirigentes - pode-se enviar mais 30 atletas a uma Olimpíada, o que é pelo menos a diferença entre os 112 de Helsinqui e os 82 de Montreal, separadas por uma distância de 24 anos.

Que sentido teve a rigorosa seleção de atletas imposta pelo Comitê Olímpico Brasileiro? Afinal, com Cr\$ 12 milhões, também vieram de Munique quatro anos atrás apenas 2 medalhas de bronze (Nelson Prudêncio, salto triplo, e Chiaki Ishii, judô). Não seria mais importante que atletas como Conceição Geremias, esquecida em São Paulo, tivessem sido chamados, para competir, adquirir experiência, ganhar medalhas - quem sabe? - receber a justa recompensa pelo seu esforço? Para não falar da situação geral do esporte no Brasil. (Marcos Penchel)



Atendendo a pedidos

Para Otávio Cardoso, presidente interino do diretório regional da Arena do Rio Grande do Sul, a situação de seu partido é a melhor possível, não só nesse estado, como em todo o Brasil. Segundo ele a Arena deverá ser salva pelo "carisma" de Geisel, ponto de vista bastante controverso, já que parece haver consenso entre o eleitorado gaúcho que os valdres que serão julgados em novembro serão políticos, e não pessoas.

Falando na convenção arenista de Santa Maria, realizada no último dia 26, Cardoso disse que o MDB venceu em 1974 "porque o grande cavalo de batalha deles (MDB) foi a soja". Está implícito, na frase, o pensamento de que o governo, este ano, teria adotado alguma política que beneficiasse o agricultor - o que não corresponde à realidade. Além disso, vejamos o que diz um produtor de Santo Ângelo sobre a realidade da soja: em 1973 (época dos preços baixos para o produto) um agricultor precisava de 300 sacos de soja para comprar um trator. Hoje, apesar da boa colheita do produto, o agricultor precisa de mil sacos para adquirir o mesmo trator - isto sem falar nos implementos e fertilizantes, que também experimentam majorações inauditas.

Otávio Cardoso julga, ainda, que os índices alarmantes do custo de vida não representam uma influência negativa para a Arena, pois - justifica - "o povo gaúcho é politizado e sabe que a inflação não é culpa do governo, e sim um reflexo da importação da inflação dos países industrializados". Exata-

mente. Só que esse "reflexo" não é nada menos que a tônica da política adotada pelos escalões governamentais.

Comentando o fato, disse um emedebista do setor jovem metropolitano: "Se a esperança de Cardoso repousa neste jogo de palavras, teremos de modificar o refrão para mais cumprido que esperança de arenista". (Jorge Fischer Nunes)

A UFF e o aterro

A indefinição do governo Faria Lima quanto à civilização de uma área de 1 milhão e 800 mil metros quadrados do inacabado Aterro Praia Grande, em Niterói, está prejudicando a construção do campus da Universidade Federal Fluminense e seus 17 mil estudantes. O aterro, onde o ex-governador Raimundo Padilha gastou Cr\$ 30 milhões e que pretendia ser uma réplica do Aterro do Flamengo, está abandonado há um ano e três meses. Quanto ao projeto da UFF, que prevê obras de 380 mil metros quadrados no local, continua em "banho maria". Governador, secretários e assessores evitam falar no assunto, assim como a Reitoria da universidade. Enquanto isso, as áreas de Engenharia, Pesquisas, Laboratório e outras, são prejudicadas por falta de espaço: a UFF tem 3,8 metros quadrados de área construída por aluno, quando o espaço recomendado é de 7 a 8. Outro problema que prejudica a universidade é a dispersão de suas escolas, quase todas muito distantes da Reitoria. Recentemente, diante de repórteres, o prefeito de Niterói, Ronaldo Fabrício, fez críticas ao projeto do aterro, que, na sua opinião de engenheiro, contém falhas elementares. Fabrício concluiu, para os repórteres, que "o aterro é uma batata quente deixada nas mãos do governo". (Silvio Paixão)

Atendendo a pedidos

No último 18 de julho a convenção do MDB do Rio de Janeiro escolheu os 63 candidatos do partido para as eleições de novembro. No entanto, até hoje os candidatos ainda não foram registrados no Tribunal Regional Eleitoral, o que vem inibindo a campanha. Inconformado, o "chaguista" Mendes de Brito iniciou sozinho sua campanha e, em consequência, foi multado em 55 mil cruzeiros pelo TRE que ainda se disse benevolente por não cancelar sua candidatura. Nos bastidores, no entanto, circula o boato de que os próprios "chaguistas" (melhor dizendo, a cúpula da "ala Chagas Freitas") seriam responsáveis pelo atraso pois, "atendendo a pedidos", teriam aceitado retardar ao máximo o "clima eleitoral" no Rio de Janeiro. (Iza Freaza)

Não ficou sem resposta

Quando convidaram Aureliano Chaves para encerrar a exposição agro-pecuária da cidade, os fazendeiros de Governador Valadares, a 300 km de Belo Horizonte, esperavam do governador mineiro, como em todas as festas rurais, respostas para suas reivindicações de maiores créditos e assistência ao homem do campo.

Só que Aureliano preferiu falar de outro assunto, incompreensível para a maioria das pessoas que lotavam completamente as dependências do parque de exposições, à beira do rio Doce. Usando palavras cuidadosamente escolhidas, embora sem fazer citações diretas, respondeu a certas alusões que estavam no ar desde quinta-feira, dia 15 de julho, quando participou da homenagem ao general Médici, em Viçosa, pela criação do Funrural.

"Ainda existem no Brasil os pessimistas doentes, que não crendo em si mesmos, acabam por não crer nos outros, adquirendo seguinte epidemia", revelou Aureliano. Afirmou depois que "precisamos mudar alguns estilos de comportamento que, ao se tornarem rotineiros, acabam por impregnar-se no sentimento de cada um". Por último, fez distinções entre governos eufóricos e otimistas, esclarecendo que o governo Geisel é otimista, na medida em que toma consciência dos problemas e procura equacioná-los objetivamente, com certeza de que os resultados serão alcançados.



Embora tenha sido o principal anfitrião na festa de Viçosa, como governador do Estado, o homenageado não lhe dirigiu nenhuma palavra, durante cinco horas e meia que permaneceu na cidade, a não ser os cumprimentos formais no encontro e despedida, além da referência de praxe a seu nome e cargo, na saudação inicial do discurso. No almoço, Médici preferiu sentar-se ao lado de Rondon Pacheco. Esse distanciamento foi tão visível que, ao ser procurado por jornalistas para servir de intermediário para tentar uma entrevista com Médici, Aureliano respondeu: "vai ser difícil, não tenho nenhuma intimidade com ele". (Durval Guimarães)

Projeto Rondon

A 17ª Operação Regional do Projeto Rondon em Minas, iniciada em 15 de julho deste ano teve uma inovação: o convênio assinado com a EMATER (ex-ACAR Associação de Crédito e Assistência Rural) para prestar assistência a 38 municípios prioritários mineiros a partir das cidades-pólo Montes Claros, Unai, Divinópolis e Patos de Minas. No programa estavam previstos trabalhos de medicina preventiva com a vacinação em massa contra varíola e sarampo, tratamento odontológico, assistência agro-veterinária e social. Só que nenhuma das etapas pode ser cumprida. Para cada comunidade, com um mínimo de 2.500

possíveis, o Projeto Rondon enviou junto com estudantes do ciclo básico, sem nenhum tipo de formação profissional, apenas 50 doses de vacina contra sarampo e 500 contra varíola. Faltou que não se resolveu nenhum problema, aliás criou-se outro "escolher" os que seriam vacinados. Além disso, o programa previsto para ser executado em 15 dias, no final do primeiro já não tinha mais nada para fazer por absoluta falta de condição dos estudantes e falta de material. E é o próprio regulamento do Projeto quem pede a participação de alunos com pelo menos 3 anos de frequência à escola.

Se considerarmos apenas a região norte, com polo em Montes Claros, onde periodicamente epidemias de sarampo atacam a população infantil, 50 doses de vacina pode ser apenas uma justificativa para uma nova e econômica forma de se fazer turismo interno. (Dora Guimarães)

Sombra & água fresca

Em vésperas de eleições, o vereador arenista Reginaldo Pujol decide acionar o plano pró-gente, anunciando que a equipe do Demhab - Departamento Municipal de Habitação - plantará três mil e trezentas "árvores de sombra" nas vilas pobres do Grande Porto Alegre. Parece, contudo, que o problema dos habitantes não é a sombra, mas a água fresca, boicotada por DMAE & COR-SAN, além de outros problemas mais graves de estruturação urbana, como transportes, calçamento, lazer, deficit de estabelecimentos escolares e ambulatórios.

Ao mesmo tempo, em Pelotas, o prefeito arenista Ary Alcântara remove 62 famílias da Vila dos Agachados para a Vila dos Navegantes, onde já se encontram 100 outras famílias (também removidas pelo prefeito) lutando com problemas de água, esgotos, luz elétrica e transportes. Esta é a noção de progresso do prefeito arenista, já que a Vila dos Agachados foi evacuada em nome do progresso, para que ali possa ser instalada uma fábrica. (Jorge Fischer Nunes)

MDB Futebol Clube

No pequeno município de Nova Venécia (população aproximada de 40 mil pessoas) acontece semanalmente um fato inédito na política brasileira. E no esporte. Um time local, de futebol amador, se desloca da capital do município até os mais longínquos arroios da região para cumprir um calendário de jogos. Esse time não faz questão de ganhar jogo algum; pelo contrário, se sente melhor quando perde, ou empata, o que facilita a comunicação com os adversários. O time se chama MDB Futebol Clube. Foi criado, algum tempo atrás, por um inteligente advogado - Salvador Bonomo, um dos candidatos à prefeitura de Nova Venécia pelo partido de Oposição - como forma de poder falar alguma coisa com o povo fora do alcance do olho caustico de seus constantes perseguidores. Hoje, no Espírito Santo, há razão para acreditar que, ainda que involuntariamente, o time de Salvador Bonomo esteja fazendo escola. (Jorge Villar)

O significado das eleições municipais

Braz José de Araujo

Muitos brasileiros e brasileiras se perguntam hoje sobre o significado das eleições municipais. O que elas representarão dentro do atual panorama da política brasileira? Não deixa de ser conveniente algumas reflexões gerais preliminares, antes de focalizar as questões básicas ligadas ao processo de consolidação da consciência democrática em nosso país.

A contribuição dos clássicos

Nos trabalhos escritos pelos autores clássicos que influenciaram o ordenamento das instituições liberais e democráticas, nota-se, sem muita dificuldade, o quanto foram cautelosos em suas ponderações sobre o sistema eleitoral e as eleições.

Em Locke, o poder legislativo é composto de representantes eleitos pelo povo. O poder de escolher deve ser exercido pelo povo. Admite que as medidas de representação podem variar com o tempo e lugar. No entanto, não deixa de subordinar o sistema de representação às conveniências da "forma original de governo". Mesmo assim, talvez seja Locke que estabele-

constituem suas vontades. A vontade do soberano é o próprio soberano. As leis que estabelecem o sufrágio são, portanto, fundamentais nesse governo. Com efeito, aqui é tão importante regulamentar como, por quem, a quem, sobre o que os sufrágios devem ser atribuídos, quanto o é, numa monarquia, saber quem é o monarca e de que maneira deve governar. Daí se chega à concepção democrática mais avançada, segundo a qual a soberania reside no povo e os poderes dele emanam.

O próprio Montesquieu explorou as diferenças dos sistemas eleitorais, atribuindo-lhes grande importância na continuidade da democracia e sua prosperidade. Depois de uma exploração comparativa chegou à conclusão famosa e até hoje irrefutável para qualquer concepção democrática: *a lei que determina a maneira de conceder as cédulas de sufrágio é na democracia uma lei fundamental.*

Rousseau, mais ainda do que Locke e Montesquieu, preocupou-se com o sufrágio e as eleições, aspectos essenciais do que considerava de verdadeiros princípios do direito político. Não deixa de estabelecer uma relação entre sistema eleitoral e prosperidade, como também não concebe um sistema eleitoral estático. Mas, também Rousseau, evita-se detalhar uma articulação do sistema eleitoral. Para falar "da maneira de dar e recolher os votos na assembleia do povo" prefere remeter o leitor judicioso à história política de Roma, onde se encontraria a gênese dos princípios fundamentais dos diferentes sistemas eleitorais.

Também os clássicos da democracia norte-americana reafirmaram a importância do sistema eleitoral e do direito de voto como artigos fundamentais do governo republicano.

Assim, aos poucos, já na história política moderna, determinados princípios eleitorais, contrários às práticas do absolutismo, consolidam-se e incorporam-se ao ideário político da revolução francesa, de seu conteúdo histórico.

Cumprir destacar, por outro lado, como já o fizeram estudos clássicos da ciência política, que a ampliação dos direitos políticos e o aparecimento de sistemas eleitorais mais democráticos foram sempre conquistas populares, que se ampliam no século XIX. O sufrágio universal é uma conquista da revolução de 1848. Desde 1793 se conquistara o princípio de que todo ato constitucional deveria ser sancionado pelo sufrágio universal. Já os girondinos, na fase final de seu domínio, exclamavam: "O sufrágio universal é uma revolução permanente." A partir daí se desenvolvem as doutrinas restritivas do sufrágio universal e contra ele se voltam as suspeitas da razão. Abria-se o caminho para a contra-revolução absolutista. Em 1848, na França, os interesses dominantes se beneficiam do sufrágio universal; proclamam o seu fim em nome da ordem; finalmente, o sufrágio universal é restabelecido para coroar Luis

Bonaparte, benfeitor patriarcal de todas as classes.

Esse momento da história política francesa, que não deixa de revelar algumas leis universais da vida política, sempre chamou a atenção para a grande importância política do sistema eleitoral. No fundo, todas as revoluções democráticas (e contra-revoluções) colocaram em primeira ordem do dia aquilo que Montesquieu considerava fundamental: *como, por quem, a quem e sobre o que os sufrágios devem ser atribuídos, ou seja, a fundamental importância das características do sistema eleitoral para a evolução democrática de um país.*

Os grandes passos democráticos da história política universal se expressam no sistema eleitoral. Até agora, nenhuma sociedade política consolidou a democracia sem a democratização do sistema eleitoral. As lutas políticas democráticas foram lutas pelo mais amplo direito de cidadania, pelas mais amplas liberdades políticas. E as eleições sempre representaram um momento privilegiado para o debate das questões que podem, levar à estruturação, à consolidação da consciência democrática.

"O caminho democrático para nosso País depende, em grande parte, da consolidação das correntes democráticas a nível municipal"

As eleições municipais

Nesse sentido, as eleições municipais de novembro próximo se revestem de uma importância inegável. Dão continuidade local ao processo de escolha da representação parlamentar aos níveis estaduais e federal.

Se as eleições de 1974 exigiram um esforço mais geral dos partidos políticos, as eleições de 1976 exigirão a concentração dos esforços a nível local. Esse dado em si já elucida que o caminho democrático para nosso país depende, em grande parte, da consolidação das correntes democráticas a nível municipal.

Os recentes mecanismos da lei eleitoral limitaram, sem dúvida, as possibilidades de um debate político mais amplo. Em contrapartida exigirão um trabalho mais intenso de organização dos partidos políticos a nível local. Exigirão um estudo mais atento das questões locais e suas relações com questões estaduais e municipais.

Assim, o jogo político-eleitoral é imprescindível para criar e de-

envolver uma consciência e uma prática democráticas no interior dos próprios partidos políticos. Quando são internamente democráticos têm melhores condições de criar os mecanismos democráticos para a expressão dos interesses da comunidade e de suas organizações representativas.

Em um país como o nosso, ainda pouco habituado às leis iminentes da democracia, é ilusório pensar que a democratização da vida municipal se conquistará em 1976. A democracia é um processo, é um esforço permanente dos partidos políticos, dos cidadãos e suas organizações civis para reter criativamente, desenvolver com pertinência e afirmar com tranquilidade a vontade democrática em nosso país. Adiante qualquer atividade criativa para depois, adiar-se também o dia de descanso, o grande e longo domingo de congraçamento democrático da comunidade nacional brasileira.

Com essa perspectiva, não se poderia negar razão às interpretações do governo, de políticos importantes da Arena, de correntes muito representativas da opinião pública

as próximas eleições municipais são muito importantes para uma dinâmica democrática da vida política brasileira.

E claro, como já disse o poeta, que há e haverá pedras no meio do caminho. Mas que caminhos são esses onde não encontramos pedras?

Portanto, vale a pena votar. Que os brasileiros possam votar na Arena e MDB já não deixa de ser positivo. Se os brasileiros apoiam com o voto as correntes mais democráticas dos atuais partidos políticos não deixa de ser ainda mais positivo.

Interpreta-se que o aperfeiçoamento do clima de tranquilidade eleitoral, iniciado em 1974 pelo governo, poderia se refletir favoravelmente para a imagem eleitoral do partido situacionista. Tratar-se-ia de evitar iniciativas de intimidação, a utilização de meios extra-legais, a fim de cristalizar o saudável clima de tranquilidade democrática. Utilizando-se desse clima, a Arena poderia ampliar seu acesso ao eleitorado. Não se poderia negar, tal fosse o caso, a possibilidade de um aumento do crédito democrático para tal postura governamental favorável a essa dinâmica em nosso país.

E se o MDB obtiver a maioria dos votos, ganhando a Arena a maioria das prefeituras e a maioria de vereadores? Confirmar-se-iam os crescentes rumores de alterações institucionais para 1977? A confirmação será um recuo que lamentarão as correntes mais expressivas da opinião pública brasileira. Mas, nem por isso, se negaria a vontade democrática de nosso povo. A história tem mostrado que, quando a maioria de um povo consolida uma identificação com uma forma democrática de exercício do poder, dificilmente volta atrás. Ai estão os 200 anos de conquistas democráticas do povo norte-americano. E ainda não estão satisfeitos com o que já construíram.

A grande torcida democrática brasileira poderá permanecer fiel apesar da derrota. Mas, como no futebol, não basta torcer. Se assim fosse o Corinthians seria sempre campeão. Devemos todos treinar (as eleições estão aí), jogar e aperfeiçoar a grande equipe democrática brasileira. Um dia ganharemos o campeonato. E a democracia se aperfeiçoará para jamais perder o título.

As linhas básicas do discurso

Os 130 alunos de Ciências Contábeis e Administração de Empresa da Faculdade da Zona Leste de São Paulo haviam escolhido o general Garrastazu Médici como paraninfo mas, em carta datada de 19 de julho, o ex-presidente informava que mandaria um representante: "Minha escolha, recai sobre a pessoa de Mário David Andreazza, um ex-ministro de Estado, um homem integrado nos meus pensamentos, assim penso dar prova eloqüente da transcendência que empresto ao ato de lhes levar minha mensagem de paraninfo".

Até momentos antes do início da cerimônia - informa *O Estado de São Paulo* - havia dúvida sobre a autoria do discurso de Andreazza. Mas seus assessores confessaram que o ex-presidente Médici deu as linhas básicas do discurso, pedindo destaque para três mensagens: otimismo e confiança no governo; caráter social das obras da Revolução e consciência de que a empresa deve dividir com o governo as responsabilidades da maior participação dos empregados nos lucros.

No entanto, para os observadores, três aspectos diversos se destacaram em determinados trechos do discurso: importância da empresa privada no desenvolvimento nacional; veladas críticas à frieza dos números dos tecnocratas e a importância da disciplina e da autoridade no processo brasileiro.

Com efeito, na metade de seu discurso, o ex-ministro afirma:

"Buscai sempre em vosso trabalho, soluções adequadas (...) que assegurem, no Campo da Empresa Privada, a eficiência indispensável a uma crescente participação na economia do País e a um aumento de produtividade que proporcione a redução dos custos em benefício final da grande maioria, que dispõe de menor poder aquisitivo, garantindo, desta forma, a integração efetiva e dinâmica do empresariado na solução dos nossos problemas econômicos e sociais. Pois, no mundo moderno, a verdade é que o Estado não pode abrir mão da cooperação do empresariado, a que cabe, obrigatoriamente, a responsabilidade cada vez mais grave na conquista da paz social, do modo que todos os brasileiros possam conviver juntos e felizes, tanto na hora de semear como na hora de colher e, em particular, na hora de reparar".

"Mas para bem administrar desejo, ainda, lembrar-vos que em vossa faina não vos deixeis conduzir, unicamente, pela frieza dos números e conceitos técnicos. Em verdade, não podeis excluir, em momento algum, a necessidade da consideração de fatores de outra natureza que não os representados tão somente, pelos processos e métodos puramente administrativos".

"(...) De outra parte, não se poderá construir sem disciplina, já que somente ela torna realidade o respeito aos direitos de todos e cada componente da comunidade; sem autoridade, já que somente a autoridade atende à sede justiça de todo ser humano; sem o entusiasmo, que nos faz superar todas as dificuldades; sem o otimismo que reflete a fé; sem a audácia que despreza o medo, sem o arrojo, que cria e aceita mudanças e idéias novas e, mais que tudo, nada se poderá construir com a subversão da ordem que, valendo-se das liberdades democráticas e pregando o excesso de suas franquias pretende, em verdade, aniquilá-las em benefício de uns poucos".

"As eleições municipais se revestem de uma importância inegável. Dão continuidade ao processo. Portanto, vale a pena votar".

leça, pela primeira vez na ciência política, uma relação entre o sistema eleitoral arbitrário e a legitimidade do próprio legislativo: "...quando, pelo poder arbitrário de um príncipe, os eleitores ou a maneira de proceder-se à eleição ficam modificados sem o consentimento e, contrariamente ao interesse comum do povo, também fica alterado o legislativo. Pois se outros escolherem que não os que a sociedade autorizou a fazê-lo, ou por maneira diversa da que a sociedade prescreveu, os que forem assim escolhidos não constituem o poder legislativo indicado pelo povo".

Assim, desde Locke, já se pode perceber que o caminho democrático tem sido uma luta constante pela legitimidade da representação política. Um sistema despótico ou arbitrário de eleições não poderia corresponder à plena representação da vontade popular.

Montesquieu já é mais claro na importância que atribui às eleições em uma república democrática: "O povo, na democracia, é, sob alguns aspectos, o monarca; sob outros, o súdito. O povo só pode ser monarca pelos sufrágios, que

Leia e assine Opinião

A caravana da Arena (week-end político)

Paulo Vieira



Pelo menos até novembro, acabaram os pacatos fins de semana nos bairros periféricos de São Paulo.

Domingo passado, pela manhã, uma grande caravana de carros trilhava pelas ultra-poeirentas ruas sem pavimentação da Vila Carrão, Jardim Itápolis, Juazeiro, Paraguassú, Cidade Satélite, Santa Bárbara, Jardim Santa Adélia, Pirituba, buzinando e fazendo um grande alarme com fogos de artifício.

A população saía de suas casas e acenava. Os ocupantes dos carros: Cláudio Lembo, secretário dos Negócios Extraordinários da prefeitura paulista, e presidente da Comissão Executiva da Arena - SP; Naylor de Oliveira, vereador arenista e candidato à reeleição; cabos eleitorais e quase 20 presidentes de sociedades amigos de bairros. A campanha política era o objeto da execução.

Não é preciso raciocinar muito para perceber como a Arena quer tentar ganhar as eleições municipais em novembro na Capital paulista: os políticos estão cativando os dirigentes das sociedades de bairros, propondo amizade íntima, participando de festas, prometendo resolver todos os problemas das regiões visitadas. Os bairros percorridos pelos políticos neste fim de semana, por exemplo, são quase que totalmente desprovidos de águas e esgotos, rede elétrica, transportes coletivos, escolas, praças, postos de saúde, hospitais etc. etc.

Com a aproximação da data das eleições municipais, a população da periferia, angustiada com os problemas existentes em seus bairros, convidam os candidatos para examiná-los de perto e, con-

seqüentemente, oferecem seus votos.

O MDB quase não tem visitado a periferia; e a Arena não perde essas oportunidades. E, um vez visitado pelos candidatos situacionistas, o povo sente-se protegido diante das inevitáveis e enfáticas promessas dos políticos, a ponto de afirmar verbalmente não admitir a presença de representantes opositoristas em seus bairros. E essa postura é garantida pela constante "vacinação", aplicada pelos cabos eleitorais e líderes de clubes de serviços comunitários de bairro, à população.

Essa tática pode ser bem exemplificada: o último week-end político foi iniciado no bairro de Pirituba, no auditório da Escola Municipal Gabriel Prestes, cedido para a solenidade de posse do novo presidente da União Federativa das Sociedades da Região Pirituba-Perús, o cidadão Luiz Vicente Olivieiri.

O antigo presidente da sociedade é o vereador arenista Luiz Fernando Peixoto, candidato à reeleição. Peixoto convidou Cláudio Lembo para "dar uma força" à sua campanha, e Lembo, para satisfazer essa expectativa, convidou dois engenheiros da Sabesp (Wladimir Marcellus e Fuad Kotait) para que mostrassem os projetos de instalação de redes de água para Franco da Rocha e Caireiras (servidos em apenas 40%). Brasília, Jaraguá, Perús e Francisco Morato (bairros sem água). Com mapas, gráficos, dados estatísticos, os engenheiros mostraram o ambicioso plano para suprir de água as regiões citadas, até o ano 2.000! "Provavelmente, as obras serão iniciadas lá pelo fim do ano...", disseram os técnicos.

Lembo discursou, exaltando a "alegre manhã de sol", e manifestando seus sentimentos em relação aos dirigentes das sociedades de amigos de bairro: "Jamais vi egoísmo na personalidade desses autênticos lutadores; por isso, passei a querê-los bem". Terminou o discurso dizendo que o presidente Geisel compreende o povo brasileiro, salientando que os técnicos se integraram ao país: "Hoje, temos uma perfeita combinação de povo e técnicos, técnicos e governo, governo e povo..." (aplausos).

Como autênticos populistas, os políticos da Arena continuaram sua campanha; o ruidoso cortejo dirigiu-se lentamente (por causa dos imensos buracos nas ruas sem pavimentação dos bairros periféricos da zona Leste) ao Jardim Itápolis. Nas proximidades do campo de futebol do Cruzeiro de Ouro Esporte Clube, os cabos eleitorais providenciaram faixas saudando os visitantes, e cerca de 300 crianças, munidas de bandeirinhas do Brasil comemoravam a chegada da caravana política. No campo, um palanque improvisado para a campanha.

Neste local, aconteceu quase o mesmo que em Pirituba: comemorava-se a posse de um presidente de sociedade de amigos de bairro, os políticos Cláudio Lembo e Naylor de Oliveira discursaram e prometeram solucionar em curtíssimo prazo os problemas imensos dos bairros: plasticamente, a imagem do povo reunido em torno do palanque lembrava muito a época dos movimentos políticos anteriores à revolução. Com uma pequena diferença: os discursos não eram interrompidos pelos saudosos e folclóricos "muito bem!", a população reunida esta-

va com a expressão uniforme, dando a entender que aceitava tudo o que estava sendo ostensivamente prometido.

Somente a "elite" reunida no palanque, composta de cabos eleitorais e presidentes de clubes de bairro reclamava alguma coisa: Therezinha Mattar Silveira, esposa de Dionísio Batista de Silveira, presidente da Sociedade Amigos dos bairros Cidade Satélite e Santa Bárbara, desafiou os políticos: "Quero ver se as promessas serão realmente cumpridas depois das eleições". Afirmando estar com o governo, Therezinha fez os políticos anotarem tudo o que aspirava em benefício desses bairros.

Lembo, Naylor e comitiva, terminaram sua campanha no campo do Cruzeiro de Ouro dando o chute inicial de uma partida de futebol que ia começar, ao som dos instrumentos de uma escola de samba. Foram às paupérrimas sedes de outras sociedades de bairro, fizeram as mesmas promessas, justificaram-nas alegando que o orçamento da prefeitura para a cidade, em 77, não prevê a execução de obras faraônicas e sim obras para melhorar as condições dos bairros periféricos, "em especial os da zona-Leste".

Os dois políticos aceitaram o convite de um cabo eleitoral, para comer uns sanduichinhos em sua residência: lá, prometeram satisfazer todos os favores solicitados pela vizinhança (empregos etc.). Anoiteceu, pediram licença para ir embora: "vamos continuar a campanha, alguns umbandistas nos esperam num terreiro daqui do bairro; e depois temos que dar um pulinho numa igreja batista..." (Paulo Vieira)

opinião

SEU JORNAL INDEPENDENTE

Conselho de Colaboradores

Antônio Caldeia, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emilio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco C. Wolfert.

Diretor

Fernando Gasparian

Secretários

Oseas de Carvalho

Genilson Cezar de Souza

Editores

Iza Frezza, Aluizio Maranhão,

Julio Cezar Montenegro,

Pedro Luiz Velga

Pesquisa e Arquivo

Grace Dantas Mattes

Colaboradores

Ana Maria Bahiana, Argemiro Ferreira, Artur Gianotti, Agnaldo Silva, Álvaro Passanha, Antônio Cândido, Ana Maria Meneses, Alceu Amoroso Lima, Antônio Caldeia, Antônio Magalhães, Bolívar Lamounier, Beatriz Brandão, Chaim Samuel Katz, Carlos Castilho, Carlos Chagas, Carlos, Casale Laredano, Carlos Estevam, Clemons, Durval Campos Guimarães, Darcy Ribeiro, Dora Guimarães, Edgar Carone, Eduardo Ulup, Ellice Munerato, Eduardo Galeano, Elio Candotti, Fausto Macedo, Ferreira Guller, Florestan Fernandes, Fernando Pereira, Francisco C. Wolfert, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Gabriel Botaf, Heigo Trindade, Hermenegildo Sabat, Helio Marcos Doyle, Helio Silva, J. A. Guilhen de Albuquerque, Jean Claude Bernadet, José Álvaro Moisés, José Arrabal, J. Casado, José Maria Ferreira, Jaime Leão, José Castello Branco, José Carlos Avelar, José Fernandes Dias, José Honório Rodrigues, Luis Friedman, Loni Cordeiro, Luis Costa Lima, Luciano Mattes, Luciano Costa Neto, Millôr Fernandes, Mollica, Marco Aurélio Nogueira, Marcos Cirano, Marco Aurélio Borba, Marcos Ribes de Farias, Mariza, Miriam Campello, Marcus Penchal, Mackson Luis, Newton Carlos, Oscar Niemeyer, Ovidio de Abru Filha, Peicho, Paulo Fortes, Paulo Emilio Salles Gomes, Paul Singer, Paulo Sergio Markus, Percival de Souza, Paulo Vidal, Ronaldo de Brito, Rodolfo Konder, Rico, Rafael Wassermann, Regina Cella Basto, Ricardo Bueno, Sergio Augusto, Stella Perido, Sergio Lamarão, Sergio Pechman, Sergio Danilo, Sonia Garcia, Tania Coelho, Tarik de Souza, Teresa Cristina Fontes, Wilson Nunes Coutinho.

Uma publicação da Editora Inútil Ltda. Diretor: Eurico Amado. Assinatura para o Brasil: Cr\$ 350,00 a anual e Cr\$ 175,00 a semestral; para o exterior: US\$ 60 a anual e US\$ 30 a semestral. Remessa por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida. Redação: Rua Abade Ramos, 78, Jardim Botânico - Rio de Janeiro. Telefones: 248-7488 e 248-4842. Administração: 248-5328. Telex: (212) 2843. Sucursal de São Paulo: Rua Barão de Itapetininga 255 - 13º andar, conjunto 1312. Telefones: 34-2711 e 34-3582. Distribuição: Superbancas Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. - Rua Ubaldino do Amaral 42 A, Rio de Janeiro; Rua Guaranazas, 248, São Paulo. Em Paris, Opinião pode ser encontrado na Librairie Portugaise et Brésilienne (33, Rue Gay Lussac, 75005, Paris). Buenos Aires: Calle Lavalle y Florida. Montevideo: Librería Palacio - Plaza Independencia, Kiosko-18 de Julio y Cuareim. Genebra: Kiosko du Boulevard - 13, Bd Georges Favon.

Impresso na Editora Mory Ltda. Rua do Resende, 85, Rio de Janeiro.

Além da edição brasileira do LE MONDE OPINIÃO publica ainda

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

Mobral, um balanço

Sonia Mejnberg

Resultados

Três testes, com questões de quatro níveis de dificuldades foram aplicados nos alfabetizados que demonstraram melhor aproveitamento em leitura. O teste pior foi o da Escrita, e o intermediário o de Cálculo. A maior parte dos alunos - 85,3% - acertou na leitura de palavras dissilábicas e trissilábicas, 80,3% acertou na leitura de expressões, e 79,1% na leitura de pequenas frases. Mas mais da metade errou na leitura de pequenos trechos. Quatro por cento não acertou qualquer item dos testes de leitura e cálculo, subindo o índice para 16,2% no teste de escrita que tinha 18 questões.

A parte mais fácil do teste de escrita - palavras com sílabas diretas, r fraco seguido de vogal, ditongo oral e sílaba anasalada (mesa, dado, vara, ou rei) atingiu uma porcentagem de acerto de 58,6 por cento. Quando se tratou da segunda etapa - redação de uma frase ou grafia de palavras como ferro, arco, juhuha ou avião, mais da metade da classe - 58,9% - errou. Somente 38,2% venceu a terceira etapa: copiar um endereço para subscritar um envelope e grafar palavras como milho, lenha ou cravo. Resultado pior foi obtido na redação de um bilhete "ao amigo Pedro, que tem uma irmã que não sabe ler, avisando que no dia 5 do mês que vem começará outra turma do Mobral" e escrever palavras com grupo consonantal *hl* - *blanco* - que só 25,1% acertou.

O teste de cálculo, com quinze questões, teve resultado melhor 73,3% dos alunos acertaram a escrita de números, medidas de comprimento, valor e tempo: 51,6% acertaram as questões sobre medidas de comprimento, valor e tempo: 51,6% acertaram as questões sobre medidas de massa, cálculo de perímetro e número cardinais e ordinais. As operações com números inteiros só foram vencidas por pouco menos da metade da classe: 49,6% e os pequenos problemas só foram resolvidos corretamente por 44,2% ou seja, mais da metade dos alunos não soube fazer cálculos envolvendo soma, diminuição e multiplicação.

Na área rural o aproveitamento foi melhor do que na área urbana e o desempenho dos alunos não se mostrou relacionado de modo significativo à assistência do programa "Domingo Mobral" e nem com atividades no Posto Cultural.

Alfabetizadores

Além dos perfis dos municípios onde os alunos foram testados, a pesquisa permitiu traçar perfis dos alfabetizadores e alfabetizados. Os alfabetizadores são em quase sua totalidade do sexo feminino, sua média de idade é de 28 anos e sua escolarização formal muito baixa. Alguns sabem pouco mais do que os alunos. Dos 222 professores investigados 23,4% não tinham sequer terminado as quatro primeiras séries do antigo curso primário. Muito poucos tinham curso superior - apenas 0,5% - 42,3% possuía o primário completo e 10,3% o II Grau. Mais de dois terços dos professores exercem outras atividades além do ensino no Mobral, a maioria em escolas de I e II Graus, e seu salário médio é de apenas Cr\$ 130,00 mensais. A metade dos que recebem quantias fixas mensais declarou receber sempre seus salários em atraso. Para 66,2%, o

Mobral constituía a primeira experiência com ensino de adultos e o tempo médio no Movimento verificado foi de dois anos.

A baixa escolaridade e os pequenos salários não difere muito do quadro do magistério de I Grau no interior do Brasil.

Mobralenses

Que tipo de alunos procura o Mobral no Nordeste? Sua idade média é de 24 anos, predominando as mulheres nas classes urbanas e os homens nas classes rurais. Isto vem provar que nas cidades os homens freqüentam mais as escolas formais e que no campo, só agora o ensino vai atingindo os homens, não sentindo ainda as mulheres necessidade de estudo.

Embora 72,1% tenha declarado que trabalhou, só pouco mais da metade 57% dos alunos testados - percebe salários, cuja média é de Cr\$ 180,00. O salário máximo não ultrapassava, no ano passado, Cr\$ 300,00.

em inferior, enquanto 60,8% respondeu afirmativamente ao item "contentar a família", e apenas 5,1% disse que era para ter "um grupo de colegas para conversar".

Quase todos - 94,5% - demonstraram desejo em prolongar os estudos, sendo 47,1% na educação integrada (primário compacto) e 42,7% no treinamento profissional. Com respeito às profissões a maior parte dos homens afirmou que sua maior aspiração é aprender a dirigir veículos, aspiração que não deverá ser atendida pelo Mobral, que acha que com isto eles só querem é mudar de status. Serão providenciados cursos para pedreiros, agricultores e mecânicos. A maior aspiração feminina entretanto deverá ser atendida, segundo o presidente do Mobral, e serão organizados, em convênio com a LBA, cursos de bordado e costura.

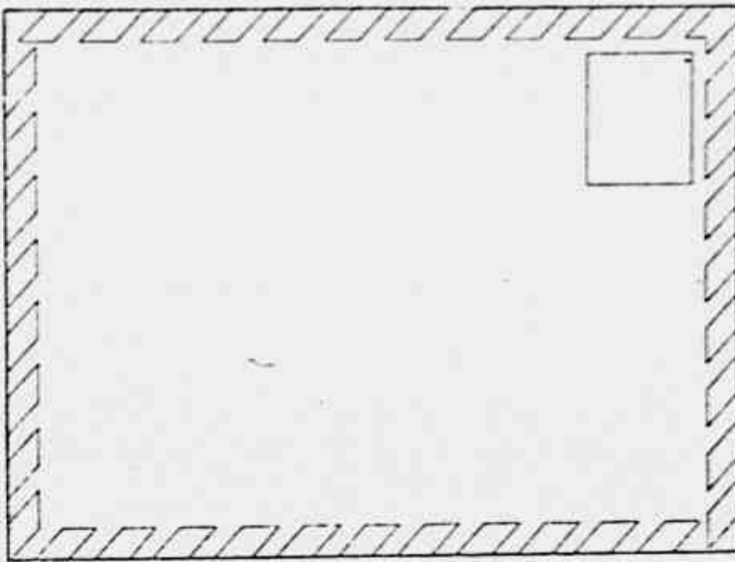
Escolas

A investigação evidenciou a situação precária das escolas com

Teste 1

José Luís dos Santos, mora na Rua Frei Gaspar, n.º 127, no bairro do Brás, em São Paulo.

Se você tivesse de mandar uma carta para ele, como escreveria no envelope?



Acerto: 44,2% Erro: 55,8%

não conseguindo por exemplo copiar um endereço para subscritar um envelope, redigir um pequeno bilhete, ou resolver problemas simples envolvendo contas de somar, diminuir e multiplicar, a pesquisa mostra as precárias condições do interior do país.

Dúvidas

Uma série de dúvidas ficam em suspenso diante das conclusões da pesquisa. A diferença de 2 740 alunos entre os declarados e os presentes em sala espantou os próprios pesquisadores que chamaram a atenção para a necessidade de um estudo mais detalhado para verificar o que está ocorrendo. Essa discrepância é um dado a ser investigado tendo em vista as constantes denúncias de fraude nas estatísticas do Movimento.

O melhor rendimento dos repetentes parece evidenciar a necessidade de um curso de alfabetização mais longo e profundo. Verificou-se que os repetentes obtiveram um melhor aproveitamento que os

e Vitória do Mearim, no Maranhão, Castelo e Piripiri, no Piauí, Boa Viagem, Camocim, Granja e São Luiz do Curu, no Ceará, Açú, Currais Novos e São Pedro, no Rio Grande do Norte, Brejo dos Santos e Cuité, na Paraíba, Bohito e Caruaru, em Pernambuco, Penedo, em Alagoas, Amparo de São Francisco, Itaporanga D'Ajuda e Maruim, em Sergipe e Paripiranga, Ramos e Riacho de Santana, na Bahia.

Os municípios estudados tinham população oscilando entre 1866 (Amparo do São Francisco - SE) a 142 653 habitantes (Caruaru - PE). Em três deles o Censo Predial de 1970 não indicava a existência de rede geral de água, de poço ou nascente. Em quatro municípios a ausência do abastecimento d'água atingia entre 50 e 60% dos domicílios como Camocim ou Caruaru. As condições de fornecimento de energia também são bastante precárias em apenas 5 deles foram obtidas percentuais superiores a 20% - Açú, Currais Novos, Penedo, Maruim e Caruaru.

Teste 2

Um hotel gasta 12 litros de leite por semana. Quantos litros gastará em 4 semanas?

Levei 56 doces para vender no mercado. Vendi 27 doces de abóbora e 21 de batata. Quantos doces sobraram?

Um quilo de farinha custa Cr\$ 1,20. Comprei 3 quilos. Dei Cr\$ 5,00 para pagar. Quanto recebi de troco?

Acerto: 38,2% Erro: 61,8%

Um terço dos alunos - a maioria residentes em municípios de receitas médias - já havia freqüentado outra escola, em época tardia, entre 10 e 12 anos, antes de entrar para o Mobral. Em 34% dos casos a escola freqüentada era particular, o que evidenciou para os pesquisadores, falhas no sistema público, que não permitiu o ingresso da criança em idade adequada e não conseguiu igualmente mantê-la por um período suficiente para um mínimo de instrução formal.

Aspirações

Escrever cartas foi o motivo que levou o maior número de alunos a se inscrever no Mobral, 82,9 por cento. O item subir na vida teve 82,2% de respostas positivas, ler jornais e revistas 81,2%, ganhar dinheiro atraiu 80,9% dos estudantes, e ajudar melhor o progresso do país 77,7 por cento. O item "precisar menos dos outros" teve 73,2% de preferência, e 66,8% declararam que tinham ido estudar para não se sen-

relação a saneamento, iluminação e construção, como na maioria das casas dos municípios estudados. As salas de aulas utilizadas pelo Mobral funcionam especialmente em estabelecimentos públicos e residências particulares (sobretudo na Zona Rural) e têm na sua maioria entre 16 e 30 alunos.

Um terço delas tem paredes de pau-a-pique e a maior parte usa lâmpada ou lamparina por não dispor de luz elétrica. As condições são muito precárias igualmente com relação a sanitários, instalação de água e esgoto. Três quartos das salas pesquisadas ficavam situadas em Zona Rural.

A pesquisa além de evidenciar discrepância entre o domínio das técnicas de leitura e escrita e número de alunos em sala e constantes das estatísticas; representa uma boa amostra da realidade de subdesenvolvimento do interior do Nordeste.

Novas formas de religiosidade

Francisco Rolim

O que pensam que a técnica e o desenvolvimento econômico tendem a diminuir a religião, no Brasil, deveriam antes refletir sobre a progressiva diversificação religiosa, nos últimos 60 anos. Ao invés de se tornar a religião ou anti-religiosa, a população brasileira, mesmo majoritariamente católica, vem se diversificando religiosamente, em suas diferentes camadas sociais. O Pentecostalismo, por exemplo, tem crescido na faixa dos mais pobres. Por sua vez, as Testemunhas de Jeová vêm acolhendo, à sombra dos seus Salões do Reino, classe baixa e classe média. E nos últimos dez anos, aí estão as religiões orientais, de origem japonesa. Penetram em todas as camadas sociais.

De 1910 até nossos dias, é inegável o progressivo aparecimento de uma variedade de grupos religiosos que vêm juntar-se aos já existentes, a saber, ao catolicismo, ao conjunto das igrejas evangélicas e ao espiritismo.

Os anos de 1909, quando Francescon fundou a igreja da Congregação Cristã no Brasil, em São Paulo, e de 1910, com a criação da Assembléia de Deus, em Belém (Pará), marcam o início de uma nova fase que eclodiu no seio do protestantismo, com a entrada dos pentecostais no cenário religioso do Brasil. Dos movimentos religiosos não católicos, o pentecostalismo é o que se reveste de maior força. As igrejas protestantes de tipo tradicional, luteranas, presbiterianas, congregacionais, metodistas, episcopais, batistas, adventistas e outras, haviam de certo modo aberto, às custas de esforços e de lutas, uma brecha no tradicionalismo católico. Sua presença significava, já, um pluralismo religioso.

O pentecostalismo vem implantar-se neste pluralismo religioso e ampliá-lo. Entretanto, estas áreas ou instâncias religiosas, vão se diversificar mais ainda com o aparecimento de outros grupos religiosos. Um deles é constituído pelas Testemunhas de Jeová, surgido no Brasil bem depois de 1910. Como os pentecostais, alegam uma fundamentação bíblica. Mas, à diferença daqueles, fazem uma leitura da Bíblia à luz de uma sistematização racional pré-estabelecida. Os outros dois são de origem japonesa e nenhum aceno fazem aos textos bíblicos. Denominam-se Mahikari e Igreja Messiânica. Surgiram entre nós, depois de 1965. Atuam mais em São Paulo, Rio de Janeiro e em alguns Estados.

Os Pentecostais

Dentre as inúmeras igrejas pentecostais existentes no Brasil, as duas primeiras e as mais numericamente expressivas, são a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil. A partir de 1955, começam a surgir dois ramos importantes, a Cruzada Nacional da Evangelização e o Brasil para Cristo. Mas começam também a aparecer outras igrejas menores.

Com base em número de templos, é possível estabelecer duas fases principais do movimento pentecostal: a) de 1910 a 1930; b) de 1930 até nossos dias.

Este começo cifra-se no recrutamento dos novos adeptos e dos dirigentes, no seio das camadas pobres da população brasileira. Funções de pastores, de anciãos, de presbíteros, de cooperadores, de evangelistas e de diáconos vão ser exercidas por convertidos saídos dos meios populares de baixos recursos. Mas estes crentes ascendem a postos de direção, não enquanto recebem uma qualificação através de um curso especializado, sim na medida em que denotam

Os pentecostais afirmam:
"Não é o homem que transforma a sociedade. Deus é quem age no mundo. A sociedade se transformará se cada um se entregar a Jesus"
As Testemunhas, por seu lado, dizem:
"Estamos fora deste mundo. Em assuntos de sociedade somos neutros".
Os males físicos e mentais são vistos numa dimensão individual e subjetiva. A solução que apresentam não é de ordem temporal.

zelo e ardor pelo crescimento de suas igrejas. De um lado, os dirigentes e demais adeptos exercem, na sociedade as profissões menos qualificadas: as de pedreiros, de trabalhadores de enxada, de motoristas, de condutores de trem, de carpinteiros, de vigias de edifícios, de balconistas etc. com a predominância de instrução primária incompleta. De outro lado, tais elementos pertencem à população local.

Tudo isso contrastava e ainda contrasta com o modelo protestante tradicionalmente adotado, que postula uma formação curricular para cargos de dirigentes. Assim, os pentecostais começam a introduzir nos primeiros 30 anos de existência uma abertura para cargos de direção e de auxiliares a indivíduos das camadas baixas.

O sistema religioso pentecostal tem uma estrutura religiosa própria, diferente da estrutura das demais igrejas evangélicas de tipo tradicional. Nela é inexistente a divisão social do trabalho religioso. Pastores, presbíteros e simples crentes, todos são produtores diretos de seus bens religiosos, fato que simbolicamente se opõe à estrutura da sociedade em que vivem. Ao nível da estrutura pentecostal, o mais importante não é ser pastor ou presbítero. O mais importante e fundamental é ser simplesmente crente, isto é, produtor direto de seus bens religiosos.

A segunda fase começa a partir de 1930. Caracteriza-se principalmente pela expansão. Até aquela data, a Assembléia de Deus havia penetrado nas Regiões Brasileiras, exceção para o Centro-Oeste. A Congregação Cristã concentrava-se mais em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Já em 1940, todos os Estados e Territórios acusam presença de igrejas da Assembléia de Deus.

Entretanto depois dos anos 60, o pentecostalismo tende a expandir-se cada vez mais. Dois outros ramos pentecostais encontram condições favoráveis à sua projeção: Cruzada Nacional da Evangelização e Brasil para Cristo. Igrejas menores se multiplicam. Esta expansão cada vez mais diversificada tende a ampliar sua penetração nos últimos dez anos. O pentecostalismo que se iniciou no final da primeira década deste século com apenas dois tipos de igrejas, conta hoje com mais de 50 modalidades de igrejas. Mas ainda, algumas igrejas batistas e presbiterianas começam a adotar o estilo pentecostal.

Não são muito precisas as estatísticas relativas aos pentecostais. Em 1970, o número de seus adeptos era em torno de

1 600 000, exprimindo 50% dos evangélicos, incluídos os luteranos. Tomando-se por base o aumento relativo do último decênio, pode-se calcular o seu efetivo atual em 2 300 000, devendo-se todavia conjecturar que tal cifra deva ser acrescida com o aparecimento de novos grupos, de que não se tem estatística. Representariam, então, 60% ou pouco mais sobre o total de evangélicos no Brasil.

O acelerado crescimento pentecostal supõe uma religiosidade anterior naqueles que a ele aderem. Convém notar, aqui, que 80% dos que se convertem ao pentecostalismo, saem do catolicismo e são portadores da religiosidade devocional. Condições sociais, ligadas às transformações em curso, desde 1930, têm favorecido o avanço pentecostal. O processo de urbanização sem industrialização correspondente, atua como condicionamento à passagem para o pentecostalismo. A imigração inter-regional, carreando contingentes humanos de áreas rurais para centros pequenos e médios e daí para centros maiores, não anula a religiosidade. Desta os migrantes são portadores.

Mas no processo de urbanização generalizada, que afeta os grandes como os centros de menor porte, através dos meios de comunicação, o devocional encontra condições de se libertar dos controles eclesiásticos como dos controles da tradição religiosa do local de origem.

Isto significa que a consciência de cada um vai se tornar, de certo modo, um centro autônomo de decisão quanto às práticas religiosas. E esta liberdade, no nível do religioso, está na base da passagem para o pentecostalismo. O indivíduo que ainda se diz católico vai decidir, a partir de sua consciência, e não mais a partir da orientação da Igreja Católica, nem da tradição em que viveu, que religião deve novamente abraçar.

É sobre indivíduos, inseridos em situações sociais concretas e portadores de uma religiosidade devocional livre, que incide a atividade proselitista pentecostal, portadora de uma mensagem concreta, Cristo Salvador e protetor. Da resposta a esta mensagem depende o sucesso do pentecostalismo. O proselitismo das diversas igrejas pentecostais tem encontrado no catolicismo popular de tipo protetor um terreno favorável à sua mensagem religiosa, também de caráter protetor.

Não é só no catolicismo que o pentecostalismo vai colher seus adeptos. Outras igrejas evangélicas e a Umbanda, delas têm saído elementos que vão engrossar as fileiras pentecostais. Mas é preciso não esquecer que atualmente o pentecostalismo conta já com uma base social de sustentação. Já se pode falar numa primeira e numa segunda geração de pentecostais. 30% dos pentecostais já se originam de famílias pentecostais.

O ponto básico e nuclear de todo este conjunto é a crença na efusão do Espírito Santo. Pregam os pentecostais que hoje se repetem os modos pelos quais o Espírito Santo se manifestou na Igreja primitiva. Vinculam a estas crenças os dons do Espírito: falar línguas estranhas e orar em línguas, profecia, interpretação de profecias, discernimento dos espíritos, cura e operar maravilhas etc. Pode acontecer que algum ramo pentecostal enfatize um dos dons, por exemplo, o de cura. É o caso do novo grupo pentecostal "Deus é Amor". Outras igrejas podem cultivá-los sem dar ênfase pronunciada a nenhum deles, assim a Assembléia de Deus. Todas entretanto têm em especial apreço o dom de orar em línguas e a espontaneidade da oração e eriam uma linguagem própria, mais gestual do que verbalizada.

Estes dons estão de certo modo orientados para o milênio, ou a segunda vinda de Cristo, que reinará com seus "eleitos", durante um período de mil anos. Neste período, satanás, princípio de todo o mal, será aprisionado e reinará paz e harmonia entre as nações.

Se a Bíblia é um ponto comum entre estes dois grupos, o modo como a encaram os diversifica. As Testemunhas tiram do Antigo Testamento a designação do seu grupo, traduzindo de modo equívoco a palavra lavé por Jeová. Se por um lado citam o Novo Testamento, não admitem a divindade de Cristo nem o Espírito Santo como uma das pessoas da Trindade. E nisto se afastam radicalmente dos pentecostais.

Enquanto a racionalidade predomina entre as Testemunhas, é a inspiração e ação do Espírito que são ressaltadas entre os pentecostais. Nos depoimentos dos adeptos de ambos os grupos, este aspecto aparece claro. José Rangel é Testemunha de Jeová: "Eu era que nem cigarro Continental. Tava em todas (religiões). Depois que estudei dois anos é que fui batizado. Não é só chegar e levantar o braço". Refere-se ao estudo que se faz nos Salões do Reino. Palmira Balbina é crente pentecostal: "Eu tava no Centro (espírita) desenvolvendo, mas não conseguia mais ir ao Centro. Uma noite tava lá e o Senhor tocou no meu coração. Eu sonhava: sou uma crente, sou uma crente... E de repente só querer ir pra igreja. A gente, tem que se converter. Não adianta só levantar a mão". Enquanto Rangel ressaltava o estudo, Palmira assinala o sonho, a sensação de que Deus lhe tocou o coração.

A conversão que ambos reclamam, vem por caminhos diferentes. Há, todavia, um outro aspecto interessante. Como os demais pentecostais, Palmira só admite dois caminhos, o da perdição que tem origem no demônio, e o da salvação que repousa na igreja do Espírito. Rangel entende que o bom caminho é "fazer o bem e pregar o reino de Deus".

Os pentecostais afirmam: "não é o homem que transforma a sociedade. Deus é quem age no mundo. A sociedade se transformará se cada um se entregar a Jesus". As Testemunhas por seu lado dizem: "as Testemunhas estão fora deste mundo. Em assuntos de sociedade se mantêm neutros". Uns e outros, entretanto, tendem a ser bons cidadãos, respeitadores da ordem e da autoridade. "Pagamos impostos", declaram as Testemunhas. Mas, para estas, a obediência à lei da sociedade é praticada desde que não se oponha à Lei de Jeová. Assim, os jovens se recusam a ir para o serviço militar. Como também não se aceita transfusão de sangue. Mesmo em caso de morte. Tanto uns como outros entraram para seus respectivos credos, tomando como ponto de partida uma visão individual da vida em sociedade.

Assim, os males físicos e mentais são vistos numa dimensão individual e subjetiva: esta doença, este mal-estar, esta dificuldade que me afligem. Mas a solução que apresentam não é de ordem temporal. Cristo cura e resolve estes problemas, dizem os pentecostais. "Tornando-te Testemunha de Jeová, Deus te salvará, pois que o mundo já tem data marcada para acabar, dizem as Testemunhas. Ambos os grupos não estão interessados na ordem social e sim numa ordem que será instaurada por Deus, onde não descerá o espectro da miséria e da fome. Vivem numa situação concreta, neste mundo, mas apelam para uma ordem intemporal como solução das dificuldades temporais.

A estes grupos em franco crescimento devemos acrescentar outros, também se desenvolvendo com relativa rapidez, mas que não têm a Bíblia como ponto de apoio. A religião Mahikari apela para a crença nas forças da natureza, espalhadas ao redor de nós. A Igreja Messiânica apregoa a eficácia da luz divina, transmitida através do jorhei, gesto tido como cultural, e individualmente feito, utilizando-se um objeto recebido como sagrado, o ohicari. O dojô da Igreja Mahikari e o jorhei da Messiânica exprimem comportamentos aceitos como tipos de culto individual, pelos quais alguns adeptos transmitem a qualquer pessoa luz divina e força cósmica.

Ambas as igrejas não parecem revestir-se de aspectos sectários, como os pentecostais e as Testemunhas. Não combatem nenhuma religião. Indivíduos das mais diversas religiões podem frequentar os templos destas religiões japonesas. Assim, ao lado de um grupo que pertence aos quadros de organização e que ministram o jorhei ou o jodô, existe um número enorme de frequentadores que acorrem a estes templos em busca de lenitivo para os seus males.

O desenvolvimento destas religiões japonesas, entre nós, nos últimos dez anos, prende-se de um lado à ausência de normas restritivas à filiação religiosa, à liberdade que é dada aos frequentadores e ao caráter fundamentalmente protetor. Esta busca de proteção, seja através do "okiyomo", seja através do jorhei, mesmo a proteção sob a forma disfarçada de equilíbrio psíquico, mas principalmente com o objetivo de alívio a males corporais, está na base de frequência cada vez maior de assistentes.

"Já estava intoxicada pelas drogas..."

Mahikari, seita japonesa que fundou o seu primeiro templo no Brasil há dois anos atrás. Aqui conseguiu 2.150 adeptos, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Seu templo no Rio fica na Rua Voluntários da Pátria, 190, casa 8.

Gostaria de poder relatar tudo que se passou comigo desde que encontrei Mahikari, mas isso seria difícil, uma vez que simples palavras são, às vezes, insuficientes para transmitir nossos sentimentos mais profundos.

Em meados de abril de 1975, meu mundo era gelado, sem alegrias, sem esperança. Sentia que meu problema era espiritual, pois tinha a nítida sensação de que algo que eu não via estava tomando conta de mim, a ponto de perder totalmente o controle das minhas atitudes. Esta força invisível induzia-me a fazer coisas impressionantes, coisas que eu tinha certeza, não era eu que fazia. Todos acharam que era um caso para um psiquiatra, um analista, mas eu não queria me envolver nisso. Comecei então a procurar outro caminho, um caminho espiritual.

Fui a diversos lugares que me indicaram, freqüentei inúmeras seitas, mas, na maioria dos casos, eu saía pior. Buscava desesperadamente um caminho puro, elevado, onde eu mesma pudesse sentir a veracidade dos ensinamentos sem que ninguém tivesse que me convencer mas não o encontrei. Decepção-me com as religiões, com as seitas e comecei a procurar as drogas como uma fuga, ou como tentativa de encontrar uma direção. Nessa altura, eu já estava bem pior. Queria morrer, sumir, ir a outro planeta, fugir de mim mesma. As pessoas não me entendiam, eu não entendia as pessoas. Esse sofrimento, essa angústia, fizeram-me desejar a morte. Eu tinha voltado as costas a Deus. Comecei a me consultar com um psiquiatra tido como excelente, no entanto, sua terapêutica consistia em choques elétricos no cérebro, numa tentativa de me fazer voltar ao estado normal. Normal, hein! Deus me livre!

Já me encontrava bastante intoxicada por drogas, portanto, um tratamento psiquiátrico à base de narcóticos, só poderia agravar meu estado e facilitar a ação de algum espírito encostado. Quando eu dizia ao analista que sentia a presença de um ser invisível que queria me dominar, ele me achava mais louca ainda. Uma vez estava esperando ser atendida numa clínica, quando comecei a conversar com uma das clientes. Disse-lhe que não estava acreditando na eficácia do tratamento. Ela me falou, então, sobre o dojô do Mahikari, sobre o processo de limpeza do corpo espiritual, astral e físico. Mais tarde compreendi que essa pessoa havia sido colocada por Deus em minha vida.

Na primeira vez que fui ao dojô receber "okiyomo" quis sair de lá correndo. Será que esta força invisível está me impedindo de voltar? — pensei. Eu precisava voltar e voltei, só que desta vez eu não conseguia sair do dojô após o "okiyomo". Queria a todo custo receber outra purificação. Um dia quando cheguei em casa, deparei com uma coisa que me deixou triste. As três rosas que havia colhido na Igreja Bom Jesus do Porto das Caixas estavam no lixo, totalmente murchas. Mesmo assim, resolvi pegá-las e colocá-las de volta no vaso. No dia seguinte quando voltei do templo, presenciei o que se pode chamar de verdadeiro milagre. As rosas que já não viviam, estavam ali, renascidas. Eram as rosas mais lindas que eu já tinha visto em toda a minha vida!

Por isso, gostaria de mandar uma mensagem a todos, principalmente aos jovens: saibam que quanto maior é a descida, maior é a subida, portanto em nenhum momento, desanimem. Meu grande sonho é que todos os seres humanos possam enxergar a realidade do Mahikari e não apenas uma minoria. Mais do que nunca chegou a hora, minha gente, em que devemos nos unir, mas nos unir mesmo e lutar pela salvação da humanidade. Precisamos preparar o terreno para a nova civilização espiritual que se aproxima. Portanto,

vamos todos dar as mãos e seguir em frente com coragem. Meu pai Su, agradeço-Te eternamente. (Depoimento de Elvira Kay Jordão Pereira, 26 anos, à revista Mahikari).

"Agora fecho os olhos e converso com Jesus"

O Pentecostalismo é uma subdivisão da religião protestante. Sua base está no dogma da Santíssima Trindade, na interpretação literal das metáforas da Bíblia, o Livro Único, onde estão as respostas de Deus para todas as coisas. Eles esperam a chegada do Reino de Deus na terra e acreditam em curas milagrosas. Qualquer pessoa pode ser líder espiritual das comunidades pentecostais: basta conhecer a Bíblia a fundo e conseguir se impor dentro da Congregação. Os fiéis participam dos cultos, que são fixos e pouco elaborados, através de cantos e orações coletivas.

O Pentecostalismo existe no Brasil desde 1910, mas começou a tomar vulto a partir da década de 60. Hoje conta com quase 3 milhões de seguidores, e no ano 2.000, se continuarem os atuais índices de crescimento, será a religião de 20% dos brasileiros. Existem dezenas de seitas pentecostais, e as mais importantes são: Brasil para Cristo, Congregação Cristã e Assembleia de Deus.

Palmira Balbina de Jesus Otávio, negra, 63 anos, passadeira, moradora na Cruzada São Sebastião, crente da Assembleia de Deus: "Eu era católica e ia a uma porção de macumbas. Quando meu marido se separou de mim, uma amiga disse pra eu ir à macumba, pra ver se ele dava ao menos o pão das crianças. Nem isso. Eu tava no Centro desenvolvendo, mas não conseguia mais ir ao Centro. Uma noite tava lá e o Senhor tocou no meu coração. Eu sonhava: Sou uma crente, sou uma crente! E olha que antes eu não queria nem saber dos crentes. E de repente eu só queria ir para a Igreja levantar a minha mão. A gente tem que se converter, não adianta só levantar a mão. Agora fecho o olho e converso com Deus. E depois, o batismo do Espírito Santo! Uma sensação esquisita, um gozado bom a heiss!"

"O Centro de Umbanda diz que é bom, mas é o abismo. Desejar mal para o próximo, isso é maldade. Depois, esta história de muitos caminhos não existe. Só temos dois caminhos: o da perdição e o da salvação, o do Céu e o do Inferno. Depois que entrei no Evangelho já botaram até meu nome no cemitério, mas não me derrubaram. Pode fazer o que quiser que chega na

DEPOIMENTOS

porta e não entra. Quando não era crente, andava sempre em cima da cama, sempre doente. Depois tudo mudou. Tava com 63 anos, lava roupa, paga o meu Zimmo (tava paga à Igreja e que corresponde a 10% do salário de cada um) Cr\$ 100,00 por mês, sobra dinheiro. A minha vida se tornou feliz com Jesus."

"Nossa carne é que faz o pecado. A alma e a carne estão sempre em briga. Não posso fumar, não posso beber. Outro dia fui com a minha filha num parque de diversões, ver aquelas coisas rodando, rodando, voltei pra trás depressa. A pessoa se sente mal. Pra ir a festas tem que saber qual é. A minha filha casou no católico e eu não entrei, fiquei na porta olhando."

"Com testemunha de Jeová, a gente não gosta nem que fale. Quando eles chegam na porta não é nem pra dar conversa pra eles. Tem muitos da Assembleia que passam pro lado deles. Eles dizem que não, mas fazem as coisas às escondidas." (depoimento a Paulo Fortes)

"Eu era como cigarro continental. Tava em todas"

A seita das Testemunhas de Jeová é a principal concorrente da Assembleia de Deus, em termos de conquista de novos crentes. Como os pentecostais eles esperavam a volta de Cristo. Mas, para eles, esta volta está determinada "no tempo" e nisto eles diferem dos pentecostais. Números na Bíblia, servem de base para este cálculo. Toda a vida dos crentes passa a ser conduzida pela interpretação literal das palavras do Livro Sagrado. Eles não se consideram Protestantes, pois a sua fé se baseia essencialmente no "conhecimento da Bíblia e da Razão, dada por Deus aos homens", enquanto no protestantismo, a fé "se baseia no ardor".

A seita das Testemunhas de Jeová existe no Brasil desde o começo do século, e deve contar hoje com um grande número de seguidores, mas não alcançam os pentecostais que hoje atingem 2 milhões e meio. Existem, em todo o país, 40 mil templos, chamados "Salões do Reino".

José Rangel, estivador aposentado, 68 anos, morador da Cruzada São Sebastião é Testemunha de Jeová: "Eu era como nem cigarro Continental, tava em todas. Depois, por intermédio de um parente, me apresenta-

ram numa palestra o nome de Deus na Bíblia. As testemunhas vêm de Abraão, Isaac e Jacó, hoje são os judeus e gentios, não são os que estão convertendo lá não, derramando o sangue do povo sem saber porque. Depois de ter estado dois anos e que fui batizado. Não é só chegar lá e levantar o braço, é a perseverança que traz a fé."

"Ser Testemunha é andar de acordo com a Lei. Examinando a Bíblia sabemos o que agrada e o que não agrada a Deus. As Testemunhas não é uma religião, é uma escola bíblica, é o único povo da Terra que entende a Bíblia as profecias e os mistérios. Deus não vai acabar com o mundo, o que vai acontecer é a mudança do governo dos homens para o governo de Deus."

"Melhorei espiritualmente. Materialmente a gente sempre tem atribulações, mas a fé faz a gente ir em frente. A obra é fazer o bem e pregar o reino de Deus. Fazer parte de uma religião que Deus não aprova é perder tempo. Tenho certeza que a única que Deus aprova é a Testemunhas de Jeová. A Bíblia mesmo diz que tem religião por aí que cheira que nem carne podre no sol quente. Principalmente estas que andam por aí pondo galinha na esquina em vez de comer."

"Nós não temos dizimo nem coleta. O que a mão direita faz a esquerda não sabe. A gente dá sem falar, o que poder. Quando não pode deixa pra trás, que no Salão tem todo o tipo de gente. Estudamos sempre para impedir as coisas mundanas de incutir na nossa mente. As reuniões são uma vez por semana, quem dirige é o Superintendente que faz didatismo."

"O paraíso é na Terra. Eles pensam que é no céu. Foi perdido e será recuperado. Já imaginou que coisa boa, não ficar velho que nem eu e minha velha?"

"As Testemunhas são fora deste mundo. Como Jesus. Em assuntos políticos se mantêm neutros. Somos bons cidadãos, pagamos impostos. O governo deve manter a Lei e a Ordem." (depoimento a Laura Viveiros de Castro).

"Deus é muito liberal. Só quer um pouco de atenção"

A Igreja Batista de Jacarepaguá foi fundada no dia 11 de novembro de 1922 e tem atualmente 400 membros. Segundo o pastor Benjamim, a diferença entre as igrejas batistas e as pentecostais está no governo

da Igreja. A Igreja Batista se considera democrática, pois todas as decisões são tomadas em Assembleia. Na Igreja Batista há um número indefinido de membros que decide e que leva as decisões para a Assembleia tomar conhecimento. No Brasil existem 490.000 crentes distribuídos em 2.700 Igrejas Batistas.

A apostila 3 do Curso "Crescer na Graça", distribuída para os fiéis define o que seja uma Igreja Batista: "Igreja Batista é uma congregação, uma reunião de pessoas que se arrependem de seus pecados, crêem em Jesus Cristo como seu Salvador e foram batizadas bíblicamente. Existem milhares de igrejas batistas no Brasil e todas elas são autônomas e democráticas, não estando subordinadas a nenhuma autoridade humana, mas obedecendo exclusiva e diretamente a Jesus Cristo através da Bíblia."

Leila Fonseca do Amaral, 17 anos, estudante secundária, participante do "Grupo Jovem" da Igreja:

"Meus pais são crentes, aí eu fui acompanhando aquele ritmo de vida. Eu gostei, pois poderia ter saído. Acho que tenho comunhão com Cristo, gosto do que faço aqui dentro."

"A minha fé já melhorou muita coisa. Eu sigo um Deus vivo, um Deus real, que já modificou muito a minha vida material. O que eu quero, o que seja da vontade dele, realmente ele me dá. Melhorou e vai melhorar porque eu confio nele e porque ele é muito vivo em mim."

A minha religião nunca exigiu nada de mim porque Deus é muito liberal. As coisas que eu acho que não é uma legal (beber, fumar) eu não faço, porque eu sei (e todo mundo sabe) que vão estragar a minha vida. Deus só quer um pouco de atenção, um pouco de amor de falar mais do que ele quer, dos mandamentos dele, ensinar mais e agir. Agir e mostrar ao mundo como ele é real e como existe em cada um de nós."

Eu espero a salvação, porque eu creio que ele morreu para me salvar e quando eu morrer eu vou estar junto com ele e não vou ficar mais nessa vida de tormento. Eu espero a salvação e que um dia eu tenha um lugar legal para mim."

Antonieta Garcia de Araújo, 56 anos, casada, doméstica:

"Não fui eu quem escolheu a fé. Porque Deus disse: Não foste vós que me escolhestes, mas eu que escolhi a vós. Então foi Jesus quem me escolheu."

A minha crença melhorou a minha vida, me tirando, por exemplo, do pecado. A pessoa quando não é crente, não é convertida, vive no mundo (não que o mundo seja mau) mas a gente pratica muitas coisas... Depois que a gente se torna crente se transforma numa nova criatura.

Ele não exige nada de mim. Agora, a única coisa que exige é a obediência, somente. E crer. Jesus Cristo disse: crê em mim e será salvo. Então só se exige que o crente creia em Jesus como o salvador e em Deus como único Deus verdadeiro que é.

Eu espero a vida eterna. Eu espero depois dessa vida, quando eu morrer, ir gozar nos céus. Só espero a eternidade. Porque aqui no mundo eu já tenho a salvação, já estou com Cristo. Então a minha esperança é gozar com Cristo na eternidade."

(depoimento a Leny Cordeiro)

Deus é amor

Não fossem as imensas letras vermelhas pregadas na fachada do prédio, o templo poderia ser confundido com um grande galpão industrial, como aquele depósito de cervejas da Brahma, à sua direita. Aí funciona, na avenida Amazonas 410, a igreja "Deus é amor", do missionário Davi Miranda, com três reuniões diárias.

Como o próprio missionário diz em suas pregações no rádio, as seções são assistidas por verdadeiras multidões. Quinta-feira passada, por exemplo, mais de quinhentas pessoas estavam lá, com os olhos pregados no fundo do galpão, onde um missionário repetia sempre as mesmas palavras, do alto de um palco muito iluminado: "sabe porque vocês estão infelizes? porque desobedeceram a Deus. Quem desobedece a Deus não é feliz, não consegue emprego, é doente. Vocês querem se libertar da doença?" o auditório grita que sim. "Então vocês têm de obedecer a Deus. Todo mundo que deseja se livrar do pecado, levante sua bíblia bem alto". Todos levantam a bíblia, comprada ali mesmo.

Enquanto o pregador gritava e os fiéis respondiam "Aleluia" ou "Amém", cinco ou seis missionários todos de terno escuro e

com uma fitinha identificadora na lapela, se encarregavam de manter a ordem no salão. Mulheres de um lado, homens de outro, ninguém pode invadir o corredor central, onde uma pilastra é a única referência pois não há bancos suficientes e quase todos ficam em pé o tempo inteiro. Mas não demonstram o mínimo sinal de cansaço.

No dia 18 de fevereiro deste ano Davi Miranda programou uma grande concentração pública em Belo Horizonte. Era um domingo de muito sol, e embora a sua apresentação estivesse marcada para quatro da tarde, desde as duas não havia mais lugar perto do palanque, armado na praça dos Inconfidentes, um lugar descampado no elegante bairro de Lourdes. Quando ele começou a falar, a praça estava completamente tomada, principalmente de doentes, enfermos e entevados. Dez minutos depois, formou-se um pânico, correrias e gritos de pessoas que não podiam se mover.

Foi esse o saldo da sua pregação: a) o palanque ruído sobre crianças e velhos, que foram pisoteados; b) a Praça dos Inconfidentes com jardins projetados por Burtel Marx, considerado um dos mais caros do País, foi completa-

mente destruído, a grama foi esmagada, terra revolvida e as plantas arrancadas "para serem benzedas" pelo missionário. Mais de 50 árvores de quatro anos de idade foram arrancadas e desgalhadas; c) a igreja de Nossa Senhora de Fátima, construída na Praça, também teve seu prejuízo: o telhado foi todo quebrado e o sino foi roubado (d) até no outro dia, o corpo de um homem de uns 50 anos que morreu no local por insuficiência cardíaca aguardava identificação no Instituto de Medicina Legal.

Depois de dispersada a aglomeração pela Polícia Militar, o missionário Davi Miranda foi conduzido ao DOPS. Lá foi ouvido e indicado juntamente com mais dois missionários cujos nomes não foram divulgados. Segundo o jornal *De Fato* de Belo Horizonte, os agentes do DOPS apreenderam em poder do missionário a quantia de Cr\$40.122,85 de contribuições feitas na Praça. Desta quantia, 37.000 eram em notas de um cruzeiro. Um mês depois, numa mesma pregação de Davi Miranda morreram 17 pessoas em Niterói. Apesar dessas mortes, ele continua enviando seus programas para a Rádio Inconfidência, emissora oficial do governo de Minas Gerais. (Durval Guimarães)

opinião no exterior

Francia
Librerie Portugaise et
Brasilienne 33, Rue Gay
Lussac — 75005 — Paris

Suiza
Kiosque du Boulevard
13 Bd Georges Favon
1204 — Geneve

Argentina
Calle Lavalle y Florida
Buenos Aires

Uruguai
Libreria Palacio — Plaza
Independencia, Kiosko —
18 de Junho y Cuareim

A religião como alternativa

Durval Guimarães

No meio a tantos movimentos, autores, idéias e comportamentos que acabaram virando moda no meio universitário, a umbanda também chegou à universidade mineira, com suas velas, atabaques, orações, cantos e santos baixando em salas de aulas. Entrou pelo hall principal, conduzida por psicanalistas e outros professores com bagagem de muitos diplomas e que utilizavam os pais-de-santo não só como objeto de pesquisas mas como conselheiros de seus próprios problemas afetivos.

No meio do grupo, que naquela noite de sexta-feira lotava a tenda do pai-de-santo Miguel Ângelo Rosário, funcionário público aposentado, morador na favela "Cabeça de Porco", estavam alguns doutores que comiam com suas mãos brancas e desajeitadas (rapidamente imitados por assistentes e alunos) o feijão roxinho oferecido a alguma divindade. A partir de então, Miguel Ângelo, ou Miguel dos Búzios, como era conhecido pelas suas visões do futuro vendo conchas do mar, tornou-se figura famosa no meio universitário, autor de conferências e apostilas, além de exibições itinerantes de umbanda e outras formas de magia em salas de aula.

Agora, quase três anos depois, quando os ventos da moda passaram a hafejar em outras direções, essa precária celebridade trouxe mais problemas que vantagens a Miguel. Homem simples, voltado para os problemas da sua favela e de sua numerosa família, aquela intensa movimentação de professores e estudantes, que a princípio lhe envidou, acabou afastando a clientela habitual. Por último, preocupado em manusear a linguagem científica que viu na escola, estaria também perdendo essa intimidade com o futuro e a credibilidade perante seus frequentadores.

Modismo à parte, o misticismo religioso tem experimentado um crescimento extraordinário na região da grande Belo Horizonte, contrariando as ferrenhas tradições católicas de Minas, edificadas durante a fundação da província, visível nas maravilhosas igrejas de Ouro Preto e outras cidades coloniais mineiras. No bairro de São Bernardo, a meio caminho entre Belo Horizonte e Santa Luzia, onde não existe água encanada nem esgoto, brotaram 16 igrejas pentecostais, uma testemunha de Jeová e quatro terreiros de umbanda. Há templos que funcio-

nam em armazéns, como a igreja evangélica "Povo de Deus".

O missionário Daniel Jerônimo, da "Igreja Universal dos Remidos".

Quais as causas desse grande crescimento da religiosidade no meio do povo? O apelo

é exatamente esse - "minha igreja é o Pronto Socorro de Jesus" - e através dele milhares de pessoas têm chegado a seus cultos.

Segundo o professor Alberto Antoniazzi, do Instituto de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Minas, o fenômeno da religiosidade popular e de um certo despertar religioso na classe média ou superior é complexo e não pode ser explicado como resultado de uma única causa, mas de um conjunto de fatores diversos, a que ele se verifica tanto dentro do catolicismo, como fora dele. "No conjunto, mesmo se aparece um certo aumento dos pentecostais e de alguns grupos espíritas (mais umbanda que espiritismo cardeista, que me parece relativamente em recuo), o catolicismo continua sendo, de fato, o fenômeno religioso central e determinante. Esta predominância do catolicismo se manifesta não só no

fato muito conhecido que muito espírita se declara "católico", mas também numa relação real - visível aos olhos do pesquisador, mas nem sempre aos olhos do observador superficial - entre catolicismo popular e pentecostalismo. Mesmo que o pentecostal negue ser católico e até condene o catolicismo como heresia ou corrupção da religião verdadeira, na realidade o pesquisador não pode ignorar que a grande maioria dos pentecostais são católicos convertidos e que as mesmas estruturas psicoreligiosas do catolicismo popular estão presentes com conteúdo diverso, no pentecostalismo (por ex: a Bíblia é tratada no pentecostalismo assim como a imagem do santo no catolicismo do povo).

Essas observações, segundo Antoniazzi, podem ser tomadas como ponto de partida para discutir o problema das causas do despertar da religião. "Alguns sociólogos procuram, justamente, os fatores determinantes nas estruturas sociais. Porém, este ponto de vista arrisca de restar unilateral (e, no fundo, falso), se não leva em conta outros fatores. Um primeiro fator é exatamente a tradição religiosa peculiar própria do povo brasileiro. Sem contar com esse

dado, não teríamos simplesmente pela estrutura social e pelas mudanças sociais de hoje - a situação religiosa que temos.

Um segundo fator, segundo Antoniazzi, é o psico-social. "Entendo dizer: é preciso entender melhor os mecanismos psicológicos da "socialização" do povo brasileiro, para compreender como a religião se torna importante na vida do indivíduo. Penso, por exemplo, nos estudos de um colega de S. Paulo, Edênio Valles, que pesquisa atualmente a hipótese de uma "socialização" primária, feita pela família, carregada de elementos religiosos tradicionais, em oposição a uma socialização secundária, feita pela Igreja e pelas escolas católicas, de âmbito mais limitado. A primeira atingiria quase todos os brasileiros; a segunda, só uma minoria (a que está ligada ao catolicismo "oficial"). E a primeira seria, geralmente, mais profunda que a segunda, tanto que - em momentos de crise - a segunda cai e reaparece a primeira como determinante.

Para Antoniazzi, a análise sociológica deveria ser multidimensional e não deveria se esgotar rapidamente no estudo das tipologias religiosas ou na análise da função religiosa.

Entre os anunciantes da Rádio Inconfidência, a mais pontente de Minas e a terceira do Brasil, estão praticamente toda a indústria automobilística, marcas famosas de cigarros, bebidas e o varejo da cidade. Mas entre seus clientes, o melhor exemplo de frequência, de programação e pontualidade de pagamento é o misterioso missionário Davi Miranda, com seu programa "A Voz da Libertação".

Embora nunca tenha sido visto na emissora (seus programas vêm gravados de S. Paulo) no dia primeiro de cada mês ele paga invariavelmente os Cr\$30 mil correspondentes ao mês inteiro (cada programa sai a Cr\$ 1 mil cruzeiros). Seu programa vai das 5h40 da manhã até às 6h10, e segundo um alto funcionário da rádio, esse é o horário preferido pelos missionários, pois é exatamente quando os trabalhadores estão se despertando para o trabalho.

Gravado em carretéis de fita, em São Paulo, o programa de Davi Miranda é retransmitido pela Inconfidência em suas ondas médias, que cobrem toda a região de Belo Horizonte (cerca de 1.800 mil habitantes), pela FM e pelas ondas curtas de 31 e 18 metros, sendo esta última ouvida no mundo inteiro. A maior parte do seu programa é usada em entrevistas a pessoas que teriam sido operadas e curadas em seus cultos, pregações ou simplesmente ouvindo os discos com suas orações.

Aqui, a transcrição do seu programa de quinta-feira passada (D G)

Abertura: Breves acordes musicais de uma guarânia. O volume é abaixado, entra uma voz feminina.

Locutora: Neste instante vamos ouvir lindos testemunhos de cura, para glória e triunfo de Nosso Senhor (breves acordes da guarânia. Uma dupla capira canta "quem cre em mim, em lindas moradas vão descansar")

Locutora: Como a irmã se chama?

- Iraci Mariano Vicente.

Locutora: De que a senhora sofre?

- Andava sofrendo de pressão alta. Horrível mesmo. Eu vivia só

"A voz da libertação"

no doutor. Ai escutei na rádio Universo que o pastor Davi Miranda estava pregando, ele ia fazer uma oração grande no dia 17 de novembro. Dai eu fui, fui lá na praça dr. João Cândido. Desse dia em diante nunca mais tomei comprimidos pra nada, minha pressão ficou boa. Comprei um disquinho daqueles "A voz da Libertação" - tenho ele em casa, tenho recebido muitas bênçãos.

Tem um menino meu que ficou doente de domingo pra segunda à noite todinha. Dei tudo que era remédio, não parou de vomitar". Fiz o disco rodar, dei água pra ele, ele não vomitou mais. Foi o remédio.

Locutora: A senhora era enferma há quantos anos?

- Eu tinha 10 anos, fazendo tratamento nas clínicas aqui em Curitiba. Enjoei de fazer tratamento.

Locutora: Onde a senhora mora?

- Moro na Vila Guarani, rua 5, sem número.

Locutora: Honra a Jesus por grandes milagres contada por nossa irmã, recebidos na Igreja "Deus é amor" (ela faz outra entrevista, rapidamente)

Locutora: Como a irmã se chama?

- Messias Bonfim Borges (Apesar do nome é mulher quem responde)

Locutora: Qual foi a bênção recebida?

- Eu graças a Deus a primeira vez que eu fui lá na praça João Cândido sarei das vistas. E a segunda vez eu sarei de inflamação no útero.

Locutora: O que a irmã sofria na vista?

- Uma carne esponjosa. Minha mãe dizia pra fazer ficha no hospital, para operar, que já tava cobrindo o preto dos olhos. Fui lá, com oito dias desapareceu a carne.

Locutora: Há quanto tempo a irmã vinha sofrendo?

- Mais de ano.

Locutora: Desapareceu na praça dr. João Cândido?

- Sim, lá na praça.

Locutora: E a outra enfermidade, qual era?

- Inflamação interna no útero. Jesus me operou.

Locutora: Está liberta?

- Estou liberta, graças a Deus.

Locutora: Onde mora a irmã?

- No Jardim Aliança, Rua 2.

Locutora: Honra e glória a Jesus pela bênção recebida pela nossa irmã que se libertou da carne esponjosa no olho e que ia ser operada (seguem-se mais 10 entrevistas casos de cura de câncer na gengiva, gases e curativos que apodreciam nas pernas, reumatismo, etc. Depois entra música, onde a dupla sertaneja canta essa guarânia:

"estava cansado e oprimido, doente sem salvação, andei rente pelo mundo sem ter paz no coração, voce precisava ter Jesus. Só Jesus pode salvar. Ele espera por você no endereço que vamos dar: (segunda parte da música) Bem no centro de São Paulo, onde fica este recinto, rua Conde de Sarzedo 135 Igreja Deus é amor, pronto socorro de Jesus, surdo ouve, mudos falam e o cego vê a luz.

Davi Miranda (aparece pela primeira vez no programa): "Os milagres de Nosso Senhor Jesus Cristo repetem-se na obra "Deus é amor" pelo Brasil e continua recebendo a bênção de Deus e sendo abalado pelo poder de Deus através dos dons do espírito santo. Alerta enfermos e problemáticos de Belo Horizonte, ouvintes de Minas Gerais.

O Pronto Socorro de Nosso Jesus já existe aqui em Belo Horizonte. Está localizado na Avenida Amazonas 8 410 onde verdadeiras multidões estão sendo abençoadas, curadas e libertadas das mais terríveis e perigosas enfermidades, através do poder de Deus e do sangue do nosso Senhor Jesus Cristo.

O senhor e a senhora que mora aqui em Belo Horizonte, em Minas Gerais, anota o endereço da bênção (repete o endereço), no bairro Cabana do Pai Tomás. Todos os dias às nove da manhã, às duas da tarde e também às sete da noite. Se o senhor não puder ir hoje, vá no dia que puder, e o senhor Jesus, que conhece seus problemas e suas enfermidades, é ele que garante a bênção, a cura e o milagre a todos (repete mais duas vezes o endereço). Lá nós temos bíblia sagrada mais barata do que em qualquer lugar, vendida a Cr\$ 40 cruzeiros, temos todos os discos, inclusive os de orações, gravadas por mim mesmo (repete mais uma vez o endereço, e fala do endereço em Vitória, Espírito Santo, na cidade de Vila Velha.

Entra um fundo musical, com a dupla cantando: venha surdo para ouvir, venha mudo pra falar, venha cego pra ver o paralítico andar. Venha endemoniado receber a libertação, venham todos ouvir o evangelho da salvação").

Davi Miranda: Oremos, irmãos! Glorioso Deus e maravilhoso pai, nesses instantes finais do programa, senhor Jesus, nós suplicamos a tua bênção, a tua graça, a tua grande e infinita misericórdia sobre todos nossos milhares e milhares de ouvintes, de Leste a Oeste, ó Deus, que estão ouvindo o programa nesta hora. Abençoe, Deus e pai, as grandes concentrações de hoje na avenida Amazonas (repete o endereço), abençoe os mantenedores deste programa, os contribuintes da campanha, os dizimistas, ó Deus, que o povo que tem ajudado a sua obra, que de nada tenha falta. Continua pedindo bênçãos, e se despede: "quem se despede com a gloriosa paz é o missionário Davi Miranda"

LANÇAMENTOS EM DESTAQUE DA EDITORA VOZES

AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DO PARENTESCO



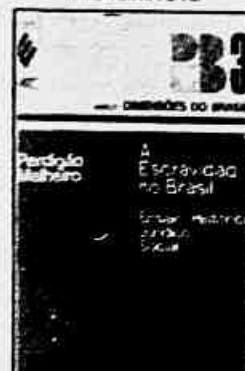
CLAUDE LEVI-STRAUSS
Cr\$ 80,00 - 544 pp

O PROJETO POLITICO



G. MELLO KUJAWSKI
Cr\$ 25,00

A ESCRAVIDAO NO BRASIL



PERDIGÃO MALHEIRO
Cr\$ 53,00 - 580 pp



EM TODAS AS LIVRARIAS E PELO REEMBOLSO POSTAL

Rua Frei Luís 100 - Petrópolis - Rio

MULTINACIONAIS

Saltando OS obstáculos

Em que medida os países subdesenvolvidos lucraram com a substituição de suas importações feita pelas grandes empresas internacionais? Paul Singer, do Cebrap, apresentou na SBPC um trabalho sobre essas empresas, do qual Opinião publica alguns trechos

A questão da proteção ou não da indústria local contra a competição da indústria estrangeira passou a ser crucial nos principais países não-desenvolvidos a partir do fim da 1ª Guerra Mundial.

Uma questão interessante a observar é em que medida o capital internacional participou desta primeira fase de industrialização dos países não desenvolvidos. É preciso notar inicialmente que se antes da 1ª Guerra Mundial, a maior parte das inversões internacionais provinha da Grã-Bretanha, depois dela este papel passa a ser desempenhado pelos Estados Unidos. No período considerado "clássico" de substituição de importações, na América Latina, as inversões americanas na indústria do continente subiram de 231 milhões de dólares em 1929 para 325 milhões em 1943 e para 781 milhões em 1950. (US Dept. of Commerce). Embora não representem muito no quadro global das inversões estrangeiras dos EUA, não se pode dizer que as multinacionais americanas estiveram totalmente ausentes do processo de industrialização latino-americano em sua fase "nacional".

É provável que a visão, que começou a se delinear nos anos 20, de que a exportação de capital dos países industrializados aos países não-desenvolvidos visava, em essência, mantê-los na situação de produtores especializados de matérias-primas estivesse certa então. Naquela altura, as multinacionais que haviam se desenvolvido eram poucas e estavam se expandindo quase só no mundo industrializado. As poucas que se voltaram para as economias coloniais, como a United Fruit ou a Standard Oil, estavam engajadas em atividades extrativas ou agrícolas. Em suma, as indústrias que abasteciam os chamados mercados coloniais não tinham condições de saltar barreiras tarifárias e instalar subsidiárias em países que estavam se industrializando. Logo, deveriam opor-se a uma industrialização que as privaria de seus mercados.

Dívida de Guerra

Mas estas condições se alteraram com rapidez. Na verdade, a experiência das multinacionais americanas é antiga. Já em 1900, as multinacionais dos EUA tinham 107 subsidiárias no exterior, das quais 23 no Reino Unido, 12 na França, 18 na Alemanha, 30 em outros países europeus, 12 na América Latina, 9 no Canadá e 3 em outros países. Destas 107 subsidiárias, 47 eram empresas predominantemente industriais. (Vernon, 1971). Estas 47 indústrias americanas fora dos EUA, em 1900, tornaram-se 116 em 1913, 180 em 1919, 467 em 1929, 715 em 1939 e 988 em 1950. Na América Latina a evolução não foi menos impressionante: 3 em 1901, 10 em

1913, 20 em 1919, 56 em 1929, 114 em 1939 e 259 em 1950. (Vernon, 1971.)

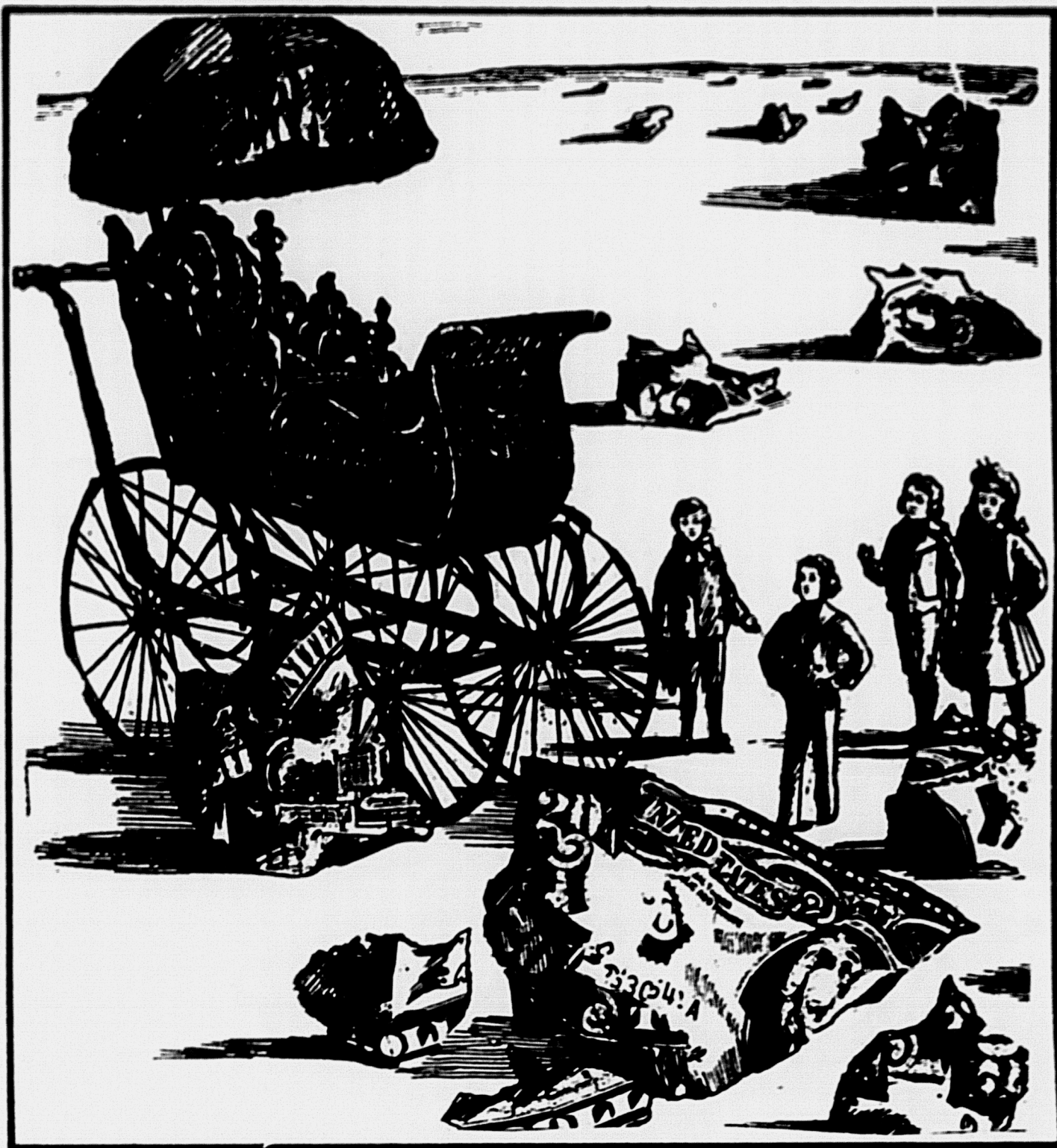
A impressão de um avanço gradual do familiar ao remoto requer, no entanto, uma interpretação mais precisa. A nítida hegemonia conquistada pelos EUA sobre seus rivais europeus, após a 1ª Guerra Mundial, estava baseada num imenso endividamento dos antigos aliados (sobretudo da Grã-Bretanha) originado pelos empréstimos de guerra: o governo dos Estados Unidos era credor de nada menos que 12 bilhões de dólares.

Quando as exportações de capital dos EUA recomeçaram, após a crise de 29 elas tomaram naturalmente nova direção. Em 1936, os EUA tinham mais de 3 vezes mais inversões industriais na Europa (612 milhões de dólares) do que na América Latina (192 milhões). Mas no período 1936-1950, as exportações de capital industrial foram de 320 milhões de dólares para a Europa e 589 milhões para a América Latina. (US Dept. of Commerce, 1960).

Visão Imperialista

Pode-se concluir portanto que na segunda metade dos anos 30 e durante os 40, as multinacionais americanas aprenderam a saltar barreiras tarifárias (e de outros tipos) e deslocar processos produtivos a mercados que se cerravam às suas exportações. Não é irrazoável supor que os americanos aplicaram a experiência adquirida sobretudo na Europa, nos anos 20, na América Latina durante as duas décadas seguintes. Para o capital monopolista internacional a problemática decorrente da exportação de capital a países industrializados ou a países nos estágios iniciais da industrialização é, no fundo, a mesma: a) como montar uma estrutura administrativa que conceda à gerência local autonomia suficiente para alcançar níveis mínimos de eficiências sem que o controle central sobre decisões fundamentais seja enfraquecido e b) como aproveitar as diferenças estruturais entre as economias nacionais - custo e produtividade da mão-de-obra, disponibilidade de recursos naturais, disponibilidade de força de trabalho com diferentes níveis de qualificação etc. - para maximizar as vantagens comparativas a serem extraídas de uma divisão internacional de trabalho interna à empresa multinacional. Suspeito de que a solução destes problemas tenha sido encontrada quando se formaram os modernos conglomerados, a partir dos anos 20, nos EUA, através da adoção da chamada estrutura "multi-divisional" (Chandler, 1962).

Parece claro, portanto, que a visão do imperialismo como obstáculo à industrialização das economias coloniais, que se justificava até à metade do período de entre-



guerras, passou a perder validade a partir de então. Não quero dizer com isso que o imperialismo subitamente passou a promover a industrialização destas economias, mas simplesmente que, dado o compasso de internacionalização do capital monopolista, a partir da hegemonia americana, o imperialismo se adaptou às restrições à livre movimentação internacional de mercadorias incrementando a movimentação internacional do capital. Não importa aqui saber se neste período os Estados Unidos importaram ou exportaram capital à América Latina. Bastou às multinacionais remanejarem parte de sua acumulação de capital, no sentido de dirigi-lo a determinados países latino-americanos, em processo de industrialização, para dele participar. Se esta participação facilita ou dificulta o processo é outro problema. O que já era patentemente falso, nos anos 50 por exemplo, era o ponto-de-vista, então amplamente aceito, de que o imperialismo, entendido como o grande capital internacional, continuava aliado às forças pré-capitalistas e antiindustriais, sendo a industrialização das economias coloniais um feito das burguesias industriais nativas, realizado em oposição ao imperialismo e em detrimento de seus interesses.

A grande expansão das inversões internacionais, que a partir dos meados da década dos 50 é reforçada pela entrada na arena das multinacionais europeias e japonesas, não podia evidentemente preservar os mercados externos das nações de origem das multinacionais. Quando uma multinacional cria uma subsidiária num país, é porque muito provavelmente ela estava exportando para este país produtos que a subsidiária passará a produzir localmente. Neste sentido, a exportação de capital industrial sempre implica numa substituição de importação no país no qual o capital é investido, o que mostra que a afirmação de que "a exportação de capital afeta

fortemente e acelera o desenvolvimento do capitalismo naqueles países aos quais é exportado" é perfeitamente válida. Mas, o que ocorre então com as exportações do país exportador de capital? Elas mudam de caráter: em vez do produto final, a sede da multinacional passa a exportar à sua subsidiária equipamentos, know-how (sob a forma de assistência técnica, licenças para o uso de patentes) e componentes. Isto significa que não há propriamente perda mas substituição de mercados.

Poder-se-ia objetar, no entanto, que a substituição de um mercado de produto final por um mercado de meios de produção significa necessariamente uma perda ao menos relativa de tamanho de mercado, pois há uma transferência do valor adicionado pelo trabalho, que passa a ser executado na subsidiária, do país que importa capital ao que o exporta. Assim, se num período t o país B importa 100 mil automóveis por ano do país A e se num período subsequente o país A estabelece uma indústria automobilística que passa a produzir os 100 mil carros previamente importados, mesmo que tal indústria não passe de uma linha de montagem.

Embora isto seja indubitavelmente correto é preciso considerar que a produção local tem maiores probabilidades de se expandir que a importação do mesmo produto de um outro país, já que: a) o custo unitário e possivelmente o preço do produto local serão menores, uma vez que a substituição da importação poupa despesas de transporte e pagamento de tarifas alfandegárias e b) a produção local depende menos das limitações decorrentes do Balanço de Pagamentos. A exportação de veículos de A para B só poderia se expandir digamos de 100 mil para 200 mil unidades por ano (supondo que a expansão da demanda por automóveis se dê nesta propor-

ção) se a capacidade de importar de B aumentasse na medida necessária. Ora, ninguém pode assegurar que isso venha a ocorrer. No caso em que a demanda interna em B por produtos importados venha a crescer mais depressa que a capacidade de importar do país (dada em última análise por sua exportação de bens e serviços e renda de capitais aplicados no exterior) a Balança de Pagamentos de B se tornaria deficitária, o que obrigaria B a mais cedo ou mais tarde desvalorizar sua moeda em relação a dos outros países, de modo a encarecer os produtos importados e assim coibir seu consumo. Desta maneira, é provável que a indústria de automóveis localizadas em B mas controlado por cidadãos de A possa crescer mais depressa do que cresceriam as exportações de automóveis de A para B, de modo que no final de contas as exportações de mercadorias de A para B não serão, a médio prazo, afetadas negativamente pela sua exportação de capital. Além disso, mesmo que haja alguma perda de receita na balança comercial, por parte do país exportador de capital, ela poderá ser mais do que compensada pelo aumento de receita na rubrica "renda de capitais", já que a subsidiária remeterá parte de seus lucros à matriz.

Isso ajuda a explicar porque a grande expansão das inversões entre os países industrializados, a partir de 1950, foi acompanhada por uma expansão igualmente grande das transações comerciais entre estes países. O que ocorreu e continua ocorrendo é que, ao contrário do que supõe a Teoria do Comércio Internacional, seja em sua versão ricardiana ou marginalista, o capital se movimentou entre nações, modificando continuamente a divisão internacional do trabalho. "O comércio entre países industrializados mentou desde 1950 mais que qualquer outro setor do comércio mundial". (Maizels, 1963)

LEI DAS S/A

A volta dos conglomerados

Para Modesto Carvalhosa, a Lei das S/A, cujo anteprojeto o Conselho de Desenvolvimento Econômico analisou esta semana - incentiva a oligopolização da economia do país, ao lado da Comissão de Valores Mobiliários e do Procap. Num livro que será editado em breve, o jurista afirma que o fato de não existir no Brasil uma "sociedade civil atuante e muito menos organizações sindicais" concederá ainda maior liberdade de atuação para os conglomerados.

Modesto Carvalhosa, jurista, professor da Universidade de São Paulo, ganhou as manchetes da imprensa com as suas declarações contrárias ao anteprojeto da Lei das Sociedades Anônimas, elaborado por Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy. Para Carvalhosa, a lei, como foi redigida preliminarmente, representa um passo que no modelo dos conglomerados, que levará a uma maior oligopolização da economia brasileira. Essa tendência, segundo ele, ficou mais clara depois do projeto da Comissão de Valores Mobiliários e do lançamento do Procap, que fornecerá dinheiro extremamente barato para que os bancos comprem ações das empresas. Tudo está montado para que os bancos liderem os conglomerados.

Carvalhosa vê, nesse modelo, uma inspiração das autoridades brasileiras no Zaibatsu japonês e no Konzern alemão, dois tipos de organização empresarial que levaram à oligopolização. E não teria sido por coincidência o surgimento de governos autoritários naqueles países, nas primeiras décadas do século.

A seguir, alguns trechos do livro que Modesto Carvalhosa publicará em breve através da Paz e Terra, analisando as repercussões da Lei das SA, CVM e Procap:

A ideologia do conglomerado é fruto, no Brasil, do próprio modelo econômico, cuja dinâmica está levando à concentração monopolística a todos os setores. Por ser decorrência da própria estrutura do modelo, o governo tem institucionalizado o processo de monopolização da economia brasileira, por considerar o regime de concorrência imperfeita como o único capaz de viabilizar o próprio desenvolvimento nacional.

Após as providências governamentais que levaram à concentração acelerada do setor financeiro, no período de 1967-72 aventou-se a possibilidade de estender-se esse processo de monopolização aos setores comerciais e industriais brasileiros, cuja dispersão e ausência de economia de escala impunha, segundo os estrategistas do modelo, a concentração. A liderança desse sistema de oligopólio caberia aos conglomerados já formados, ou seja, aos grandes grupos financeiros. Os modelos de monopólio japonês (Zaibatsu) e alemão (Konzern) provam, historicamente, sempre na versão dos ideólogos de nossa estratégia econômica - a eficiência e viabilização do regime de monopólio.

O modelo de conglomerado concebido pelo ministro Delfim Neto baseava-se na descentralização da propriedade das ações das companhias através da abertura de seus capitais. Essa abertura de capital, no entanto, não seria feita diretamente com emissão de ações das companhias industriais e comerciais alinhadas no conglomerado, mas sim com emissão de ações das *holdings* de participação do grupo.

Pertencendo essas ações do capital das *holdings* e uma multidão de acionistas, cairiam tais *holdings* sob controle de um grupo minoritário, porém compacto, qual seja a própria instituição financeira líder do conglomerado.

Através desse esquema os grandes grupos financeiros surgidos exatamente ao tempo do ministério Delfim Neto poderiam constituir seus conglomerados e absorver profundos segmentos industriais e comerciais sem dispendir grandes somas na aquisição do controle de empresas produtivas nacionais. Caberia, com efeito, ao público investidor, subscrever as ações das *holdings* do grupo, forne-

cendo desse modo, os recursos para a constituição dos conglomerados financeiros-industriais-comerciais.

Evidentemente que esse plano de formação de conglomerados pelos grandes grupos financeiros, não com recursos próprios, mas com a poupança popular, demandava o aperfeiçoamento de instrumentação jurídica aplicável.

Ocorre que a idéia de captação de poupança diretamente do público através do atual sistema de distribuição do Mercado de Capitais não se tornou mais possível dada a completa recessão dos mercados primário e secundário de ações nos anos 1973 a 1975.

Portanto, a concepção de modelo de conglomerados via *holdings* necessitou ser reformulado. E o foi efetivamente, propondo-se ao ministério do prof. Mario Henrique Simonsen, um modelo de conglomerado baseado na própria organização dos grandes grupos financeiros.

Caberia às agências bancárias, com efeito, vender o pacote de companhias controladas pelo grupo aos clientes e emprestadores, fazendo com que estes, em seguida, depositassem essas ações no próprio estabelecimento, outorgando ao banco, concomitantemente, procuração para votar em nome do acionista nas assembleias gerais das sociedades integrantes do conglomerado.

Essa nova modalidade praticamente dispensa o sistema de distribuição do mercado de capitais, por centralizar todos os negócios com ações nos balcões das próprias agências bancárias do grupo financeiro líder do conglomerado. Tal mecanismo necessita, de uma mudança substancial na Lei de Sociedades Anônimas, transformando-a num instrumento para a constituição dos conglomerados financeiros-industriais-comerciais.

Caberá à nova Lei das Sociedades Anônimas viabilizar a captação induzida de poupanças livres do público para a capitalização das companhias industriais e comerciais do conglomerado. Caberá também à nova lei de S/A propiciar instrumentos para o controle dessas ações do público pelos próprios bancos, que serão os depositários e operadores dessas ações, com procuração para votar nas assembleias. Por outro lado, caberá à nova lei de S/A permitir a aquisição de controle com apenas uma pequena parcela do capital das companhias pelos grupos financeiros, evitando para os grandes bancos dispendio de recursos próprios para absorver as companhias produtivas nacionais. Para tanto, os grupos financeiros deverão utilizar os seus Bancos de Investimentos para a subscrição de ações.

A viabilização desse modelo de conglomerado concebido a partir de 1974 não depende apenas de uma nova lei de S/A, mas também da criação de uma entidade públi-

ca (Comissão de Valores) que possa selecionar e controlar os grupos financeiros que serão encarregados pelo governo da constituição dos conglomerados. Também recursos oficiais (PIS, PASEP, FGTS etc) deverão ser repassados subsidiariamente, para que os grupos financeiros praticamente não dispendam quaisquer recursos próprios nesse esforço de formação dos seus conglomerados. (PROCAP). Ademais, se possível, também a Lei de Reforma Bancária, de 1965, que limita a formação de conglomerados financeiros-comerciais-industriais, deverá ter seus artigos impeditivos revogados (arts. 34 e 35). Também o Regulamento do Imposto de Renda é revisto para possibilitar a não antecipação do tributo sobre dividendos recebidos pelas *holdings*. (Decreto Lei 1338)

O modelo de conglomerado proposto pelos planejadores de nosso desenvolvimento fundamenta-se principalmente no 'Zaibatsu' japonês.

Trata-se de uma forma peculiar de concentração financeira/industrial, que se caracteriza atualmente por uma organização empresarial em estrela, tendo como núcleo um grande banco, o qual, a partir de seu poder de financiamento a favor das empresas do grupo, controla de maneira global a acumulação financeira e a reprodução do capital das empresas do grupo, além de orientar todos os critérios de investimento, seleção de tecnologia, administração e orientação de mercado.

Tal modelo coaduna-se perfeitamente com os projetos governamentais brasileiros, de formação de grandes estruturas empresariais lideradas e dominadas pelos nossos maiores bancos.

O regime de Zaibatsu - também denominado "Keiretsu" - surgiu durante a restauração da Dinastia Meiji, como uma fórmula de transposição do poderio feudal das poucas famílias que detinham o poder no Japão para a era industrial cujo esforço acelerado de implantação seguiu esse caminho.

A época da restauração Meiji grande parte da riqueza do país encontrava-se nas mãos do Estado. Diante dessa disponibilidade o governo Meiji decidiu entregar essa riqueza a partir de 1860 às mais importantes famílias feudais que apoiaram a restauração. Esses grupos familiares, por sua vez se aglutinaram, passando a ter todo o controle da economia japonesa, seja através de quase doações de patrimônios públicos, seja mediante rígidas concessões monopolísticas que afastavam qualquer possibilidade de surgimento de uma economia concorrencial.

Face à nova política de fortalecimento do poderio industrial japonês frente à ameaça chinesa e soviética, restabelece-se rapidamente, já nos anos 50 o poderio dos três maiores Zaibatsu: Sumitomo, Mitsubishi e Mitsui. Outros grupos poderosos surgem, como é

o caso da Fuyo, que é o Zaibatsu que praticamente domina todo o comércio exterior do Japão.

O mais importante no entanto dessa 2ª fase (pós-guerra) é que os Zaibatsu passaram a ser estruturados de forma diversa. Não mais se originavam de grupos familiares e de suas *holdings*, mas sim de um núcleo central ocupado pelos grandes bancos e pelas companhias de seguro do próprio conglomerado.

Assim os Zaibatsu, se caracterizavam atualmente como um sistema de participações cruzadas numa rede complexa de sociedades principais, associadas e filiais.

Os Zaibatsu passam a ser controlados pelos bancos, que possuem mais da metade do total das participações nas das sociedades principais do grupo. Por sua vez, essas sociedades principais - detêm alta porcentagem das ações do próprio banco e das seguradoras do grupo. De outra parte, as sociedades filiadas possuem também ações das instituições financeiras do grupo, que, por sua vez, as controla.

Não obstante a feição ainda feudal e a originalidade de sua estrutura originalmente familiar, os conglomerados japoneses ('Zaibatsu') são bastante semelhantes aos grandes grupos financeiros-industriais-comerciais que existem em certos países do ocidente.

E uma semelhança foi vislumbrada pelos ideólogos de nosso planejamento, ao afirmarem que o modelo japonês e o brasileiro têm os seguintes pontos em comum: elevada taxa de crescimento recente; baixo custo da mão-de-obra; distribuição de renda fortemente concentrada e estilo centralizado de intervenção do Estado na economia.

Dai a decisão contida no II PND de estruturar a economia privada nacional segundo o modelo atual do Zaibatsu.

Ocorre que os processos econômicos do Brasil e do Japão são totalmente diferentes. Em primeiro lugar por que as altas taxas de crescimento no Japão estão baseadas no maior coeficiente interno de poupança e investimento, ao passo que no Brasil esse recente crescimento acelerado da economia deveu-se ao aproveitamento mais intenso da capacidade produtiva ociosa, mantendo-se baixa a taxa de poupança interna. E mesmo a taxa de investimento, que elevou-se apenas ligeiramente, deve seu crescimento a uma maciça participação dos investimentos estatais e a um aumento da entrada líquida de capitais externos.

Em segundo lugar, os processos brasileiro e japonês são diversos, na medida em que naquele país o impulso fundamental de expansão econômica deveu-se a um equilibrado e vigoroso desenvolvimento das forças produtivas, ao passo que no Brasil originou-se de uma expansão industrial desequilibrada, no qual os ramos de bens de

consumo duráveis e o de construção constituem os setores de ponta, sem que tal expansão se generalizasse aos demais setores produtivos.

Em terceiro lugar, essa diferença substancial existe, muito embora ambos os países se caracterizem por forte concentração de renda. Ocorre que no Japão há uma forte propensão a poupar, enquanto no Brasil a tendência das classes média e alta é para o consumo. Ainda no caso japonês a concentração leva a altas taxas de poupança-investimento e a um ritmo de crescimento econômico auto-sustentado, com o aumento dos níveis de vida das massas, enquanto no Brasil conduz a um consumo restrito a certos setores da população, ao lado da manutenção de padrões de vida infra-humanos para a maioria da massa rural e ainda ao lado de um crescimento do consumo médio das massas urbanas que tem chegado a ser negativo.

Em quarto lugar, e como consequência da terceira comparação, a dinâmica de expansão e da aceleração no Japão é devida à aceleração do consumo das camadas populares, e no Brasil no aprofundamento e diversificação do consumo das camadas altas e no endividamento das camadas médias.

Em quinto lugar, a dinâmica do crescimento no Japão não impediu a modernização das pequenas e médias empresas, graças, principalmente à compra de maquinaria usada a preço muito baixo, assegurando um aumento dos prazos de depreciação real sem implicar em obsolescência progressiva; e também graças ao aumento das sub-contratações industriais. Contrariamente, no Brasil uma tentativa de modernização da pequena a média empresa ou dos ramos industriais atrasados, depois de anos de congelamento tecnológico, levará, inevitavelmente, a um aumento da concentração absoluta, com destruição de empresas, de capitais e de empregos.

E finalmente, em sexto lugar a organização do poder econômico japonês sob o regime do Zaibatsu origina-se de uma tradição de há muito estabelecida, consubstanciada na articulação entre as diversas camadas da burguesia rural, comercial, industrial e financeira. Coube ao Estado (a partir da restauração Meiji) o papel de solidarizar interesses em jogo e de promover uma constante superação das contradições através daquilo que a própria cultura japonesa considera um legítimo sistema autoritário e integrador, dentro de condições históricas e estruturais próprias. E essas condições sócio-econômicas e políticas não podem ser transplantadas para o Brasil, onde a forma de organização da produção em grande escala e o controle dos mercados externos continua dependentes de decisões que fogem do controle do Estado brasileiro.

E a essas seis profundas comparações do prof. Maria da Conceição Tavares, deve-se acrescentar uma última, qual seja a de que a plena democracia política existente no Japão após o término da 2ª Guerra Mundial serve como poderoso contra-peso à tendência hegemônica e de dominação dos Zaibatsu. Essa realidade política não pode ser comparada com o Brasil onde não existe uma sociedade civil atuante e muito menos organizações sindicais, de patrões e de operários, suficientemente fortes para se colocarem como grupos permanentes de pressão contra o Estado e contra os grandes grupos empresariais.

SOUZA CRUZ

Lucrando com o imposto

Com as crescentes restrições ao crédito impostas pelo governo, enquanto as pequenas e médias empresas brasileiras (e mesmo as grandes) enfrentam sérios problemas financeiros, as companhias multinacionais não parecem muito afetadas. O esquema que permite o recolhimento de impostos como o ICM e o IPI num prazo de mais ou menos um mês favorece teoricamente a todas, assim como o pagamento do Imposto de Renda no exercício seguinte (ao contrário do desconto na fonte, no caso do trabalhador), mas a Souza Cruz, por exemplo, como maior contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados do País, consegue nadar num verdadeiro mar de rosas: não deve a bancos, faz aplicações não operacionais, isto é, fora do setor de fumo, que correspondem a mais de 50% do seu capital (Cr\$ 2 073 600 000) e obtém lucros extras da ordem de Cr\$ 112 866 972,60 - que, embora representem menos de 3% de sua renda operacional líquida (Cr\$ 2 857 256 998,51), consti-

tuem em termos absolutos uma cifra fantástica no gênero.

Até 1º de agosto de 1965, o Imposto de Consumo - atual IPI - era recolhido antecipadamente: no caso do cigarro, as companhias pagavam o tributo com a compra dos selos de controle realizada previamente. A selagem direta foi abolida pela nova lei, passando as empresas a recolher sem os impostos através de documentos contábeis. As companhias que industrializam o fumo continuam recebendo o imposto dos comerciantes de cigarros mas não o transferem de imediato aos cofres públicos, dispondo de um prazo de 22 dias para fazê-lo.

Quer dizer: a Souza Cruz (British America Tobacco) tem 22 dias para girar milhões de cruzeiros em impostos por recolher no *open-market*, onde pode conseguir em operações de 24 horas juros de até 15% ao mês, como vem ocorrendo nas últimas semanas. Assim, fica fácil investir maciçamente em outros setores, com os lucros obtidos com esse subsídio do Tesouro Nacional ou em última análise, do consumidor.

A Souza Cruz recolhe, segundo balanço de 30/6/76, referente ao primeiro semestre deste ano:

IPI — Cr\$ 880 510 458,24
ICM — Cr\$ 148 033 334,73
IR — Cr\$ 261 215 182,00
TOTAL — Cr\$ 1 289 758 974,97

Suas aplicações (em Cr\$) fora do setor de cigarros nos primeiros seis meses do ano
Posição em 30/6/76

Bancos.....	94 133 340,81
Titulos do governo e privados (ORTN, LTN, CD, etc.)	632 707 157,60
80% das ações dos Supermercados Peg-Pag	107 428 200,01
34% da SAEB — Sociedade Anônima Empreendimentos e Bens.....	12 622 747,60
81% da Santa Mônica Industrial S.A. — SAMISA	2 134 812,60
88% da SUVALAN — Cia. de Produtos de Frutas	43 120 000,00
20% da Aracruz Celulose S.A.	146 073 652,48
TOTAL	Cr\$ 1 038 219 911,10

Lucros não operacionais no mesmo período:
Cr\$ 112.866.972,60

Menos de três semanas depois de ter assinado, com o Irã, um contrato para o fornecimento de duas centrais nucleares, a Kraftwerk Union (K.W.U.), da Alemanha, concluiu um segundo acordo, desta vez com o Brasil, dia 22 último, em Frankfurt. No Irã, junto à cidade de Bushehr, às margens do golfo Pérsico, serão construídas - entrando em funcionamento, em princípio, em 1980 e 1981 - duas centrais de 1 200 megawatts cada uma; no Brasil, serão instaladas duas centrais de 1 325 megawatts cada, 130 quilômetros a sudoeste do Rio de Janeiro.

O contrato firmado com o Brasil dá forma concreta ao acordo de junho de 1975 entre a Alemanha Federal e o Brasil. Este acordo previa o fornecimento pela Alemanha, num prazo de 15 anos, de oito centrais nucleares, assim como a construção, no Brasil, das principais instalações para o pleno desenvolvimento do ciclo de combustíveis, do enriquecimento ao rebeneficiamento. O valor total deste contrato varia entre 10 a 15 bilhões de dólares.

Depois que a França vendeu à África do Sul duas centrais nucleares, chegou portanto a vez da Alemanha Federal, assinando, um atrás do outro, dois contratos de exportação. A França, por seu lado, vem dando prosseguimento às negociações que entabulou com o Irã há cerca de dois anos para o fornecimento de duas centrais nucleares, a serem instaladas provavelmente junto ao rio Karun, a cerca de 70 quilômetros do golfo Pérsico. O contrato deverá ser assinado até o fim do ano.

Todas as vendas implicam no fornecimento de reatores a água pressurizada. O preço das centrais a água de 1 000 megawatts encomendadas à França pela E.D.F. fica em torno de 2 bilhões de francos, mas o total das exportações vai a muito mais que isso. Foi na última sexta-feira, 23 de julho, que se concluíram em Frankfurt os acordos financeiros que permitirão ao Brasil construir suas duas centrais. Um consórcio de vários grandes bancos alemães e o Banco de Créditos Públicos para a reconstrução emprestaram ao Brasil 3,7 bilhões de marcos alemães. No Irã, causou enorme surpresa o preço das centrais: 8 bilhões de marcos, incluindo o custo de fabricação dos elementos com-

ACORDO NUCLEAR

À procura do átomo

hustíveis. O fato é que toda a infra-estrutura terá de ser construída, pois as centrais serão instaladas numa região afastada e pouco industrializada do Sul do Irã: faltam estradas, casas para os operários, instalações sanitárias etc. Além disso, o Irã é altamente sujeito a abalos sísmicos, o que complica a construção das centrais, aumentando o seu custo: 4 bilhões por central, de qualquer forma.

O Irã também fez o seu acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, mas como no país são frequentes os abalos sísmicos, o custo desse acordo atingirá uma soma muito elevada

não deixa de ser um preço elevado. Já o contrato assinado pela França com a África do Sul vai a pouco mais de 6 bilhões de francos para duas centrais; mas no caso da África do Sul o local escolhido é industrializado, já contando com toda a infra-estrutura necessária. Procurando familiarizar-se com a tecnologia das centrais nucleares, o Irã, o Brasil e a África do

Sul - assim como a Argentina, que também vem desenvolvendo um importante programa nuclear - estão, na verdade, tentando adquirir o *know-how* que lhes permita alcançar a autonomia energética e, portanto, política. Mas se o Irã só há poucos anos vem-se interessando pela energia nuclear, o Brasil, a Argentina e a África do Sul, por seu lado, já se introduziram no setor há pelo menos dez anos. Dos três, o Brasil é sem dúvida o que está menos adiantado, já que o seu primeiro acordo de cooperação bilateral no setor nuclear só foi assinado em 1969. O parceiro estrangeiro já era, então, a Alemanha, tendo portanto os técnicos brasileiros iniciado sua formação na Europa.

O acordo assinado em junho de 1975 com a Alemanha permitirá ao Brasil aumentar em muito seu potencial de conhecimentos técnicos e industriais no setor. Este novo acordo determina, igualmente, que serão formados técnicos brasileiros com a ajuda da Alemanha, e que a indústria brasileira participará cada vez mais ativamente das realizações nucleares em seu próprio país. Um papel fundamental em todo este processo é representado pela empresa estatal brasileira encarregada da energia nuclear - Nuclebrás.

Quatro empresas internacionais foram formadas para levar a cabo o projeto germano-brasileiro. Em três destas empresas - a Nuclen, para a engenharia das centrais, a Nuclep, para a fabricação dos componentes dos reatores, e a Nuclei, para a instalação da usina de enriquecimento -, a Nuclebrás tem participação de 75%, ficando apenas com 25% para a K.W.U. e outras empresas alemãs. Na outra sociedade - a Nuclam, encarregada da prospecção do urânio no Brasil -, a Nuclebrás tem 51% de participação. Os acordos para o fornecimento dos dois primeiros reatores prevêem que a Nuclen entrará com parte dos serviços e da mão-de-obra.

A parte do leão

A política governamental de substituição de importação de bens de capital, cujo mérito é reconhecido pelos empresários do setor, tem, no programa nuclear, um osso duro de roer. No financiamento das duas primeiras unidades do acordo teuto-brasileiro (Angra II e III), assinado na semana passada, foi reservada uma fatia de apenas 30% para a indústria nacional, bem abaixo da capacidade do nosso parque de máquinas, segundo todos os estudos já realizados, inclusive pelo governo.

Acontece que neste acordo ficou acertado que a indústria alemã fornecerá cerca de 70% da parte mecânica. E neste caso a parte maior dos 17 bilhões não virá em forma de moeda mas transvestido em equipamentos. A participação nacional será basicamente na montagem destes equipamentos importados e no fornecimento de componentes.

O papel da indústria nacional poderia ser bem maior. Já em 1973 um consórcio formado pelas empresas de engenharia Over-

seas/Montor/Montreal chegou à conclusão de que numa usina termoeletrônica nuclear típica, como qualquer uma das que serão construídas no Brasil, poderia ser instalada com 60% de parte mecânica fornecidos internamente.

De lá pra cá, principalmente a partir do governo Geisel, como disse recentemente Bardella, a indústria mecânica nacional só tem crescido. "Apesar de todas as dificuldades enfrentadas", prossegue o Presidente da ABDIB, "a indústria brasileira de bens de capital já alcançou um nível de desenvolvimento e de qualificação apreciável, podendo produzir cerca de 80% dos equipamentos necessários aos principais setores de infra-estrutura, embora, em 1975, a participação nacional tenha sido, em média, 56% das encomendas, perdendo uma importante fatia do mercado em função dos financiamentos externos vinculados a acordos bilaterais".

Ao contrário do que muita gente pensa a tecnologia nuclear não é um bicho de sete cabeças. "A

maior parte de uma usina nuclear", explica o comandante Antonio Didier Viana, "é de tecnologia corrente. Na verdade o fundamental é o acesso ao desenho de suas máquinas. De posse desta engenharia de produto a indústria brasileira está apta a montar praticamente uma central nuclear".

O autor desse diagnóstico tem autoridade suficiente neste campo. Participou de curso de engenharia nuclear nos Estados Unidos, com grupo de engenheiros da Marinha. Como empresário ele conseguiu construir nas apertadas instalações da Microlab um reator nuclear-protótipo, que funciona até hoje na Universidade do Rio de Janeiro, com um índice de nacionalização quase integral.

Assim, a indústria mecânica nacional, que conseguiu mais do que duplicar sua participação no programa siderúrgico encara o programa nuclear com uma justificada desconfiança, que pode ser trazida na desistência do Grupo Vilarés em participar de sua implantação, nesta primeira etapa.

SEGUNDAS MUSICAIS

COM

PAULO MOURA

SEGUNDA 21:15 hs

TEATRO CASA GRANDE

INFORMAÇÕES - TEL: 227-6475

hpa

realizações artísticas

PATROCÍNIO

Companhia Cervejaria Brasileira

SUBDESENVOLVIMENTO

Norte-Sul, confronto desigual

José Fernandes Dias

Os problemas econômicos que têm configurado o atual panorama mundial apresenta características e conseqüências bastante distintas se a análise é feita a partir das nações industrializadas (exportadoras de tecnologia, capitais, insumos industriais básicos e bens de capital) ou tomando por base a perspectiva do Terceiro Mundo e suas economias exportadoras de matérias-primas minerais e agrícolas e manufaturados. As coisas ficarão mais claras se examinarmos, em detalhe, alguns aspectos relativos ao estágio atual do comércio internacional de mercadorias (que os "experts" denominam "commodities") e de matérias-primas. Esses aspectos acham-se revestidos de diversas falácias contidas nas análises levadas a cabo nas páginas econômicas da chamada "grande imprensa".

O primeiro aspecto com que nos deparamos explica o caráter (aparentemente) errático das cotações das mercadorias e dos recursos minerais fornecidos pelo Terceiro Mundo. Os preços desses itens flutuam "ao jogo livre das forças de mercado", afirmam os livros-textos de Economia e as colunas econômicas. Não obstante, nada se encontra mais distanciado da "lei" de oferta e procura do que o processo de formação de preços dos itens fornecidos, via exportação, às economias industrializadas. Uma análise mais cuidadosa dos mecanismos do mercado internacional demonstra, com clareza, o domínio exercido por um reduzido número de empresas multinacionais que, controlando os produtos primários (zinco, cobre, níquel, bauxita, minério de ferro etc) e agindo de forma mono - ou oligopolística, mantêm os preços artificialmente baixos, permitindo que os compradores - ou seja, as economias onde se situam essas mesmas multinacionais - os adquiram a preços fortemente depreciados e necessariamente irreais. A especulação assim posta em marcha enseja a plena manipulação de estoques e cotações dos produtos primários em escala mundial: estoques são retidos ou escoados em função única e exclusiva dos interesses dessas empresas e de todos aqueles que se acham articulados ao processo (externa e internamente).

Um exemplo bastante conhecido recorda-nos que a especulação dos produtos minerais e produtos agrícolas (cobre, estanho, zinco, açúcar, café, cacau, chumbo etc) levou à formação de preços elevados em 1973 e a queda dessas mesmas cotações no exercício seguinte. Em 1973, enquanto permaneciam em mãos das multinacionais (que acenavam com a perspectiva sombria de "escassez"), os preços foram mantidos em níveis elevados; em 1974, com o reajuste dos preços do petróleo e o consumo dos dólares até então cuidadosamente empilhados, as cotações caíram a níveis perigosamente baixos. Dessa forma, a "flutuação" dos preços, além de beneficiar diretamente as economias industrializadas, interfere com toda a política interna das nações do Terceiro Mundo, dependentes das rendas de exportação. Acima de tudo, esse processo esgota, gradativa e definitivamente, os estoques de recursos minerais desses países, impossibilitando - ou, pelo menos, diminuindo sensivelmente - suas possibilidades de industrialização futura com base em seus próprios recursos e matérias-primas.

No caso dos produtos agrícolas, essas manipulações de preços promove violentas distorções no setor primário do Terceiro Mundo, excluindo-se os interesses do mercado interno e favorecendo-se a exportação de alimentos e matérias-primas agrícolas que, se no ano x

Depois da OPEP, muitos países subdesenvolvidos começaram a pensar na criação de cartéis exportadores de produtos primários como uma forma de reduzir a distância que os separa das nações industrializadas. Mas, tudo indica que a questão não é tão fácil assim, pois, além do fato de as multinacionais dominarem o comércio de muitas matérias-primas, as economias industrializadas reagem aos cartéis do III Mundo elevando o preço de suas exportações

desfrutaram de cotações vantajosas e promissoras, no ano $x + 1$ vêm essas mesmas cotações em declínio assustador e, com elas, as receitas de exportação.

O segundo ponto tem a ver com a alegada "crise" do petróleo e seus reflexos sobre o Terceiro Mundo. É inegável que os países não-produtores de petróleo (e que, além disso, pertencem ao Terceiro Mundo) sofrem maiores prejuízos gerados pelos crescentes encargos para a importação de combustível. O Terceiro Mundo, contudo, importa a "inflação externa" porque importa bens de capital, tecnologia, financiamentos (e capitais de empréstimo) e insumos industriais básicos gravados com os custos adicionais do petróleo e da inflação em curso no mundo industrializado. Este simplesmente transfere (ou "incorpora") esses custos adicionais aos bens e serviços exportados, tudo se passando como uma indústria que, confrontada subitamente com um aumento de $x\%$ nos impostos, simplesmente aumenta os preços para o consumidor final. O produtor não é efetivamente onerado e os preços "reajustados" incluem, via de regra, margens superiores aos custos adicionais reais. Esse mecanismo



explica o peso desigual dos custos do petróleo nas economias industrializadas e nas economias do Terceiro Mundo; esse mecanismo explica, fundamentalmente, o fato de que as grandes companhias petrolíferas (as "sete irmãs") se situam entre as corporações mais poderosas do mundo.

A questão reside, em realidade, na estrutura econômico-política dos países do Terceiro Mundo, caracterizada pela prevalência do empreendimento externo que, além de interferir nas estruturas internas de produção, ainda gera padrões de consumo alheios às verdadeiras necessidades da comunidade como um todo (e que, por isso mesmo, beneficiam as atividades econômicas desse mesmo empreendimento externo). Bens e serviços adquiridos via importação - isto é, financiados pela pauta de exportações e pelo endividamento externo - atendem, muitas vezes, aos interesses de setores restritos da população, servindo assim para adaptar o padrão de demanda externa final às necessidades de expansão das empresas estrangeiras, com a contrapartida de elevada concentração no perfil de distribuição de renda, distorção na demanda de bens fi-

nais, desequilíbrio persistente no balanço de pagamentos etc.

Um terceiro aspecto diz respeito à pretensa "interdependência de interesses" entre o mundo industrializado e o Terceiro Mundo. Afirmam os defensores dessa "tese" que, se de um lado a Europa Ocidental, o Japão e os Estados Unidos necessitam das matérias do Terceiro Mundo, este, por seu turno, necessita dos mercados, da tecnologia e dos capitais daqueles. O corolário "lógico" consiste na resolução, através de reuniões internacionais (GATT, UNCTAD, etc), das divergências surgidas. Alguns vão ainda mais longe e afirmam que essa "solidariedade" é passível de realização concreta, a exemplo do acordo de Lomé pelo qual o Mercado Comum Europeu e as antigas colônias (africanas, asiáticas e antilhanas) podem cooperar efetivamente, e de "igual para igual", na superação dos problemas que afetam ambos os lados. Essa mesma linha de raciocínio afirma que a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional (mais conhecida como Diálogo Norte-Sul) procura pôr termo ao aviltamento dos preços dos produtos primários e aos cres-

centes saldos negativos nos balanços de pagamento.

A falácia contida nessa "tese" não é de difícil comprovação empírica, especialmente se atentarmos para o fato de que todas as reuniões internacionais realizadas com esse propósito e com esses mesmos participantes têm melancolicamente concluído pela existência de "impasses" que dão origem a novas reuniões, estas a novos "impasses" e assim por diante. Se os países do Terceiro Mundo arguem a necessidade do estabelecimento de um fundo comum para a formação de estoques reguladores e para a proteção de preços das matérias-primas básicas, os países industrializados contrapõem a necessidade de maiores "aberturas" em direção ao "livre comércio" e "alertam" (veladamente ou não, conforme as circunstâncias) para o fato de que a elevação dos preços das matérias-primas serve unicamente para encarecer os preços dos bens industrializados finais, estes, por sua vez, levam à ampliação dos deficits no balanço de pagamentos... e por aí vai, um círculo vicioso aparentemente sem solução, especialmente se considerarmos que a retração no consumo (pelos países industrializados) poderá gerar o acúmulo de estoques invendáveis no Terceiro Mundo. Em resumo: a melhor forma de assegurar-se o interesse do Terceiro Mundo será permitir-se que os preços não subam "excessivamente"... e, caso isso aconteça, que se chegue prontamente a um "denominador comum" nas mesas de reuniões internacionais e em benefício da "economia mundial".

A recuperação das economias desenvolvidas necessita dessa divisão "internacional" de trabalho para o seu prosseguimento. Ora, se levarmos em conta que o subdesenvolvimento não é mero produto histórico e sim produto gerado pelo capitalismo, torna-se claro que sua manutenção no Terceiro Mundo se constitui em fator essencial para que as economias industrializadas possam transferir seus deficits, sua inflação e seus custos finais para os bens e serviços exportados. As economias desenvolvidas e industrializadas dispõem de recursos para fazê-lo e jamais hesitaram em tomar as medidas que considerem necessárias à proteção do seu processo de acumulação de capital. Ainda agora, quando todos acreditavam que a seca que andou assolando vastas regiões da Europa Ocidental e dos Estados Unidos permitiria a automática ampliação do fornecimento de alimentos por parte do Terceiro Mundo, o Comissário de Agricultura do Mercado Comum Europeu, Pierre Lardinois, surpreendeu os incautos afirmando que a existência de estoques reserva de alimentos básicos evitará (ou reduzirá, em grande margem) os problemas causados pela estiagem. E o mesmíssimo Mercado Comum Europeu não hesitou em aumentar a tarifa que incide sobre a importação de soja norte-americana visando proteger os preços da produção agrícola de seus países membros. Ora, se lembrarmos que cerca de 90% da produção de soja nos Estados Unidos destina-se ao consumo da Europa Ocidental, poderemos tirar algumas conclusões bastante lógicas (e úteis) sobre o comportamento do mundo industrializado com relação ao Terceiro Mundo. Amigos, amigos, negócios a parte.

E será, por fim, interessante recordar que a Europa Ocidental jamais estabeleceu relações de "igual para igual" com suas ex-colônias, como afirmam os entusiastas de Lomé: simplesmente utiliza essas áreas para a produção das matérias-primas e dos alimentos cujos custos sejam "demasiadamente elevados" em outras regiões.

BALANÇO

Titânio

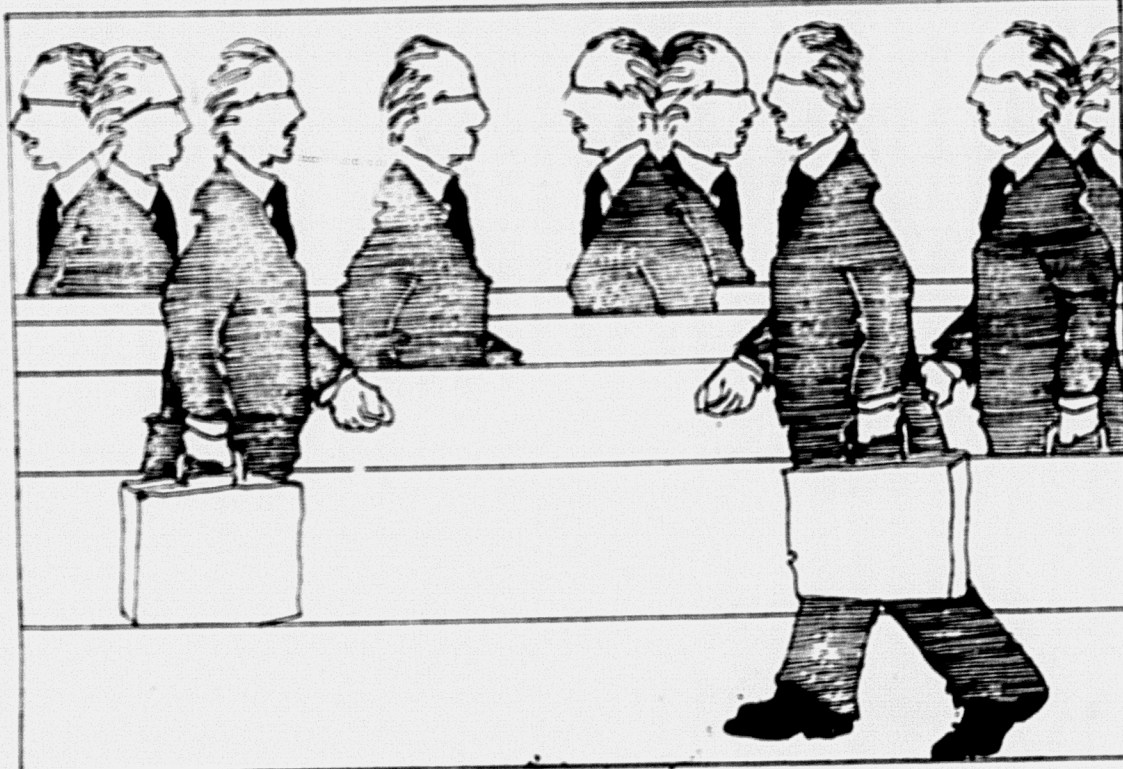
A Vale do Rio Doce negocia no momento através de sua subsidiária a Valep a exploração industrial do anatásio, minério do titânio encontrado nas chaminés alcalinas da região de Tapira e Salitre em Minas Gerais.

Rebú

O que há realmente na Confederação Nacional da Indústria? Na semana passada dezenas de representantes das confederações regionais e presidentes estiveram reunidos no Rio tentando investigar os desmandos da atual administração. Decidiram então diminuir os poderes de Thomaz Pompeu que, segundo os presidentes das federações industriais, estava utilizando verbas destinadas ao Sesi com excesso. O estouro do orçamento da Confederação Nacional da Indústria é o motivo de uma intensa fiscalização e divergências na sede da maior confederação patronal do país. Uma comissão de 4 presidentes dos organismos regionais irão fiscalizar os investimentos e aplicação das verbas feitas por Pompeu no Sesi e no Senai.

Riscos

As últimas medidas de restrição ao crédito e contenção dos meios de pagamento provocaram críticas de economistas que vêm nelas um efeito perigoso. Antônio Carlos Borges da USP, teme o surgimento de uma recessão econômica com consequências de desemprego e falências. Para ele o crescimento da economia poderia ser mantido através do fortalecimento do mercado interno apto a absorver os bens que não oneram o balanço de pagamentos. Os efeitos depressivos da política monetarista, segundo o economista da USP, atingem também os empresários que incertezas diante de um desaquecimento que tende a aumentar, acabam aplicando recursos em investimentos não produtivos.



Proposta

Para eliminar a dependência das importações de matérias-primas químicas e de medicamentos as universidades brasileiras precisam desenvolver um programa tecnológico destinado ao aproveitamento dos recursos vegetais, disponíveis no país. Estas pesquisas devem objetivar sempre a imediata produção interna de insumos qui-

micos, orgânicos cujas importações representariam um déficit de 233,2 milhões de dólares de janeiro a maio deste ano, 40%, a mais do que no mesmo período do ano passado. A recomendação foi feita por especialistas em farmácia que estiveram reunidos na semana passada na USP. Segundo eles os técnicos brasileiros já pesquisam novas fórmulas de medicamentos aproveitando resíduos agrícolas.

Estanho

O Ministério do Trabalho deverá se pronunciar esta semana sobre a "eleição" realizada dia 20 de julho no sindicato nacional de produtores de estanho em que o grupo de empresas ligadas a Antenor Patiño, via Cesbra, apoderaram-se do órgão de classe. 70% da produção mundial de estanho está nas mãos do grupo que recente-

mente realizou na Nigéria a mágica de transformar um país até então exportador do metal em importador. O grupo Patiño, com sede em Dem Hang Holanda, conseguiu depois de muito "lobby" a contragosto de setores governamentais transferir o controle da Cesbra para a Cofremi, numa inexplicável venda das ações do grupo Sanchez Galdeano.

O ministro do trabalho prometeu em Brasília acelerar as investigações e apreciar as denúncias de 33 empresas produtoras nacionais que se negam a participar da diretoria do sindicato sob a tutela da Cesbra.

Não dão duas safras

Por que o Brasil não participa de associação de produtores de minerais? A pergunta é do empresário Ferreira Leal, da Tricontinental, empresa nacional que explora a cassiterita de Goiás, o fosfato de Minas e o caulim da Amazonia e como toda pequena empresa sofre os efeitos da descapitalização embora tenha em seu capital a participação estatal via Fibase (BNDE).

Segundo Ferreira Leal, o Brasil não participa de cartéis de produtores a seu ver porque importa mais minerais do que exporta. Das 300 substâncias

minerais contamos com 77 e o resto somos dependentes, diz. Acontece que o fato pode ser modificado nos próximos cinco a 10 anos. A presença de inúmeros projetos na área dos não ferrosos traduz na sua opinião que teremos no futuro auto-suficiência de muitos minerais e poderemos passar de 1 bilhão de dólares para 5 bilhões de dólares de exportações minerais já que minério não dá duas safras. O empresário é favorável a uma política de proteção às nossas matérias-primas básicas e em especial aos não-ferrosos. E para isso reclama a necessidade de atualizar o código mineral para acompanhar essa política de proteção e evitar que o código mineral não seja desrespeitado por ser excessivamente liberal e o capital estrangeiro tenha acesso à pesquisa e lavra de minérios concorrendo com as empresas nacionais que dispõem de know-how e tecnologia para vários projetos, diz.

Transformadores da GE

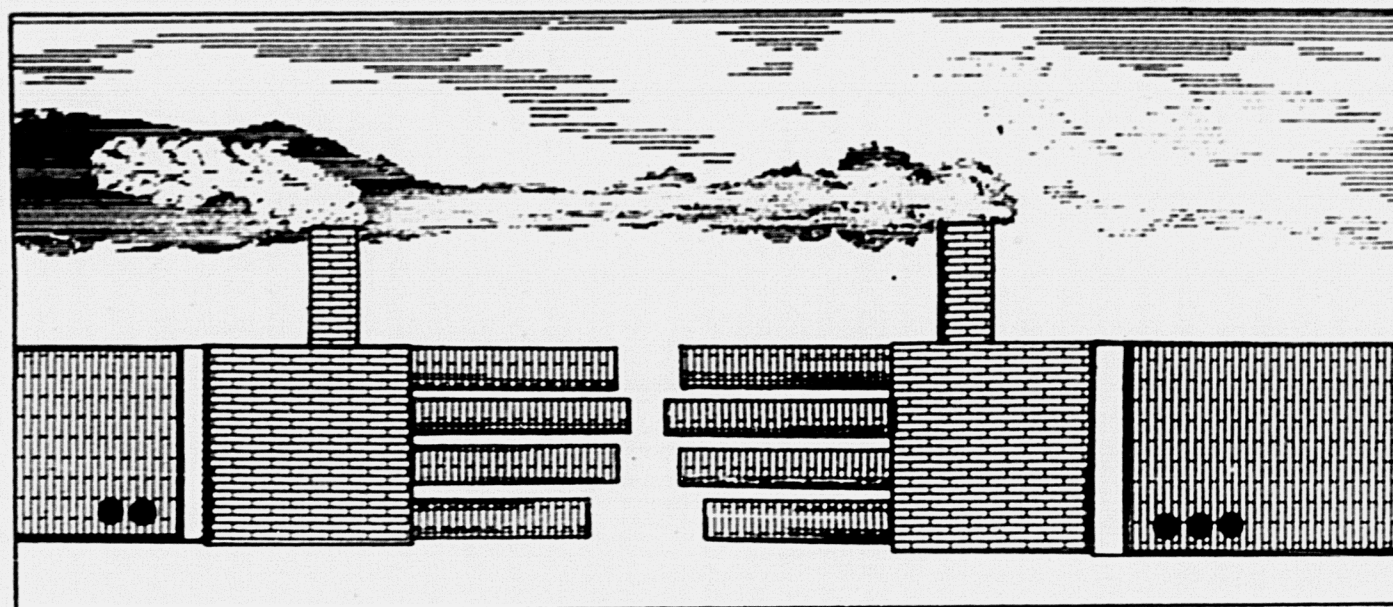
Transformadores da GE

No ano passado, a General Electric suspendeu a produção de grandes transformadores em Campinas, justamente em meio ao início do programa de substituição de importações de bens de capital, plataforma político-econômica do governo Geisel.

Agora, lê-se a seguinte notícia na Folha de São Paulo: o navio *Santa Mariana* vindo dos EUA, desembarca em Santos oito transformadores de 12 toneladas encomendados pela Light à GE. A história do fechamento da fábrica de Campinas desvenda-se: a GE, com essa decisão, procurou favorecer a sua matriz, num momento em que a economia norte-americana precisava reativar a sua indústria para fugir a uma recessão mais profunda.

Copersucar

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) rejeitou o pedido da Copersucar de anulação do processo que lhe move a Alcoolúcar Ltda, empresa de Campos.



Classificados

Mande o seu anúncio de qualquer parte do Brasil, acompanhado de cheque, ordem de pagamento ou vale postal para a EDITORA INÚBIA LTDA, endereçado à SEÇÃO DE CLASSIFICADOS, Rua Abade Ramos 78, Jardim Botânico, Rio de Janeiro. Conte 6,00 por palavra (artigos não contam). Se usar "cartas para a redação sob o nº..." acrescenta 8,00 ao total.

IMÓVEIS

ZONA SUL - Alugamos apartamentos mobiliados, dias ou meses, todos próximos à praia. Adm. RORAIMA. Tel: 256-3131. Av. Copacabana 605 s/704 - (RJ).
MACAXEIRA. Alugam-se casas a famílias para fins de semana, em granja à 7km de Guabiraba, com móveis, água, luz e rio. Tratar fones: 22-2724 e 21-1420. Creci 988(24) - (SP).

IMOBILIÁRIA SAMPAIO - Melhores condições. Compra, vende, permuta e aluga imóveis financiados a longo prazo ou preço fixo, sem juros e sem correção. Tratar SAMPAIO - Creci 365. Fone: 26-4054. Boa Viagem (PE)

EMPREGOS

PROFESSORA DE MÚSICA -

Precisa-se com registro, 1º grau, tratar pelo tel: 391-4164 - (RJ).
UNIVERSITÁRIOS - (meio expediente ou noite) - Serviço de escritório para pessoas de nível inicial Cr\$ 2.500,00 para os aprovados na seleção. Tratar Av. Alm. Barroso 97 s/1 004 a 1006 - (RJ).

PROFESSORES - Precisa-se de professores (as) de Física, Geografia, História, Ciências e Inglês. Período manhã e noite. Tratar à rua S. Vicente de Paula 127. Centro, Guarulhos - (SP).

ESTUDANTES - Cr\$ 1500,00 (meio período ou integral) - Empresa de âmbito nacional inaugura mais uma filial, estamos necessitando de estudantes de ambos os sexos para serviços de escritório. Os candidatos deverão comparecer à Rua Marconi 94 s/608 - (SP).

ADMISSÃO IMEDIATA - Recepcionista, Caixa (moça), Relações Públicas. Alto Nível - Publicidade - Salário em Aberto. Moças e rapazes, salário Cr\$ 1260,00. Atendemos de 2ª a 4ª feira. Rua Rio de Janeiro 300, 10º conj. 1000 Belo Horizonte - (MG)

SERVIÇOS PROFISSIONAIS

PROFESSORA DE HISTÓRIA do 2º ciclo oferece-se para dar au-

las à noite. Aceita colégio em qualquer parte do Estado. Cartas para a redação sob o nº 021 - (RJ).

PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO - procura trabalho ligado ao ramo. Cartas para a redação nº 022.

TRADUTORA - Português-Inglês. Fone: 211-6253 à noite. Kimy - (SP).

SERVIÇOS DE DATILOGRAFIA em geral. Máquinas IBM. Sonia 332-0970 - (MG)

OFERECE-SE Recepcionista, datilógrafa, boa caligrafia. Tel: 332-8840 - (MG).

CURSOS E AULAS

ESCOLA CUORE - Especialidade para adolescentes com problema de coordenação motora. **ARTESANATO ORIENTADO** de 2ª a 6ª das 17 às 18 hs. Rua Voluntários da Pátria 406. Tel: 226-6087 - (RJ).

FRANCÊS para crianças e adultos - Aulas agradáveis para aprender a falar. Tel: 232-5583, - (RJ).
ALEMÃO E INGLÊS - Professora diplomada em Cambridge. Munique, com registro do MEC leciona. Av. Paulista, fone: 289-4372, - (SP).

APRENDA - Violão, Guitarra,

Acordeon e Piano a partir de 60,00 por mês, rua S. Paulo 401, 6º andar. Fone: 224-4442. Prof. José Eugenio. Centro - (MG).
APRENDA A FOTOGRAFAR e revelar suas fotos. Aulas individuais teóricas e práticas em sua casa. Tel: 22-4602. Recife - (PE).

LIVROS, QUADROS E DISCOS

Compro coleção da revista **COMICIO**. Tel: 267-4356 - (RJ).
COMPRO Tintin em francês e em Português (capa dura); "Os Frutos Dourados do Sol" de Ray Bradbury e "SAGA DE XAM" Tel: 232-5583 - (RJ).

LIVROS USADOS - Compramos bibliotecas, coleções e livros, avulsos. Livraria Kosmos. Tel: 36-5167 e 32-6373 - (SP).

DISCOS ANTIGOS e LP. Vendo e compro em qualquer parte do Brasil. Recados 292-3577. Pátio do Colégio nº5, 6º andar s/8 - (SP).
QUADROS de pintores brasileiros catalogados, compro. Tibor. Alameda Casa Branca 1117, ap.2-A. Fone: 280-1097 - (SP).
COMPRA-SE Discos, revistas adultas, infantis, livros de bolso usados. Rua Joaquim Favora 462, atrás do Cine Guarani, Cidade Velha. Belém - (PA)

DIVERSOS

COMPRO Vendo e Troco material fotográfico e cinema. Gonçalves Dias 89 s/404 tel: 232-5011 - (RJ)

TELEFONES e Carnets - Compro. Pago à Vista. Também cedo e troco todas as linhas. Av. Rio Branco 239, 7º andar ou Tels: 221-5911, 221-8607 e 221-6819 - (SP)

ASHAI PENTAX 6x7 - Vendo nova. Tel: 254-0276. Conservação de **JARDINS** e **GRAMAS**. Fone: 62-2925 e 266-1502 - (SP).

MONÓCULO JASON - Novinho em folha, modelo 168. 7,6x18x40. Preço especial. Tratar rua Raul Mendes 116. Floresta. - (MG) -

COLCHAS finíssimas em crochê. Fone: 442-3284 - (MG)

RECADOS PESSOAIS:

LUIS MONTEIRO - Esperamos provas do livro. Editora PAZ E TERRA.

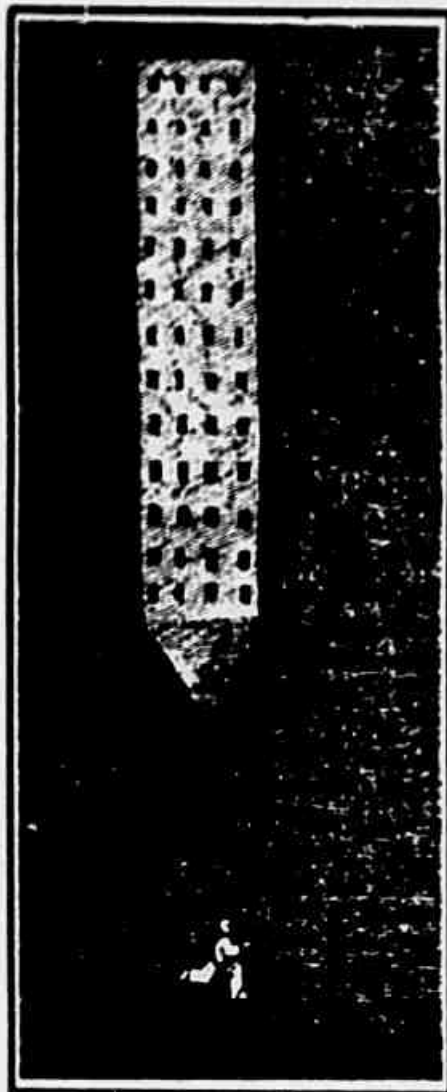
MARCELA - Joana precisa as fotos da exposição. Av. 7 de setembro 124 - (MG).

J. MEDEIROS - Queremos lançar o seu livro no Rio. Procure-nos na gráfica. Tel: 224-6401 - (RJ).

CRISTINA SOARES - Os cartazes estão prontos. Venha! L.A. VILELA.

CIDADES

Sistema urbano e poder

Manuel Castells
Le Monde Diplomatique

Os problemas urbanos se situam, cada vez mais, no centro do debate político nas sociedades capitalistas industriais. É, em parte, com base em reivindicações urbanas e em uma alternativa de gestão comunitária que a esquerda italiana obteve a maioria nas eleições de 1975 nas municipalidades de todas as grandes cidades do país. Mesmo fenômeno no Japão, onde socialistas e comunistas dirigem as cidades mais importantes graças à prioridades que eles concedem aos problemas do urbanismo e do meio ambiente. Nos Estados Unidos, a crise de Nova York é apenas a manifestação mais espetacular de uma série de contradições sociais que colocam em questão um modelo de desenvolvimento urbano que continua sendo, no entanto, indispensável à organização de uma vida quotidiana que responda aos interesses sociais dominantes na sociedade americana. Na França mesmo, a política urbana e regional é um dos indicadores mais claros das clivagens e das lutas entre as diferentes forças políticas, como pode ser observado durante um debate sobre a lei Galley referente à propriedade fundiária urbana, ou, ainda, nas medidas sucessivas que foram tomadas no setor dos transportes ou nos programas de renovação urbana. Alguns observadores chegam mesmo a tornar o "quadro de vida" dos grandes conjuntos habitacionais dos subúrbios parisienses responsável pelo sucesso da esquerda nas eleições cantonais de 1976 junto às classes médias que habitam, em boa parte, nestes novos núcleos residenciais. Como veremos, processo em curso é, de fato, mais complexo. Aliás, se ao invés de nos atermos às expressões institucionais do poder político, observarmos a evolução dos movimentos populares, um dos fenômenos mais significativos dos últimos anos é a eclosão de numerosas ações reivindicatórias e de protestos social relativos a questões urbanas e de meio ambiente. Através de caminhos diferentes, a cidade e seus problemas aparecem como tendo cada vez mais peso nas práticas que constituem o poder. Esta relação se desenvolve também em, outro sentido: o poder político, e em particular sua expressão concentrada, o Estado, modela a cidade de maneira crescente. A intervenção do Estado no urbano, direta e indireta, é o elemento fundamental na organização do conjunto dos equipamentos coletivos que constituem a estrutura urbana.

De onde vem ela, esta politização do urbano? E para onde ela caminha? Em um primeiro nível, ela resulta de um processo contraditório suscitado pela evolução econômica e social do capitalismo avançado. A concentração do capital determina a dos meios de produção e das unidades de gestão, e portanto, também, a da força de trabalho necessária. A concentração espacial dos trabalhadores implica na concentração do conjunto dos meios de consumo dos quais eles têm necessidade. Isto diz respeito tanto ao consumo individual (produtos escoados pelo mercado) quanto ao consumo coletivo (bens e serviços indivisíveis). Mais ainda, a interdependência crescente das diferentes unidades de produção e de gestão obriga a um funcionamento ininterrupto na escala de um verdadeiro complexo econômico, tanto na produção quanto no consumo.

Estes processos são o fundamento da estrutura urbana das grandes cidades. Ora, com o desenvolvimento da tecnologia, a força de trabalho aumenta seu papel no processo de produção: cada trabalhador deve fazer valer uma fração cada vez maior de capital investido em máquinas; a interdependência das unidades técnicas e econômicas reclama um funcionamento cada vez mais programado da força de trabalho; e finalmente, a aceleração do progresso técnico reforça o papel da informação e do conhecimento, e conseqüentemente da qualificação de uma parte da força de trabalho, na criação de valor. Este papel estratégico da força de trabalho aumenta, de modo correspondente, o papel dos meios de consumo que lhe são necessários, em particular daqueles em torno dos quais se organiza o conjunto do consumo: os equipamentos coletivos. A moradia, a escola, os serviços de saúde, as creches e jardins de infância, os equipamentos culturais, os transportes etc., tornam-se deste modo pontos vitais da estrutura urbana e das exigências indispensáveis do processo de produção. Imaginemos o que seria do mercado de trabalho sem uma rede de transportes capaz de distribuir os trabalhadores (em uma boa parte à mesma hora, diariamente) no conjunto da aglomeração?

O Estado e o consumo coletivo. Estes meios coletivos de consumo desempenham também um papel fundamental na organização do consumo individual de mercadorias. Por exemplo, a expansão da indústria automobilística depende inteiramente da organização de uma rede eficaz de rápidas estradas interurbanas. E a implantação das grandes superfícies nos subúrbios, na base da especulação de um certo tipo de consumo, depende das políticas de moradia e de transportes bem como do tratamento da propriedade fundiária. Ora, sabe-se que um dos problemas essenciais do capitalismo avançado é a dificuldade de encontrar mercados sempre crescentes, capazes de seguir em sua evolução a massa de capital que tem de ser aplicada de modo rentável.

O estímulo da demanda solvente, que torna-se fundamental para o capital privado, passa por uma série de mecanismos (crédito, fisco, publicidade etc.) dos quais um deles é o próprio modo de organização do consumo a partir de equipamentos coletivos. Por exemplo, os subúrbios luxuosos americanos (e provavelmente também os franceses, apesar de não contarmos com dados sobre este ponto que permita fazer tal afirmação como para os Estados Unidos) são um poderoso instrumento de estímulo ao consumo mercantil. Mas estes subúrbios luxuosos e o modelo de comportamento e de consumo implícitos, se tornaram possíveis através de uma determinada política urbana da qual o Estado foi um instrumento determinante.

Assim, se é verdade que a nossa sociedade permanece, antes de tudo, determinada pelo processo de produção, o consumo coletivo, organizado através do sistema urbano, tem um papel cada vez mais importante no conjunto da organização social, embora sendo uma contradição secundária. Dito isto, os equipamentos coletivos não são requisitados apenas pelos processos de produção e de consumo. Eles respondem ao desenvolvimento das exigências das massas

populares, cujas necessidades se definem historicamente na medida dos avanços das forças produtivas e, sobretudo, da alteração da relação de forças entre as classes em luta. A medida em que o movimento dos trabalhadores cresceu em força e em influência política no conjunto dos países capitalistas avançados, o salário direto percebido dos empregadores foi completado cada vez mais pelo salário indireto constituído pelas prestações sociais e pelos bens e serviços coletivos, cujo uso torna-se muitas vezes mais importante para o nível de vida popular do que o montante nominal dos salários diretos.

É assim que os meios coletivos de consumo, na base da estrutura urbana, são cada vez mais necessários para a evolução do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações sociais, par e passo com o desenvolvimento do capitalismo. Ora, ao mesmo tempo, sabe-se que, em geral, a produção e a gestão da maioria destes bens coletivos não são rentáveis para o capital privado, pelo menos sem uma intervenção externa ao capital tenha, criado, com antecedência, as condições necessárias ao lucro capitalista. E isto por razões muito complexas para serem resumidas em uma única frase, mas das quais pode se dizer que se devem às relações históricas entre as classes e não à "natureza" destes bens e serviços.

Chega-se então a uma contradição fundamental do desenvolvimento capitalista: o que é exigido de modo determinante a partir de várias fontes não pode ser produzido pela lógica do capital. É para tentar resolver esta contradição que o Estado intervém de forma decisiva na produção, na distribuição e na gestão dos meios coletivos de consumo e na organização espacial destes serviços. O setor de equipamentos coletivos e o sistema urbano que dele resulta vão ser marcados, por conseguinte, de modo decisivo pelo papel do Estado. Este papel não cessou de aumentar na França ao longo do tempo. Tomando como indicador muito aproximativo da evolução

da intervenção do Estado as despesas estatais por setor orçamentário, expressas em percentual da renda nacional, observa-se uma reorientação muito nítida na evolução por função: as funções políticas tradicionais (administração e defesa) passaram de 5% do P.N.B. em 1870 para 9,9% em 1970; as despesas de ajuda à agricultura, à indústria e ao comércio de 0 a 2,9%; e as despesas que podem ser classificadas na rubrica "serviços e equipamentos coletivos" (educação e cultura, ação social, transportes, moradia e urbanização), de 1% para 14,1 por cento.

Esta intervenção não é, no entanto, um simples mecanismo regulador. A ação do Estado é o resultado de um processo político, amplamente comandado pelas lutas de classe. Neste sentido, os conflitos políticos vão ser determinantes na gestão dos meios coletivos de consumo e do sistema urbano. Ora, na medida em que estes condicionam as práticas sociais do conjunto da população, o conjunto dos grupos sociais sofre as conseqüências da intervenção do Estado neste domínio: O Estado torna-se o verdadeiro administrador dos serviços coletivos, estruturando a organização da vida quotidiana. As contradições se desenvolvem na esfera do consumo coletivo: os conflitos têm suas raízes na organização urbana, que tende assim a se relacionar, de forma mais ou menos direta, à gestão do Estado e às orientações políticas subjacentes. A intervenção do Estado no urbano, embora visando ultrapassar, as contradições resultantes da incapacidade de uma economia capitalista em produzir bens e serviços dos quais ela mesma suscita uma necessidade imperativa, politiza e globaliza os conflitos urbanos, articulando diretamente as condições materiais de organização da vida quotidiana e o conteúdo de classe das políticas do Estado.

Classe operária e nova pequena burguesia

Uma tal evolução é fundamental do ponto de vista político, pois o que caracteriza as contradições urbanas é que elas dizem respeito a todas as classes populares, incluindo aí as camadas da "nova pequena burguesia" (técnicos, empregados). A crise de moradia se estende bem além da classe operária, a crise dos transportes em comum atinge o conjunto da população que tem de efetuar deslocamentos quotidianos, a falta de creches e jardins de infância atinge a todas as mulheres, a poluição, que também é indivisível etc. Ora, se estas contradições dizem respeito à ampla maioria da população, elas não são "naturais" ou decorrentes do "meio urbano": são determinadas por relações sociais historicamente definidas.

Vimos como, por meio das contradições urbanas, a lógica social dominante atinge o conjunto das classes populares de modo majoritariamente indivisível. Os "usuários" e os "moradores" reagem através de movimentos reivindicatórios diversos, que, pouco a pouco, vão se constituindo em um verdadeiro "sindicalismo urbano". É preciso observar, com especial atenção, a participação particularmente importante nestes movimentos das camadas da "nova pequena burguesia" que, têm uma tradição de luta e de organi-

zação relativamente fraca na esfera do trabalho. É através destas "lutas urbanas" que numerosas camadas populares, tradicionalmente distantes para com organizações e orientações do movimento operário, em parte devido ao seu lugar na divisão social do trabalho, tomam consciência de sua oposição objetiva às práticas de Estado marcadas pela hegemonia do grande capital. A formação de unidades coletivas de consumo (as grandes cidades) desemboca assim na organização coletiva das reivindicações em relação a estes equipamentos, por parte do conjunto das classes. E a intervenção do Estado suscita muitas vezes a politização da reivindicação.

O alcance desta tendência pode ser melhor compreendido se posto em relação com a evolução recente da expressão política dos movimentos sociais populares. Ela tenta superar as nostalgias do Palácio de Inverno sem, no entanto, aceitar a falsa ingenuidade de uma neutralidade do Estado do ponto de vista do seu conteúdo de classe. Trata-se de avançar, ao mesmo tempo no controle das instituições do Estado por meios democráticos (essencialmente eleitorais) e na transformação das relações sociais sem a qual toda medida econômica pode desembocar apenas em uma racionalização do sistema em vigor. Como conciliar uma análise de classe do aparelho do Estado e a possibilidade histórica de uma tal estratégia? Pela utilização de uma "nova arma" que deverá ser decisiva na fase histórica em que vivemos: a capacidade de obter a adesão das massas populares, de alcançar seu apoio consciente antes mesmo de controlar os aparelhos. E o único método conhecido de transformar uma consciência, tendo por base a defesa dos interesses objetivos, é a descoberta destes interesses na e pela luta, com a condição, é claro, de integrar no termo de luta o conjunto dos meios de pressão, incluindo a gestão de setores ou de níveis do Estado, distanciando-nos assim da imagem das lutas sociais reduzidas às explosões de rua.

Se a classe operária é a que tem mais consciência de sua situação e que mais apoia as organizações políticas alternativas ao poder organizado em torno da burguesia, isso se deve principalmente porque ela tem uma experiência de organização e de luta, mesmo se estas decorrem do lugar fundamental que ocupa nas relações de produção. A classe operária isoladamente não pode hoje apresentar uma alternativa socialista na Europa Ocidental. Isto só é possível através da formação de um conjunto de classes populares objetivamente interessadas a ultrapassar o capitalismo e subjetivamente conscientes desta necessidade e desta possibilidade. As camadas fundamentais para avançar nesta perspectiva com a classe operária, que continua sendo o eixo essencial do projeto socialista, são as camadas de assalariados conhecidas sob a denominação de "nova pequena burguesia". E se elas lutam cada vez mais ao nível do seu lugar de trabalho, é ao nível das reivindicações urbanas que elas descobrem mais facilmente uma aproximação de interesses com a classe operária e uma oposição comum à lógica do sistema e a sua expressão concentrada na gestão dos bens coletivos pelo aparelho de Estado.

É neste sentido que as lutas urbanas, as alternativas políticas municipais, o debate em torno do consumo coletivo e da distribuição do espaço desempenham um papel crucial na dinâmica política em curso em nossas sociedades. Se os "grandes conjuntos" votam na esquerda não é porque o concreto "enfurece", mas porque a socialização do consumo existente nas cidades reaproxima as condições de vida quotidiana dos habitantes, reforça sua solidariedade e favorece o desenvolvimento de lutas que se dirigem ao mesmo tempo ao Estado-agente econômico e ao seu aparelho político local e nacional.

Esta tendência, cada vez mais visível, é ainda mais paradoxal se pensarmos que foram as classes dominantes que colocaram a

"questão urbana" no primeiro plano do cenário político, numa tentativa de substituir a contradição entre capital e trabalho pelos problemas do quotidiano. Esta tentativa, implícita, de "naturalizar" as contradições sociais, identificando portanto sua solução a um problema técnico, conduziu a um "esquecimento" maior: a vida não é algo teórico, mas uma prática concreta. E foi pela prática que se descobriu que, se é verdade que havia contradições novas na organização das cidades, estas se articulam intimamente à organização do conjunto das relações entre as classes, isto é, às relações de poder. Eis porque a relação entre a cidade e o poder nos parece estar no centro da problemática urbana atual. Pois, se o poder estrutura a

cidade, os movimentos que nascem na e pela cidade desempenham atualmente um papel estratégico na transformação do poder.

1. Isto aparece com bastante clareza, no que concerne à França, graças ao desenvolvimento de pesquisas sobre a política urbana, para uma expressão sintética dos resultados destas pesquisas ver o volume coletivo do colóquio de Dieppe: Politiques urbaines et planification des villes, ministério do Equipamento, 1974.

2. Cf. novo artigo "A crise urbana nos Estados Unidos", Les Temps Modernes, fevereiro de 1976.

3. Cf. Patrice Grevet, Besoins populaires et financement public, Editions sociales, Paris, 1976.

4. Para uma discussão a este respeito, ver Edmond Préteceille, Equipements collectifs, structures urbaines et consommation sociale, Centro de Sociologia Urbana, Paris, 1975, e também Claude Pottier, La logique du financement public de l'urbanisation, Mouton, Paris, 1975.

5. Desenvolvemos esta análise, de modo mais aprofundado, em um texto que deve ser publicado em breve: "Intervenção do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas", de Nicolas Poulantzas (sob a direção de) La Crise de l'Etat, Presses universitaires de France, Paris, 1976.

6. Cf. o estudo fundamental de C. André, R. Delorme e A. Kouevi, Etude analytique et numérique des tendances significatives e des facteurs explicatifs de l'évolution des dépenses et recettes publiques françaises au cours de la pé-

riode 1870-1970, CEPREMAP, Paris 1974, mimeografado.

7. Tentamos demonstrar esta tese em nossa obra La Question urbaine, Maspero, Paris, 1972.

8. Cf. M. Castells, E. Cherki, F. Godard, D. Mehl, Sociologie des mouvements sociaux dans la région parisienne, vol. 1, Mouton, Paris, 1976.

9. No sentido em que é definida por Nicolas Poulantzas em Les Classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, Le Seuil, Paris, 1974.

10. Sobre o fundamento empírico da determinação das políticas urbanas na França pelo interesse do capital monopolista, ver, por exemplo, Jean Lojkine, La Politique urbaine dans la région parisienne, Mouton, Paris, 1973; e do mesmo autor, La Politique urbaine dans la région lyonnaise, Mouton, Paris, 1974.

Populações rurais e direito à cidade na África

Marc Vernière

Le Monde Diplomatique

O rfeu do Carnaval ou Calcutá: a imagem que o europeu recebe das cidades do terceiro mundo pode ser multicolorida ou catastrófica, mas é sempre limitada: as "favelas" de outros países reconfortam e valorizam nosso cidadão urbano humilhado, espectador passivo da dolorosa manipulação do próprio espaço onde vive. Embora pense conhecer a Índia, por exemplo, ele freqüentemente ignora que a África negra, vista como a pitoresca terra dos celeiros de milho, vem-se urbanizando rapidamente desde que seus países se tornaram independentes. E no entanto, nunca se viu, em outros continentes, uma cidade como Abidjan dobrar sua população cada seis anos; e outra - Kinshasa, no Zaire, antiga Leopoldville -, com uma população de 400 mil habitantes em 1960, chegar à casa dos dois milhões.

Apesar de certas analogias inegáveis, seria estéril portanto, qualquer comparação muito simplista entre a urbanização-industrialização da Europa do século XIX e esta recente hiperurbanização. Pondo-se de lado as clássicas "favelas" do centro das cidades, com efeito, a forma mais comum do crescimento urbano na África toma a forma de uma urbanização extensiva "horizontal", grande devoradora de espaços. Nestas periferias, sempre muito mais extensas e freqüentemente mais povoadas do que o núcleo colonial de base, imagem "integrada" da cidade, as ininterruptas ondas de imigrantes de origem rural vão moldando a seu bel prazer a nova entidade urbana. Privados da cidade monumental, eles vão criando o espaço que lhes é deixado; e, necessariamente, uma elite minoritária de "verdadeiros" cidadãos urbanos virá controlar o seu dinamismo.

Brazzaville, capital de um país sub-povoado e de recursos modestos, é tão extensa quanto a Grande Paris (tendo 10 vezes menos habitantes), ao passo que Ouagadougou, aldeia imensa em que um terço dos habitantes vive da agricultura, ocupa nove vezes a superfície que seria capaz, financeiramente, de urbanizar. É evidente, assim, que um urbanismo convencional importado, concebido para cidades prósperas de crescimento moderado e "vertical", não pode funcionar na África.

Ao lado de tentativas limitadas do tipo H.L.M. - que só beneficiam a pequena burguesia urbana - e após o fracasso de soluções radicais (a política de segregação herdada de Haussmann), as autoridades nacionais só têm o recurso

de uma política de relativo *laissez-faire* em matéria de planejamento urbano. Elas serão obrigadas, algum dia (e mesmo contra a vontade), a aceitar a colaboração ativa daqueles que, espontaneamente, tentam resolver seus problemas no dia a dia. Talvez nos venha do continente africano um exemplo de reconquista do "direito à cidade" pelos primeiros interessados. Os "marginais" majoritários mostrarão à cidade oficial que ela é a verdadeira marginal.

A Europa conquistadora impôs a suas cidades de além mar a organização espacial à base de segregação que dominava em seus países. Sem a desvantagem de núcleos históricos, as capitais africanas - criações *ex nihilo* - são, em estado bruto, cidades "úteis", projeções de um sistema econômico. Elas se apresentam como empreendimentos funcionais: a "Colina", cidade moderna dos dominantes, isolada a pretexto de higiene, controla a cidade negra, loteamento cerrado em que se agrupam os nativos; o porto e a zona industrial, próximos um do outro, são cercados de favelas informes, habitadas pelo exército de reserva dos trabalhadores "imigrantes" das regiões rurais próximas.

A independência trouxe enormes mudanças de escala a este esquema, mas sem alterar a imagem que os novos dirigentes faziam do que deve ser uma cidade. Torna-se regra (herança de Haussmann) o "saneamento" permanente do centro, mediante a expulsão maciça dos moradores das favelas para loteamentos periféricos instalados apressadamente. Esta política, baseada no simples princípio dos vasos comunicantes, transformouse num tratamento de choque tanto mais brutal, a partir de 1960, por ter aumentado o ritmo de crescimento das cidades. De Dar-es-Salam a Dakar, e apesar das importantes diferenças ideológicas e sócio-culturais entre os diversos países, "sanear" tornou-se a grande obsessão de todos os governantes que vêm realizando - para além da antiga segregação racial e sob pretexto de integrar os "marginais" - a mais evidente das segregações sociais do espaço urbano.

Abidjan, capital da Costa do Marfim, vitrine africana dos países industrializados, também apresenta contrastes caricaturais entre, por um lado, a "Colina" e a "Riviera" de Cocody, e, por outro, os loteamentos-gigantes de Abogo e de Banco. O mais das vezes, no entanto, este esquema ideal - cidade moderna dos colarinhos brancos e subúrbio controla-

do dos trabalhadores e dos imigrantes - não se efetiva. Na periferia, o ritmo das ocupações espontâneas supera o da criação de loteamentos oficiais, mesmo os feitos às pressas. Esta voluntária "corrida contra a lei" de numerosos habitantes seria apenas uma

reação de revolta por parte dos que não conseguiram ser "transferidos" ou resultaria de uma escolha deliberada?



N'Djamena, uma capital africana

uma espécie de cidade gêmea da capital, a "Dakar dos pobres". O grande tabuleiro periférico vai-se povoando à medida em que se sucedem as evacuações: basta acrescentar novas casas. Nascida em 1952, a cidade-nova conta atualmente com mais de 200 mil habitantes (um terço do total), e esta transferência maciça de população poder ser considerada um sucesso técnico: Dakar, livre de suas favelas, pode receber dignamente os turistas.

Mas acontece que os novos habitantes, graças a formas naturais de agrupamento (grande família, mesma aldeia, mesma etnia), já se vinham acostumando, em seus antigos casebres - um microcosmo em que se sentiam seguros -, à grande cidade: exilados em Pikine, eles se sentem ainda mais marginalizados porque, no novo loteamento, as formas espontâneas de agrupamento foram quebradas pela distribuição arbitrária dos lotes. Excluídos da verdadeira cidade, estes habitantes também são intrusos na região rural, onde a aglomeração imposta é um corpo estranho. Os nativos da aldeia de Lebu, habituados à posse da terra, não permitem o acesso dos recém-chegados ao solo cultivável; e o simples cultivo de hortas, por outro lado, não chega a ser uma alternativa. Rejeitados por Dakar, ignorados pelos aldeões, os habi-

tantes de Pikine sentem-se duplamente marginalizados.

Mas desde 1960 muitos habitantes de Dakar ameaçados de expulsão vêm-se recusando ao papel de objetos passivos da política oficial. Ignorando a lei moderna, eles passam a recorrer ao direito consuetudinário, e passam a encontrar a cumplicidade dos aldeões Lebu, detentores de um solo que a cidade em crescimento passou a reivindicar. O fenômeno não é raro na África: Lebu (em Dakar), Duala e Bassa (em Douala), Ebrie (em Abidjan), Mpongoué (em Libreville) e Bateke (em Brazzaville) participam também, mediante a venda mais ou menos legal de terras cultiváveis que se transformam em lotes para construção, do surgimento de uma urbanização "selvagem", paralela às extensões controladas das grandes cidades superpovoadas.

Diante dos empreendimentos planejados e "integradores", é significativa a aliança entre os dois tipos de marginais: habitantes da cidade dominados e aldeões ameaçados. Em Dakar, atualmente, o loteamento de Pikine tem sua população dobrada por uma "cidade ilegal" de 50 mil habitantes. Rejeitados, como os habitantes de Pikine, pela cidade moderna, os "irregulares" só têm a ganhar com sua audácia. Instalando-se a seu bel prazer, eles podem agrupar-se por afinidade e adquirir terrenos que comportem confortavelmente suas famílias. Por pagarem impostos aos nativos, eles podem fazer uso das comodidades coletivas e da vida social da aldeia - núcleo em torno do qual organiza-se a frente pioneira de urbanização espontânea - e têm autorização para cultivar a terra. Marginalizados na cidade, estes homens - de origem rural - como que se reintegram ao campo. O seu exemplo já vem sendo copiado: muitos habitantes de Pikine, apesar das comodidades coletivas essenciais com que contam no loteamento, vendem seus lotes para também tentar a aventura ilegal. Não tendo um "direito à cidade", eles impõem seus direitos sobre a periferia; prudentemente, as autoridades preferem fechar os olhos.

Fracasso da política oficial? Sucesso relativo das iniciativas espontâneas? Devemos reconhecer que uma cidade como Brazzaville, antítese de Dakar por seu *laissez-faire* em matéria de planejamento urbano, é sem dúvida uma das cidades africanas mais harmoniosas: ela é a expressão fiel da população que a habita, sendo ao mesmo tempo uma cidade e uma

tempo uma cidade e uma

aldeia para seus habitantes de origem rural. Uma urbanização extensiva deste tipo não levantaria maiores problemas técnicos se as comodidades mínimas a posteriori - atualmente necessárias por razões médicas - da periferia pudessem ser instaladas apenas com os recursos orçamentários locais. Já que assim não é, seria o caso de romper a dinâmica do crescimento espontâneo? Ou aproveitar algumas de suas contribuições, apenas controlando-a mais? Ou seria o caso, ainda, de colocar o problema em outros termos?

Desde que se conheceram os trabalhos do sociólogo J. Turner no Peru¹, a primeira solução deixou de ser viável. Turner encontrou motivos de conforto nas "invasões" periféricas de Lima: no coração destas "extensões da esperança" (que opõe aos "slums of despair" do centro das cidades), ele reabilita os dinâmicos pioneiros da franja urbana, entre os quais - correção importante para os preconceitos - espanta-se em encontrar comportamentos conservadores de "self made men". A leitura de Turner e o *laissez-faire* que se seguiu em relação aos "incontrolados" contribuíram em muito para desarticular as "lutas urbanas" na América Latina.

Depois do que, o Banco Mundial - que começou a se preocupar com a hiperurbanização do Terceiro Mundo, passou a tentar "recuperar" os bairros espontâneos. Sua atual política - chamada de "loteamentos saneados" - consagra o fim das intervenções bru-

tais: a partir de agora, será necessário incitar, e não obrigá-lo, os habitantes "subintegrados" a se agruparem na periferia; água corrente e iluminação pública serão a recompensa para a sua docilidade. Esta assistência discreta, que, tratando-se de um banco, desafia as leis da rentabilidade (que tem dúvidas quanto a isto, senão aqueles que querem salvar as aparências?), é na verdade uma estratégia inteligente, que pode revelar-se eficaz num "sistema econômico normal" (expressão de Turner). Embora todos estes objetivos sejam apenas caritativos, uma atuação deste tipo - prudente alternativa para as "trocas ilegais" - só servirá para perpetuar sérias contradições.

De forma que os pesquisadores do IDEP² pensam que, ao contrário, o Terceiro Mundo deve a partir de agora contar apenas com seus próprios recursos materiais e de mão-de-obra. A reunião de Douala³ chamou a atenção para a necessária educação das populações urbanas marginalizadas, única maneira de ação sobre a parte principal da cidade. É verdade que podemos observar, na grande cidade dos Camarões (quase 400 mil habitantes), um fenômeno singular que vem-se operando entre os "squatters" dos bairros periféricos: sem ajuda alguma dos poderes públicos, eles empreenderam coletivamente (quotizações, equipes de trabalho) o equipamento e o saneamento de seu meio ambiente (drenagem, aterro, construção de pontes e de escolas). É interessante a perspectiva de que, mediante uma ligeira formação técnica,

os "espontâneos" resolverão por conta própria todos os problemas; e é bom pensar, sobretudo, que "as formações não se limitarão, em sua finalidade, a simples melhoria da vida dos bairros, apenas um efeito da nova maneira de abordar o problema, mas visarão ainda ao controle da vida da cidade pelo maior número de habitantes".

O entusiasmo dos que conhecem a experiência de Douala se justifica. Duas observações devem ser feitas, no entanto. Em primeiro lugar, não se deve esquecer que estas iniciativas espontâneas surgiram num contexto amplamente mono-étnico; estamos nos referindo à dinâmica étnica bamilé-ké, aliás repudiada no plano nacional. Da mesma forma, em Brazzaville, certas comunidades religiosas, desejosas de demonstrar sua coesão ao país do "socialismo científico", vêm tomando a iniciativa de trabalhos coletivos em seus bairros. A eficácia das palavras de ordem lançadas pelos "líderes" pode ser freqüentemente explicada muito mais pelos fatores étnicos ou religiosos do que por uma eventual conscientização política. De qualquer forma, a alternativa já existe.

Em segundo lugar, é evidente que se deve ultrapassar a questão urbana e não considerar isoladamente a cidade como um corpo doente; isto para não aderir às análises dos "médicos do espaço" (ver nota 1), membros ativos de determinado sistema social, que tentam remediar uma "patologia do espaço" que seria a causa do mau funcionamento de uma socie-

dade inteira e de seus males. Se é verdade - como acreditamos nós mesmos e como foi afirmado na Declaração de Cocoyoc - que os países do Terceiro Mundo devem contar com seus próprios recursos para se desenvolverem (self-reliance), nesse caso "é impossível alcançar este objetivo participando de um sistema que perpetua a dependência econômica" - o que pode implicar um recuo temporário do sistema econômico atual⁴.

A partir do momento em que sabemos que, em Dakar, os "mercadores do sono" são em maioria antigos trabalhadores imigrados Sarakholle - os mesmos que sofreram e aprenderam, nos conjuntos parisienses, técnicas eficazes de exploração - somos obrigados a reconhecer que chegou a hora de a África deixar de lado certas formas de dependência e evitar a reprodução global da dependência. Sem profundas mudanças de orientação - muito maiores, evidentemente, que as simples mudanças dos carros oficiais de Mercedes para Zis - os habitantes dos bairros espontâneos das cidades africanas, ainda que especialistas em encanamento das águas, seriam apenas os pioneiros isolados de uma luta entre a "periferia" e o "centro", no sentido estritamente urbano da palavra.

(1) Expressões de H. Lefebvre. *Le Droit à la ville*, Anthropos, 1968.

(2) Este esquema comporta uma única exceção: a cidade de Bissau, na ex-Guiné Portuguesa. A capital, única cidade mantida pelo ocupante em meio a

campos há muito libertados, não era uma miragem para os habitantes das regiões rurais, mas um símbolo da opressão sofrida pelos soldados camponeses do PAIGC. Os novos governantes poderiam promover, assim, uma política de "desurbanização" e de "volta à terra". Reside aí, evidentemente, a solução para o gigantismo urbano, mas ela só poderia efetivamente ser aplicada neste contexto psicológico e político preciso.

(3) M. Vernière, "A propos de la marginalité, réflexions illustrées par quelques enquêtes en milieu urbain africain", Cahiers d'Etudes Africaines n.º 51, vol. XIII, 1973.

(4) *Les travaux de J.F.C. Turner a respeito dos Etablissements urbains incontrolés*.

(5) Instituto de Desenvolvimento e de Planejamento de Dakar, dirigido por Samir Amin.

(6) Sessão de informação sobre o meio urbano na África intertropical. IDEP, I.P.D., Douala, 1973.

(7) Citação do trabalho de L. Barbedette, J. Bugnicourt e Ben Mady Cisse "La formation comme action sur la ville", Environnement africain, vol. 1, n.º 3, 1975.

(8) Declaração adotada no simpósio sobre "Os modelos de utilização dos recursos, estratégias para o meio ambiente e desenvolvimento", ONU, Cocoyoc Morela, México, outubro de 1974.

(9) O "liberalismo" econômico e a dependência; o conjunto das contradições espaciais e sociais que apresentamos não são privilégio da África. A América Latina e o Sudeste asiático apresentam situações análogas. Cf. A. Durand-Lasserre, "Les métropoles de l'Asie dominée", L'Espace géographique, n.º 4, tomo III, 1974.

ANGOLA

Tribunais de guerra e poder popular

Ernest Harsch

O outro aspecto da política do MPLA tem sido o de brandir o punho de ferro contra aqueles que ainda não se convenceram com a sua demagogia ou tentam organizar quaisquer lutas independentes.

"Poder Popular"

A imensa revolta operária que varreu Angola logo após o golpe de 25 de abril de 1974 em Portugal exerceu um importante impacto no enfraquecimento do controle de Lisboa sobre a colônia. Pela primeira vez, os trabalhadores angolanos tiveram uma oportunidade de organizar-se em larga escala. Formaram sindicatos, comitês de trabalhadores, comissões de bairros e grupos de "poder popular". Embora na sua maioria tenham surgido independentemente do controle do MPLA, esses grupos na região de Luanda geralmente recorriam ao movimento em busca de liderança política.

Em vez de se basear nessa revolta geral para desenvolver a luta pela independência efetiva, o MPLA da mesma forma que seus rivais nacionalistas, encarou-a como uma ameaça à sua própria luta pelo poder.

Depois de entrar no regime de coalizão com a FNLA, a UNITA e os colonialistas portugueses em janeiro de 1975, o MPLA lançou apelos aos trabalhadores para que interrompessem as greves, apoiou a legislação antigrevista e, em fevereiro, chegou a enviar tropas para acabar com a greve dos portuários de Lobito.

Por vários meses no início de 1975, o MPLA capitalizou o apoio de que desfrutava entre a população umbundu de Luanda para conseguir a adesão dos organismos de trabalhadores e de bairros à sua luta de facção contra a FNLA e a UNITA. Em fins de julho, todavia, o movimento conseguiu expulsar de Luanda os dois rivais e já não precisava dos grupos populares como massa de manobra. Dissolveu e desarmou à for-

ça alguns deles e transformou outros em organismos burocraticamente controlados, impondo suas diretrizes às massas. Em setembro e outubro de 1975, começou a pregar alguns dos líderes dos comitês de trabalhadores e grupos do "poder popular" que não havia demonstrado subserviência para com a liderança do MPLA.

Assim, no final de 1975, as várias organizações de massa independentes estavam politicamente decapitadas. Surgidas originalmente de baixo como parte da revolta de massa, tinham sido transformadas em instrumentos burocráticos encarregados de executar as diretivas baixadas pelo MPLA.

Esse sistema de controle de massa foi institucionalizado a cinco de fevereiro deste ano com a adoção da Lei do Poder Popular, que regulamenta a eleição dos "comitês populares" a nível de bairros, aldeias, comunas, conselhos e províncias. No entanto, apenas os comitês de bairro e de aldeia terão eleições diretas. Cada um dos organismos superiores da pirâmide será eleito por membros dos comitês inferiores dentro de suas jurisdições.

Significativo é que a lei não estabelece nenhum "comitê popular" a nível nacional, eleito, ou não.

Para assegurar que os "indesejáveis" não se infiltrem nas listas eleitorais, o MPLA impôs uma série de restrições ao direito de voto. Dele não desfrutam os simpatizantes e ex-membros da FNLA e da UNITA, assim como os que praticam "racismo", "tribalismo" ou "regionalismo", ou seja todos os que refletem os interesses parciais dos ovimbundu, bakongo e outros povos de Angola. Também sem direito ao voto são os considerados culpados de "sabotagem econômica" e "vagabundagem", acusações geralmente

lançadas contra ativistas operários e grevistas.

Mesmo com essas restrições, o MPLA ainda hesitou em convocar eleições. Elas estavam marcadas originalmente para o dia 13 de maio, mas foram adiadas devido a uma série de lutas operárias que eclodiram no início daquele mês.

Operários de indústria em Luanda e outras cidades desencadearam greves e "operações-tartaruga" por aumentos de salários e melhores condições de trabalho. As greves duraram pelo menos dois meses. De acordo com o *Washington Post* do dia dois de julho, "o governo ordenou a volta dos grevistas ao trabalho na única fábrica de sacos de café do país".

Segundo uma emissão radiofônica da *Prensa Latina*, de nove de maio, enviada a Luanda, o ministro do Interior Nito Alves "disse que o voto perderia muito do seu real significado revolucionário se as eleições se realizassem no período em que a produção esteve paralisada na capital".

O presidente Agostinho Neto também encarou as greves com seriedade. "Não pode haver um poder político sólido ou estável enquanto as fábricas e o campo não estiverem produzindo para a consolidação da verdadeira independência econômica".

Segundo um relato de David B. Ottaway no *Washington Post* de 24 de maio, o MPLA estava preocupado também "porque elementos da oposição de esquerda estavam utilizando os conselhos como um trampolim para atacar o novo governo". As eleições foram adiadas, acrescentou, porque os líderes do MPLA "subitamente descobriram que não tinham feito os preparativos adequados para con-

As poucas, estabelecidas em Angola o governo do MPLA com o apoio dos cubanos e dos soviéticos, começam a surgir denúncias cada vez mais menos contestáveis de que o principal recurso dos partidários de Agostinho Neto para manter-se no poder é a força, utilizada contra todos os dissidentes, desde os mercenários até os trabalhadores em greve.

É precisamente a incapacidade para distinguir entre uma contradição antagonica e uma outra não-antagonica o que caracteriza a atuação do novo governo de Luanda, como atesta o artigo de Ernest Harsch que publicamos a seguir.

As denúncias de Harsch fazem eco a um artigo recém-publicado pela revista inglesa *New Statesman*, que - entre outras coisas - lembra que "em outubro, o MPLA dissolveu à força todos os corpos autônomos de autodefesa, reorganizando-os na Organização de Defesa Popular com 'elementos politicamente conscientes' na sua liderança e sob o comando direto da hierarquia militar do MPLA. Em uma das instâncias, no distrito de São Paulo de Luanda, o MPLA enviou tropas para ocupar a sede do comitê popular local e deteve nove de seus líderes".

"Esta atitude ditatorial - irônica depois de mais de 15 anos de luta de libertação - visa parcialmente a forçar a aceitação da política altamente impopular do MPLA no que se refere as greves, do programa de austeridade e de aumento da produtividade (campanha que é simbolizada pela Lei da Disciplina de Trabalho, que afirma que as interrupções de trabalho ou greves não conduzidas pelos sindicatos ou comitês sindicais, eles próprios controlados pelo MPLA, são considerados 'crimes contra a produção', passível de penas de até dois anos".

No entanto, como lembra o articulista do *New Statesman*, "talvez o insistente convite do MPLA às

multinacionais para que elas retomem a exploração dos importantes recursos minerais de Angola".

Em incontáveis comunicados, discursos e emissões radiofônicas, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclamou sua intenção de construir uma sociedade "socialista" em Angola.

Mas o "socialismo" do MPLA limita-se à retórica. As políticas que o movimento adota atualmente contam uma história completamente diferente.

Desde o fim da guerra civil angolana, em fevereiro, o regime do MPLA continuou seus esforços para controlar e desmobilizar as massas. Em especial na área de Luanda, procurou conter e quebrar todas as lutas operárias independentes, prendendo dezenas de ativistas políticos e trabalhadores.

Ao mesmo tempo, esse regime "socialista" convidou obsequiosamente interesses imperialistas a recomenciar a exploração da vasta riqueza natural de Angola. Duas grandes companhias de petróleo e de diamantes já aceitaram o convite do MPLA e outros interesses capitalistas estão lutando para conseguir o seu pedaço.

A julgar pelas atitudes que tomou para suprimir todas as iniciativas independentes das massas, está claro que o MPLA teme qualquer ameaça à sua caminhada rumo a uma acomodação com o imperialismo e aos seus planos de construir um regime neocolonialista estável em Angola.

Para conter essa ameaça em potencial à sua autoridade, o MPLA adotou uma dupla política. Até aqui, sua principal tática foi a de tentar entrar o movimento operário através de sindicatos e organismos de "poder popular" diretamente controlado pelo MPLA, assim como a exortação das massas ao "sacrifício pela revolução".

trolar a seleção de candidatos".

Para obstar qualquer dissidência, o MPLA decretou que todos os candidatos aos comitês de bairro deveriam ser propostos pelas organizações de trabalhadores, jovens ou mulheres controladas pelo movimento.

O poder de tomar decisões desses organismos do "poder popular" parece limitado a tarefas locais como a criação de cooperativas de mercado nas aldeias ou atividades culturais. Sua principal função é executar as decisões da cúpula do MPLA.

Os vários comitês de trabalhadores criados ou tomados pelo MPLA nas fábricas têm um papel similar. Numa reportagem publicada na edição de 28 de fevereiro do *Le Monde*, o correspondente do jornal francês René Lefort citou as palavras de um administrador de uma plantação de café qualificando o comitê de trabalhadores local como "um simples organismo consultivo". Acrescentou que "os poderes administrativos permanecem intactos".

Nas indústrias nacionalizadas, o MPLA instalou comitês administrativos, alguns membros dos quais são eleitos pelos trabalhadores da fábrica, entre eles alguns indicados pelo regime. Como ocorre nos grupos de "poder popular", os membros que são eleitos devem ser propostos pelo sindicato local.

A principal federação de sindicatos de Angola é a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), diretamente controlada pelo MPLA. Durante a onda de greves que começou em maio, o secretário geral da UNTA, Aristides Van-Dunen, visitou a fábrica Textang para denunciar os grevistas. A 13 de maio, uma delegação da UNTA na província de Cuanza Sul aprovou uma resolução pedindo ao regime que suprimisse as greves.

A UNTA desempenhou também um papel importante na campanha do MPLA para impor maior ritmo e mais horas de trabalho. Lefort relatou que, "segundo o secretário geral da UNTA, o interesse primordial dos trabalhadores, em todas as circunstâncias, é o aumento da produção".

Embora o MPLA tenha tentado estabelecer uma pretensa regra democrática, o verdadeiro poder em Angola está nas mãos do Conselho Revolucionário, que é quem governa, e do Bureau Político do MPLA, composto de 10 membros.

"Traidores", cuidado
Dirigentes do MPLA tentaram justificar as prisões de dissidentes políticos e líderes operários independentes qualificando-os de "reacionários", "ultra-esquerdistas", "traidores", "sabotadores", "racistas", "divisionistas" ou "agentes do imperialismo".

A edição de 17 de abril do *Diário de Luanda*, controlado pelo MPLA, trazia um artigo calunioso do padre Joaquim Pinto de Andrade, um líder da extinta Revolta Ativa (uma tendência dissidente do MPLA) que foi preso por pouco tempo pelo MPLA. O artigo chegava a tachar Andrade de "ter parte com o diabo".

Segundo um panfleto publicado em Lisboa, no mês de março pelo Comitê de Divulgação e Apoio à Luta do Povo Angolano (CDALPA), muitos dos que foram presos pelo MPLA eram membros ou líderes de vários grupos do "poder popular", comitês de trabalhadores, comissões de bairro, organizações estudantis etc., em Luanda e Benguela. Um líder da UNTA em Benguela foi acusado de tentar formar "grupos de estudo marxista-leninista nas fábricas".

Alguns dos dissidentes presos eram membros também de gru-

pos políticos clandestinos de esquerda, tais como a Organização Comunista de Angola e os Comitês Amílcar Cabral. Ao contrário do MPLA, alguns dos grupos clandestinos identificam-se com a classe operária angolana e defenderam o estabelecimento de um governo de operários e camponeses.

Para completar o silêncio dessas forças de esquerda, o MPLA fechou os jornais *Angola*, *Poder Popular* e *4 de Fevereiro*. O ex-editor de *Angola*, Rui Ramos, foi preso.

A 28 de abril, o regime anunciou o estabelecimento de um Tribunal Revolucionário do Povo, para julgar "crimes contra a revolução angolana". Uma lei assinada por Agostinho Neto a 3 de maio especificou que a corte julgaria também crimes contra "o Estado e o MPLA". Os veredictos não terão apelação.

O único caso importante julgado até agora pelo tribunal foi o dos 13 mercenários britânicos e americanos capturados no norte de Angola em fevereiro. Mas a julgar pela campanha de calúnias movida pelo MPLA contra os dissidentes presos, pode ser que esteja pretendendo também trazê-los ante a corte, talvez sob a acusação de serem "agentes do imperialismo" ou "sabotadores".

Numa declaração a 9 de abril, o ministro do Interior Nito Alves afirmou que alguns prisioneiros políticos podem ser executados.

Os dissidentes poderiam ser enviados também para os campos de "reabilitação" que o MPLA instalou para completar o velho sistema de prisões herdado dos portugueses.

Reforçando a mão de ferro
Desde o término da guerra civil, o MPLA continuou ampliando suas forças policiais e militares.

Em março, havia 45 mil soldados no exército do MPLA, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA). No final de fevereiro, foi adotada uma lei de recrutamento obrigatório, pela qual todos os angolanos entre 18 e 35 anos devem servir dois anos nas forças armadas. "O recrutamento absorverá os desempregados entre os seis milhões de angolanos e será uma maneira eficiente de consolidar o apoio ao regime", escreveu Caryle Murphy na edição de 29 de fevereiro do *Sunday Times*, de Londres. "O MPLA já exerce um estreito controle político sobre suas forças armadas. Cada unidade, por exemplo, tem um 'comitê dos combatentes' que liga politicamente os soldados ao movimento".

O controle político do MPLA sobre suas próprias tropas ainda não parece completo, todavia. Em maio, o ministro da Defesa, Iko Carreira, queixava-se de que havia um "certo sentimento anarquista" e uma "tendência para o igualitarismo absoluto" nas forças armadas. Disse que as tropas mostravam pouco respeito por seus comandantes. Segundo a edição de 17 de maio do *diário de Lisboa* *Jornal Novo*, Carreira disse que o MPLA tinha sido forçado a recrutar elementos *lumpen*, o que levou a uma "queda do nível político" entre os militares.

"Já foi confirmado pelas próprias autoridades de Luanda que há unidades militares fora do controle do Comando Geral, agindo por conta própria numa atmosfera de total indisciplina", relata o jornal. Segundo um comandante do MPLA, elementos "infiltrados" dentro da FAPLA provocaram inquietação e incitamento da população na região de Lubango.

Um plano para a reorganização das forças armadas foi publicado em Luanda a 21 de maio. Distribuído à imprensa pelo comandante Bakaloff, o plano pedia que o Comitê Central do MPLA assumisse o controle político direto

das forças armadas. No mesmo dia, o presidente Agostinho Neto cancelava o informe. Ele não apresentava qualquer oposição ao plano, mas disse que ele tinha sido revelado "precipitadamente".

A principal tarefa das FAPLA no momento parece ser a manutenção do controle sobre as regiões de Angola anteriormente dominadas pela FNLA e a UNITA. Juntamente com milhares de

processo de indicação prossegue escalão abaixo até as células de base, cada uma composta de cinco pessoas. As células devem ser organizadas em fábricas, órgãos do governo, escritórios, universidades, fazendas e outros lugares, para assegurar um efetivo controle de toda a população.

Para completar as unidades de ODP nas fábricas, o MPLA criou Comissões de Vigilância (CVs) sob

MPLA ao apoio de Moscou refletiu-se na composição da delegação que acompanhou Nascimento. Foi a mais importante delegação que o MPLA já enviou ao exterior até o momento e incluía o ministro da Defesa, o subchefe do Estado-Maior das forças armadas e o chefe do serviço de segurança.

Segundo uma reportagem do *Jornal Novo*, de 29 de abril, o chefe da DISA, comandante N'Zage, fez um curso sobre "segurança" na União Soviética. Esse treinamento soviético ficou evidente na caça às bruxas movido pelo MPLA contra as esquerdas. As prisões de membros do CAC e de grupos do "poder popular" em Luanda em outubro de 1975 foram acompanhadas de uma típica campanha de difamação stalinista, que pintava os dissidentes como "partidários de Trostsky e Bakunin".

Os cubanos, no entanto, desempenharam o papel mais direto no treinamento e assessoramento da polícia e das forças armadas do MPLA. Eles estão ajudando o MPLA a reorganizar as antigas unidades de guerrilha das FAPLA, fazendo sua conversão para tropas convencionais altamente disciplinadas.

Segundo um despacho de Luanda por David B. Ottaway, a 26 de maio no *Washington Post*, "internamente, os cubanos estão agora ajudando o novo governo angolano em muitos setores, desde o treinamento de um corpo de segurança do Estado e de uma milícia civil até a reforma do sistema de prisões do país". Ottaway informava que o pessoal de segurança cubano estava também instruindo a polícia angolana em técnicas de controle de multidão.

Do ponto de vista do MPLA, o apoio político concedido por Moscou a Havana constitui a dimensão central de sua ajuda. Ele ajuda a fortalecer as falsas proclamações do MPLA de que suas diretrizes são "socialistas" e dá uma cobertura política para sua caça às bruxas contra a esquerda angolana.

- Para uma discriminação das ações antitrabalhistas do MPLA e seus sócios no regime de coalizão, ver *Angola: The Hidden History of Washington's War*, de Ernest Harsch e Tony Thomas, Nova York, Pathfinder Press, 1976.

ERRATA

O artigo *Associações de Bairro e Estado* publicado em *Opinião* da semana passada foi traduzido da revista francesa *Temps Modernes* e é de autoria de Herta Alvarez.



Agostinho Neto

soldados cubanos, os FAPLA continuam a realizar operações contra unidades de guerrilha da UNITA, que ainda desfrutam de apoio entre os ovimbundu e outras populações do Centro e do Sul de Angola.

Na região dos umbundu, em torno de Luanda, as principais forças repressivas do MPLA são a polícia e a milícia. Segundo Iko Carreira, o objetivo da milícia (Organização de Defesa Popular) é "combater os sabotadores, os elementos divisionistas e todos os que tentarem alterar a orientação tático-estratégica do nosso movimento" (citado no *Daily News* da Tanzânia, a 24 de fevereiro deste ano). Em maio, Carreira acrescentou que o ODP era também responsável pela proteção dos locais de trabalho.

Da mesma forma que os comitês populares, a ODP está organizada em vários níveis, do regional para baixo. As duas autoridades mais importantes nas unidades regionais são diretamente indicadas pelo Comando Geral das FAPLA. A ODP regional então indica as autoridades correspondentes no nível imediatamente inferior. Esse

o controle da UNTA. Segundo o panfleto do CDALPA, as CVs têm a responsabilidade de "vigiar os trabalhadores, aumentar a produtividade e impedir a distribuição de literatura e panfletos revolucionários".

O organismo policial secreto diretamente encarregado da repressão política é a Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA). Muitos dos dissidentes atualmente encarcerados foram presos por agentes da DISA. Os governos soviético e cubano desempenharam um papel crucial na ajuda ao MPLA para o fortalecimento de suas forças repressivas.

Grande parte do equipamento pesado que está sendo usado pelas FAPLA foi fornecido por Moscou durante a guerra civil. Fontes ocidentais estimaram o valor das armas soviéticas em 300 milhões de dólares. Durante a visita do primeiro-ministro angolano, Lopo do Nascimento a Moscou, em fins de maio, o Kremlin concordou em continuar sustentando o regime de Luanda com o fornecimento de mais ajuda militar.

A importância dada pelo

O organizador de "Domingos de Criação" analisa vanguarda brasileira.

ARTES PLÁSTICAS

A CRISE DA HORA ATUAL

FREDERICO MORAIS

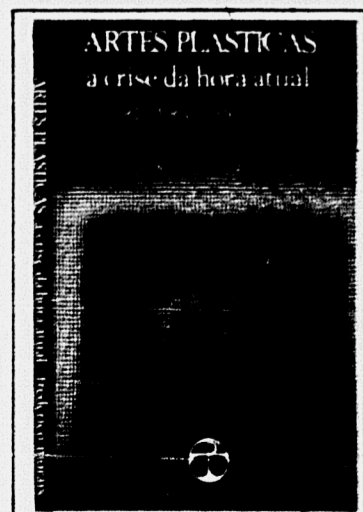
Um lançamento



PAZ E TERRA

Pedidos pelo reembolso postal

Rua Abade Ramos, 78
Jardim Botânico - RJ



120 págs. Cr\$ 25,00

Quando o governo da Guiné Bissau proibiu recentemente a venda de alimentos artificiais para recém-nascidos sem a apresentação de receita médica, poucos entenderam o significado, as causas e o alcance da medida e a notícia não provocou qualquer impacto. No entanto, há já alguns anos, a Organização Mundial da Saúde vem-se preocupando com o problema da alimentação artificial de crianças de berço no Terceiro Mundo. Na mesma linha de questionamento, a revista inglesa *The New Internationalist* chamaria a atenção do público, em 1973, para o perigo que a utilização do leite em pó em áreas pobres do Terceiro Mundo representava. No ano seguinte, a organização britânica *War on Want* publicava o relatório de Mike Müller, *The Baby Killer (Os Assassinos de Bebês)*, onde a Nestlé e a Cow and Gate, as duas maiores indústrias multinacionais produtoras de leite em pó, viam ser denunciados os seus métodos publicitários de divulgação - a nível de massas - de produtos cujo emprego "adequado" exige condições sócio-econômicas "ótimas", dificilmente encontráveis na maioria das áreas do Terceiro Mundo.

O relatório denuncia ainda mais: a Nestlé e a Cow and Gate utilizavam em suas propagandas as línguas locais dos países do Terceiro Mundo, tornando claro que os setores por elas visados não eram constituídos apenas por uma elite ocidentalizada, mas pela grande maioria da população. O estudo de Müller constatou que a faixa das camadas populares mais atingida pela campanha publicitária das multinacionais é formada por ex-camponeses e trabalhadores rurais que, expulsos de suas terras ou obrigados a migrar para as metrópoles, vêm ser rompidos os laços socio-culturais que os uniam às suas comunidades agrárias de origem, produzindo-se um vazio ideológico que a publicidade - através de cartazes, instrumentalização da rede médica-hospitalar, publicação de livretos do tipo *mother book* e dos argumentos das enfermeiras-garotas-propagandas (*milk nurses*) - pretende preencher.

Neste sentido, trata-se de substituir ao hábito do aleitamento - muitas vezes ligado a concepções profundamente arraigadas nos setores populares de origem rural - uma prática "moderna", uma alternativa apresentada como fruto do progresso e da técnica que o leite em pó materializa.

Para tanto, os fabricantes do produto, ao mesmo tempo em que passam a controlar importante parcela da produção leiteira de alguns países periféricos - e isto quase sempre em detrimento dos pequenos e médios camponeses, posseiros e arrendatários - lançam-se em uma verdadeira empresa ideológica de "civilização" e de "educação", desta vez em prejuízo dos valores e concepções de vida daquelas camadas camponesas. Mais grave ainda, esta desagregação da vida popular no campo em nome do progresso não se acompanha nem mesmo de uma melhoria em termos imediatos do nível de vida das populações: o número de óbitos infantis em crianças que tomam leite em pó é três vezes superior àquele das crianças alimentadas com leite materno.

Impossível deixar de ver nesta ofensiva da ideologia modernizadora no campo da alimentação infantil um dos aspectos - todavia pouco analisado - do processo da expropriação integral dos meios de sobrevivência autônoma das classes populares, que não se limita a uma expropriação dos meios de produção econômicos e do poder político, tal como estas duas expressões são geralmente conce-

TERCEIRO MUNDO

Saúde e ideologia

Pedro Luiz Veiga



bidas. Aqui, trata-se, com toda a evidência, de uma expropriação de um meio de produção e de um poder de decisão, ambos localizados no próprio corpo. É o corpo como fonte de produção e como poder de reprodução e sobrevivência autônoma que se vê expropriado e negado enquanto tal por uma ideologia que pretende condicionar o desenvolvimento da criança à adoção de métodos "modernos" que exigem - como pressuposto - a integração ao sistema de distribuição e consumo capitalista. Enquanto o leite materno "é o alimento de base mais prático: nada para misturar, esquentar ou esterilizar, nada de vasilhas para lavar, sempre à disposição em recipientes seguros e especialmente concebidos com este fim", o leite em pó exige misturas, esterilizações (máquina etc), lavagens, além da inevitável compra do próprio leite.

Os arautos da civilização

A missão "civilizatória" da Nestlé e de suas concorrentes mobiliza o corpo médico dos países visados pela propaganda - formados todos segundo os preceitos tidos como universais da escola médica ocidental - enfermeiras verdadeiras ou disfarçadas - o detalhe não faz muita diferença, interessando antes a utilização comercial do poder habitualmente associado à figura do médico ou da enfermeira - cartazes generosamente cedidos a centros hospitalares públicos, explicando a necessidade de cuidados especiais para recém-nascidos, sua alimentação, seu vestuário etc. De acordo com o relatório de Müller, a Nestlé, por exemplo, é bastante discreta nos cartazes que confecciona, nos folhetos à la *mother book* que edita, fazendo menos a propaganda de seus produtos do que o elogio dos métodos "modernos" de tratamento das crianças, talvez na certeza de que - uma vez aceitos os princípios deste método - os indivíduos se transformarão em consumidores de seus produtos num mercado quase monopolizado.

Em outras palavras, o fundamental na empresa das multinacionais é o fato de elas se lançarem

em uma vasta campanha de difusão das regras da puericultura ocidental, cujo advento no século passado foi cuidadosamente analisado pelo sociólogo Luc Boltanski: "A difusão da puericultura não se fez, de fato, espontaneamente ou por acaso; ela é o resultado de uma empresa sistemática que, iniciada no fim do século passado, prossegue ainda hoje, e que só constitui um dos elementos no interior de um projeto mais vasto, mais ambicioso: regulamentar a vida, particularmente aquela das classes baixas, regulamentar todos os atos da vida, inclusive os mais íntimos e os mais privados, aqueles que se dão no interior do lar". Boltanski tenta precisamente descrever o nascimento deste projeto, pretendendo mostrar como "ele é solidário com toda uma ideologia da ordem e da desordem; da civilização e da barbárie e, através disto, com uma representação particular que se faz das classes populares e de seu destino". Representação positivista e evolucionista que faz com que a missão civilizatória atribuída à puericultura assumia contornos que ultrapassam a obra do filantropo, para se tornar uma medida de segurança pública, de salubridade. "É preciso colonizar os bárbaros do interior", recorrendo aos ideais de ordem, limpeza e a um ascetismo que os trajes brancos das enfermeiras e das *milk nurses*, assim como o mito da esterilização e de neutralidade que atravessa a prática médica pretendem traduzir àquele mesmo nível em que se situa o objeto da sua expropriação: o nível físico, do corpo.

Que as grandes empresas multinacionais fabricantes de leite em pó assumam a tarefa de difusoras de uma ideologia da puericultura ocidental - levada a cabo na Europa da virada do século por instituições ligadas ao Estado - constitui um fato que só atesta o vazio deixado pela grande maioria dos programas nacionais de saúde pública dos países do Terceiro Mundo. Não significa isto que a substituição das multinacionais pela intervenção do Estado mude substancial e necessariamente a questão, principalmente se ela mantiver o essencial, ou seja, perpetuar a imposição de um modelo

de "educação" infantil que entre em contradição com métodos tradicionais mais aptos a garantir a sobrevivência infantil e, ao mesmo tempo, reforçador da autonomia das comunidades face à ação estatal ou para-estatal. Não se trata, evidentemente, de medicalizar a sociedade - principalmente se se considerar o comprometimento dos médicos com a missão civilizadora da puericultura - mas antes de revalorizar os métodos de tratamento que reforçam a autonomia das classes populares, nos lugares mesmo em que estas vivem e se reproduzem, em relação ao saber médico e ao poder que necessariamente o acompanha.

Este foi o caso da reavaliação da acupuntura na República Popular da China, que pretendeu transformar a medicina em uma "prática de massa", rompendo, no mesmo movimento, com o seu caráter essencialmente urbano. Neste sentido, Mao Tsé-tung, ao mesmo tempo em que denunciava o Ministério pré-revolucionário da Saúde Pública como o Ministério da "Saúde das pessoas das cidades, empenhou-se em romper com esta estrutura, não através da medicalização dos campos, mas antes por meio da transformação da medicina em uma "prática de massa" nos campos e cidades.

Este também seria o caso de uma revalorização do leite materno, que a propaganda das multinacionais tende a considerar fundamental, mas insuficiente, donde a necessidade de um "aditivo" que tornaria prescindíveis elementos como vitaminas, frutas etc.

De acordo com a Cow and Gate e a Nestlé, seus produtos preencheriam uma função primordial ao suprir de leite as mães que não o têm. É correto: mas o relatório de Müller observa que a inexistência ou insuficiência de leite materno é muitas vezes devida a fatores psicológicos e culturais fortemente vinculados à transformação do seio em objeto sexual em nossa "moderna sociedade", não encontrando, pois, raízes ou fundamentos em outros modelos e formas de organização social. Da mesma forma, estas empresas esquecem -

ou fingem esquecer - que, em muitas culturas, talvez nem tão distantes da nossa, a falta de leite materno não constitui tragédia, a criança sendo amamentada por outras mulheres.

O precedente inglês

Não é de hoje, porém, que os fabricantes de leites "artificiais" vêm merecendo críticas e sendo denunciados pela utilização abusiva da publicidade que acompanha a sua missão civilizadora. Da mesma forma, ser vítima destes abusos não constitui privilégio das populações dos países periféricos. Em 1872, dois médicos ingleses publicaram numa revista especializada uma carta sobre as condições de saúde das crianças alimentadas com leite condensado desnatado na Inglaterra, fazendo sérias restrições ao seu emprego, principalmente no que se refere às classes populares. Em 1911, o médico F.J. Coultts pedia que todas as latas de leite daquele tipo trouxessem escrito em seus rótulos: "Não convém aos bebês". A idéia foi bem recebida e a inscrição é adotada até hoje, na Grã-Bretanha.

A medida visava - e visa - diretamente às manobras das empresas fabricantes de alimentos artificiais para recém-nascidos, entre as quais a produtora de leite "Goats Brand", em cujo rótulo estampava o desenho de uma cabra e trazia escrito em letras negras a palavra *goat* (cabra, em inglês). Em consequência, muitas mães compravam este leite para seus filhos, pensando tratar-se de leite de cabra, que - de acordo com as crenças populares - seria o melhor substituto do leite materno. Naquele momento, início do século XX, os bárbaros a serem colonizados ainda eram os membros da classe operária dos países capitalistas hoje centrais.

É precisamente a utilização de recursos análogos a este que o documento de Müller denuncia, lembrando que as firmas de leite em pó literalmente invadiram o Terceiro Mundo, com seus *mother books* e suas *milk nurses*. No Chile, há 20 anos, cerca de 95% das crianças de um ano eram alimentadas com leite materno. Hoje, esta percentagem para crianças de até dois meses não passa de 20%, acentuando o ciclo crônico de infecção - desnutrição - enfraquecimento - infecção.

O mito da comunidade

Tudo isto recoberto pelo mito da "comunidade de interesses", que consiste em fazer crer que as sociedades multinacionais produtoras de alimentos artificiais para crianças fazem, ao mesmo tempo, a felicidade de seus acionistas e das populações junto às quais elas trabalham, no Terceiro Mundo. Uma nova versão deste mito foi apresentada pela Nestlé recentemente numa brochura luxuosamente editada e distribuída entre seus acionistas, sob o título "Presença da Nestlé nos países em desenvolvimento", que pretendia responder aos ataques suscitados pelo relatório de Müller. De acordo com a brochura, a "Nestlé não é uma sociedade filantrópica e suas atividades não consistem em 'levar ajuda' aos países não industrializados. Ocorre, no entanto, que a própria natureza das atividades da Nestlé nestes países - transformar lá mesmo uma matéria-prima que ela se esforça por aumentar em quantidade e qualidade - é um fator de desenvolvimento econômico. Nós nos encontramos, portanto, em presença de uma comunidade de interesses na qual o progresso de uma das partes gera imediatamente uma melhoria para a outra".

ESPAÑA

Um complexo jogo de exclusões

A liberdade na Espanha pós-franquista é administrada como um remédio a exigir receita médica, em pequenas e cautelosas doses destinadas a impedir o surgimento dos chamados efeitos colaterais. Esta é uma das imagens da Espanha de hoje, depois da promulgação da lei dos partidos políticos, da atenuação da censura à imprensa e da decretação da anistia.

Neste sentido, a primeira interpretação completa a segunda, o rei Juan Carlos promovendo hoje, com suas medidas discretamente liberalizantes, uma atualização do Estado espanhol frente a uma realidade cujos "excessos" em relação à Espanha oficial tornara-se ameaçadora para as próprias classes dominantes. O remédio franquista para tais "excessos" sempre foi o mesmo: a repressão. Trata-se nitidamente - para Juan Carlos - de estabelecer outro tipo de relação com a sociedade civil que não seja pautado exclusivamente pela violência policial, sem excluí-la, evidentemente, quando isto "se fizer necessário". Mas alternando-a com outras formas de exercício do

poder que tendam antes a reforçar a legitimidade de um regime respaldado exclusivamente pelos nostálgicos fascistas da guerra civil e pelos grupos mais reacionários das classes dominantes.

Dosar a liberdade parece assim ser a tarefa dos atuais governantes. O mal que se pretende prevenir é um só: a "anarquia", a perda de controle - pelos setores do grande capital - sobre o processo de liberalização, que envolve necessariamente as classes populares e mais especificamente um operariado com longa tradição de luta e de organização autônoma.

Em poucas palavras, o projeto de Juan Carlos tem a pretensão de aproximar o máximo possível - dentro dos limites impostos pela articulação do Estado com as classes dirigentes - a Espanha dos fatos e de fato com a Espanha do direito, das instituições. E isto antes que a primeira acabe com a segunda.

A tática dos dirigentes pós-franquistas não chega a ser propriamente complexa: dividir o

bloco oposicionista em cujo seio as tendências unitárias se reforçaram consideravelmente a partir da morte do macróbico ditador. Assim, a lei dos partidos políticos autoriza o funcionamento das organizações à direita do Partido Comunista. Já o decreto de anistia inclui a grande maioria dos exilados, os operários detidos por motivos de agitação nas fábricas, mas exclui aqueles elementos envolvidos "em casos de morte ou perigo de vida". Quer dizer, os terroristas e militantes de organizações armadas como a ETA permanecerão presos e/ou perseguidos.

Tentando delimitar um novo campo de legitimidade do poder, o governo espanhol mantém deliberadamente confusos os limites entre o legal e o ilegal, o que lhe permite jogar - de acordo com a evolução da conjuntura política - com a repressão e o consentimento, a violência policial e a violência simbólica do poder de estado. Evidentemente, se esta intenção é deliberada, ela não surgiu do nada nem caiu do céu, mas é antes a consequência das próprias contra-

dições que marcam um processo de liberalização que, pelo menos em aparência, recebe "de fora" os seus impulsos. Mais precisamente, é como se a liberalização estivesse ao sabor de um jogo de forças, de pressões e contra-pressões, que colocasse nos dois pólos a ala fascista do aparelho de Estado e a classe operária. Prova evidente da existência de uma semelhante situação é a questão da lei sindical. Neste campo, os avanços em relação ao franquismo não foram propriamente consideráveis, o *bunker* fascista do ex-ditador garantindo a sobrevivência de uma legislação inteiramente superada pelos fatos e pela realidade do novo movimento operário espanhol.

Preso entre dois fogos, só agora o processo de liberalização do governo espanhol parece assumir contornos mais claros e adquirir uma lógica própria, precisamente aquela que pretende jogar com exclusões e inclusões seletivas, com a cuidadosa criação de instituições que preencham o vazio entre o Estado e a sociedade civil e com a

manutenção, ai sim, custe o que custar, de um clima de ordem social e de paz entre as classes.

Aparentemente, as medidas de Juan Carlos e seu projeto vêm encontrando um razoável sucesso. O PCE viu com bons olhos o decreto de anistia, pouco preocupado com os chamados terroristas, que não deixam de representar de alguma forma a revolta das minorias nacionais oprimidas da Espanha. Talvez seja esta a ideia do governo pós-franquista: manter os inimigos potências, mas civilizados, a uma razoável distância, demonstrar em relação a eles uma cautelosa boa vontade, deles receber provas inconteste de respeito e fidelidade ao poder de estado, domesticá-los para, então, integrá-los. Resta saber se os partidos populares se deixarão atrair por este jogo arriscando-se assim, a perder o seu grande trunfo no seio de um bloco popular que preencheu o espaço vazio das instituições com organizações autônomas diretamente antiestáticas: o fato de estarem - em maior ou menor escala - mais próximas à Espanha de fato do que à Espanha oficial. (PLV)

1936: Estado e classes populares

Fernando Claudín

Com a rebelião militar-fascista de 18 de julho de 1936, tinha início o confronto decisivo entre a revolução e a contra-revolução. Embora contasse com a vantagem da iniciativa e da escolha do momento e com o privilégio de agir dentro de um plano e de ser dirigida por um estado-maior central, e muito embora tivesse arregimentado o grosso das forças armadas, a insurreição contra-revolucionária foi vencida na maior parte do país, especialmente nas regiões econômica e demograficamente decisivas; isto graças ao contra-ataque das forças populares, e apesar da ação dispersa destas e de sua falta de planejamento e de coordenação em escala nacional; apesar de sua quase total falta de preparo militar e de armamentos; e não obstante ter a estrutura civil do Estado republicano desmoronado como um castelo de cartas - contribuindo em muito, por isso, para os raros sucessos da rebelião -, em decorrência do comportamento passivo, hesitante, quando não francamente capitulador (com algumas honrosas exceções) das autoridades legais e da maioria dos dirigentes republicanos burgueses.

Os partidos e as organizações operárias foram, sem dúvida, os principais artífices da epopéia popular, mas o foram graças ao irresistível impulso espontâneo das massas proletárias das cidades e do campo, impulso surgido da consciência revolucionária que se forjara nos anos anteriores através das lutas e das primeiras porfias entre a revolução e a contra-revolução.

Este primeiro resultado demonstra a que ponto, naquele momento e nos meses precedentes, o equilíbrio global de forças estava favorável ao povo revolucionário. E induz à seguinte pergunta: Por que os partidos e os sindicatos operários não se adiantaram, diante da evidência dos preparativos de rebelião militar, que não eram segredo para ninguém? Por que não agiram de forma coordenada e resoluta para esmagá-la no nascedouro e impulsionar decisivamente um processo revolucionário? Uma rápida análise das po-

sições políticas fundamentais das três principais correntes do movimento operário de então permitirá, senão esclarecer completamente a questão, pelo menos discernir suas principais causas.

No Partido Socialista e na UGT, os reformistas eram, então, amplamente minoritários, embora conservassem a direção

ballerismo sofria de debilidade em sua elaboração estratégica e tática; faltava-lhe uma bem definida política de alianças, de objetivos e de formas de ação... Ele esperava que o descrédito e o fracasso do governo republicano fizessem com que o Estado caísse em suas mãos, como um fruto maduro. E subestimava, ao mesmo tempo, a ameaça

crática ou fascista. O que os levava - embora por razões muito diferentes das que animavam os *caballeristas* - a subestimar a ameaça fascista. No entanto, a experiência dos fracassos experimentados nas tentativas revolucionárias anteriores, assim como a nova orientação da UGT, levaram a CNT, em seu congresso de maio

pa não poderia realizar-se sob a direção da burguesia liberal, pois já muito esta já havia deixado de ser uma força revolucionária (tese que os acontecimentos confirmaram plenamente no caso espanhol, como já tinha acontecido no caso russo). Só o proletariado, aliado ao campesinato, poderia dirigir e levar a bom termo esta etapa (revolução agrária, transformação democrática do Estado, autonomia das nacionalidades). O que implicava na ação dirigente do Partido Comunista, pois este seria o partido dirigente do proletariado e seu autêntico representante. Nos três primeiros anos da república, este esquema estratégico foi aplicado com o extremo sectarismo que caracterizava a Internacional Comunista no período de 1928 a 1933. A virada de 1934-1935 para uma política de frente popular possibilitou a efetivação de relações unitárias com os socialistas e os republicanos, concretizadas no acordo sobre as eleições de fevereiro de 1936, com base num programa eleitoral moderado que não avançava nada em relação aos programas tradicionais do republicanismo pequeno-burguês. Este programa não apresentava soluções para os problemas fundamentais da etapa "democrático-burguesa" (a questão da terra, especialmente, ficava mais uma vez em suspenso). O PC comprometeu-se a respeitar escrupulosamente este compromisso que, além do programa indicado, determinava que o governo encarregado de aplicá-lo seria exclusivamente formado pelos partidos republicanos burgueses e pequeno-burgueses. Assim a famosa etapa "democrático-burguesa" via-se subdividida, do ponto de vista do PC, em duas fases. A primeira consistiria na aplicação do programa de fevereiro, sob a direção do governo republicano burguês e com o apoio do Partido Comunista, do Partido Socialista e da UGT; na segunda fase, o PC iria adiante com as forças dispostas a levar a cabo a etapa democrático-burguesa: Somente depois deste "fim" seria possível passar à etapa socialista.

A grande concorrente anarco-sindicalista, organizada em torno da CNT e da FAI, agrupava em 1936 uma fração considerável do proletariado industrial e agrícola, assumindo posições mais radicais do que os setores socialistas. Mas suas concepções ideológicas tornavam muito difícil a possibilidade de associação com os partidos marxistas e até mesmo com os sindicatos de tendência marxista, como a UGT.

representada pelo complô contra-revolucionário. A grande corrente anarco-sindicalista, organizada na CNT e na FAI, agrupava então uma outra fração considerável do proletariado industrial e agrícola, assumindo posições revolucionárias análogas, senão mais radicais. Mas suas concepções ideológicas tornavam muito difícil a possibilidade de associação com os partidos marxistas, e até mesmo com os sindicatos de tendência marxista, como a UGT. A repressão imposta pelos governos republicanos de participação socialista havia exarcebado a desconfiança dos trabalhadores da CNT, não só em relação aos partidos políticos em geral, como ainda em relação aos partidos operários, em particular... Por outro lado, a evolução do regime soviético - especialmente a perseguição ao anarquismo e a redução dos sindicatos ao papel de apêndice do Estado - havia feito esmorecer o extraordinário impacto inicial da revolução de outubro sobre o proletariado anarco-sindicalista espanhol, acentuando suas concepções apolíticas e anti-Estado. A ideia de um Estado de ditadura do proletariado inspirava aos anarco-sindicalistas quase tanto horror quanto o Estado burguês. E quanto a este último, eles davam muito pouca importância ao fato de que ele assumisse uma forma demo-

crática ou fascista. O que os levava - embora por razões muito diferentes das que animavam os *caballeristas* - a subestimar a ameaça fascista. No entanto, a experiência dos fracassos experimentados nas tentativas revolucionárias anteriores, assim como a nova orientação da UGT, levaram a CNT, em seu congresso de maio

de 1936, a propor à central ugenista um "pacto revolucionário" a fim de "destruir completamente o regime político e social que rege a vida do país", deixando em aberto a questão da forma a ser adotada pelo novo regime, que seria decidida pela "livre escolha dos trabalhadores livremente reunidos". Mas a CNT continuava a se opor a qualquer aliança com os partidos políticos operários, o que, aliás, dava pouca credibilidade a um pacto com a UGT, em vista de suas ligações com o PS. Quanto ao resto, o anarco-sindicalismo ressentia-se de uma total falta de definições estratégicas e táticas, preenchendo tal vazio pela defesa da "ação direta".

Ao contrário dos *caballeristas* e dos anarco-sindicalistas, o Partido Comunista - que progrediu rapidamente durante aqueles meses, tanto quantitativamente como em termos de influência - contava com uma linha estratégica e tática elaborada fundamentalmente pela direção da Internacional Comunista; uma linha bem definida, que resumiremos bastante esquematicamente. Segundo a Internacional Comunista, a revolução espanhola, iniciada com a queda da ditadura de Primo de Rivera, devia passar por uma etapa democrática burguesa antes de entrar na etapa socialista. Mas com a particularidade de que esta primeira eta-

do partido graças a hábeis manobras de aparelho... Sob a direção de Indalecio Prieto, eles pretendiam voltar à colaboração a nível de governo com os partidos burgueses, para reeditar a política do período 31-33, ou seja, a política que havia iludido os trabalhadores, facilitando a contra-ofensiva reacionária do "biênio negro" de 1934-1935. Mas a oposição da maioria das organizações locais do partido impediu que pusessem em prática este projeto.

A grande maioria dos socialistas e dos ugetistas (a UGT já contava, nessa época, com um milhão e meio de membros) assumiam em conjunto posições de esquerda, reconhecendo Largo Caballero como seu dirigente. Esta esquerda propunha a instauração da ditadura do proletariado - entendendo por isto a conquista do poder pela classe operária -, sob a direção do Partido Socialista; propunha ainda a unificação da UGT e da CNT, pronunciando-se igualmente pela unificação com os comunistas num partido marxista único. Eram estas as posições que refletiam a radicalização revolucionária da ampla fração do proletariado industrial e agrícola reunida sob os velhos estandartes do socialismo espanhol; que refletiam, ainda, sua firme vontade de acabar de uma vez por todas com o regime dos capitalistas e dos fidalguetes de província. Mas o *ca-*

Contrastando com o simplismo da "ação direta" anarco-sindicalista e com o vago projeto "caballerista", esta concepção estratégica parecia oferecer uma coerência que contribuiu em muito para a evolução em direção ao PC de uma fração do "caballerismo" (da qual fazia parte o grupo dirigente da juventude socialista). Mas o rumo tomado pelos acontecimentos a partir da vitória eleitoral da Frente Popular deixou evidente o fato de que esta política estava atrasada em relação à dinâmica profunda da revolução.

Com efeito, desde 1930-31 a revolução tinha percorrido um longo caminho. Produzira-se uma polarização extrema das forças sociais e políticas; os principais núcleos da burguesia, na verdade, formavam bloco com a aristocracia fundiária, as cartas militares e eclesiásticas e os grupos fascistas. Bloco heterogêneo não só por sua composição social, como também por suas tendências políticas, mas com um denominador comum: o temor da revolução em marcha. E unido, apesar de suas contradições, pela idéia de que, diante do avanço revolucionário, o único meio de salvar a Propriedade, a Ordem, a Família, a Religião, a Pátria e outros "valores eternos" era a instauração de um poder forte, ditatorial. E não faltava a estes grupos sociais o instinto de classe, senão mesmo a fria percepção da situação objetiva, pois na realidade o proletariado industrial e rural e as massas de camponeses pobres tinham evoluído para posições de classe radicalmente revolucionárias. Iludidas até a medula pela República parlamentar de 14 de abril e seus políticos liberais, estes setores já contavam apenas com suas organizações de classe, e não com as meias-tintas dos "programas mínimos".

Seu programa mínimo era a revolução social. Com toda a confusão ideológica e política possível, mas com um objetivo bem nítido: expropriar logo que possível os capitalistas e os proprietários fundiários.

Se a tradicional imagem do vulcão foi freqüentemente utilizada com um excesso de subjetivismo para caracterizar as situações revolucionárias, no caso da Espanha de fevereiro de 36 ela se revestia de uma rigorosa objetividade. E mal foi conhecida a vitória eleitoral, o vulcão começou a entrar em erupção, imediatamente evidenciando a inconsistência da "sub-etapa" prevista pelo plano estratégico da Internacional Comunista. Com efeito, os partidos republicanos que então constituíram o governo logo deixaram claro que nada tinham aprendido. Sua política era simplesmente idêntica à do período 31-33.

O que havia mudado foram as massas operárias e populares, que, sem esperar as decisões governamentais, passaram a liberar os presos políticos e desencadearam uma impressionante série de greves e manifestações, exigindo pão, trabalho, terra, o esmagamento do fascismo e a vitória total da revolução, respondendo assim ponto por ponto às provocações fascistas. Estas mesmas massas promoveram então a ocupação das terras e das empresas fechadas por seus proprietários.

Entre fevereiro e julho criou-se, na verdade, um triplo poder. O poder legal, cuja eficácia e autoridade eram praticamente nulas. O dos trabalhadores, de seus partidos e sindicatos, que passou a ser exercido às claras. E o da contra-revolução, que, embora se manifestasse pelos discursos agressivos

de seus representantes parlamentares, pela sabotagem econômica e pela ação de grupos de choque fascistas, agia sobretudo em segredo, nas casernas da legião, preparando minuciosamente o golpe militar.

O real dilema que então se apresentou não era a questão de optar entre a instauração de uma ditadura contra-revolucionária e a consolidação da República parlamentar democrático-burguesa, mas entre ditadura contra-revolucionária e revolução proletária (revolução popular dirigida pelo proletariado), até mesmo pela simples razão de que a única força capaz de impedir a ditadura contra-revolucionária não tinha a menor intenção de delegar em seguida sua vitória a um tipo de República que já tinha demonstrado suficientemente sua incapacidade para impulsionar as grandes transformações sociais reclamadas pela realidade do país... Residia aí a diferença radical entre a situação espanhola e a situação pré-fascista na Alemanha, onde a maioria do proletariado já estava estruturalmente integrada à democracia burguesa e onde o proletariado industrial não contava com aliados tão poderosos quanto o proletariado agrícola e o campesinato pobre da Espanha.

Seguindo a já evocada lógica própria à sua linha, o PC propunha a unidade sindical UGT-CNT e o reforço da unidade de ação com o Partido Socialista, preconizando ainda a unificação dos dois partidos num único partido marxista-leninista. As propostas unitárias em todos os níveis constituíam o ponto forte de sua política, na medida em que atendiam a uma exigência da situação objetiva, no sentido de opor uma frente unitária à ameaça fascista, cuja gravidade o PC provavelmente percebia com mais clareza que as outras formações políticas e sindicais. Simultaneamente, no entanto, ele atribuía a esta política unitária o objetivo de defender e consolidar o regime parlamentar republicano tal como se apresentava e de pressionar o governo para que aplicasse o programa (programa que, como dissemos, estava muito atrasado em relação aos problemas e exigências das massas) e para que tomasse medidas preventivas contra a conspiração militar.

Definindo nestes termos a urgência da ação unitária, o PC encontrava a compreensão da ala minoritária reformista do Partido Socialista, uma resposta esquiva - ou até a oposição declarada - por parte da esquerda "caballerista" e uma recusa total dos anarco-sindicalistas. "Caballeristas" e anarco-sindicalistas cometiam sem dúvida alguma um grave erro e assumiam uma série de responsabilidades ao não avaliarem corretamente o vulto da ameaça fascista e ao deixarem de tomar a iniciativa de uma ação firme e combinada, à margem de qualquer divergência doutrinária e tática. Tornados cegos por sua oposição à República burguesa, eles não compreendiam que a conspiração militar não se voltaria tanto contra eles quanto contra a revolução proletária em marcha. O PC, por seu lado, não colocando em primeiro plano este aspecto, que era o principal, não contribuía em nada para que os "caballeristas" e os anarco-sindicalistas compreendessem o seu erro. Provocava, inclusive, o efeito contrário. A unidade que os partidos e os sindicatos não conseguiram formar a tempo para esmagar no nascedouro o golpe reacionário veio a ser conseguida na

resposta à rebelião militar, no próprio combate; e nesta ação revelou-se abertamente o verdadeiro caráter da revolução em marcha: o regime capitalista e a propriedade fundiária praticamente deixaram de existir na zona republicana. Os meios de produção e o po-

der político passaram efetivamente às mãos das organizações operárias e camponesas. O que aconteceu em seguida foi muito diferente, mas já é uma outra história. Diremos apenas que as divergências temporariamente superadas voltaram a predominar, agrava-

das pela influência dos fatores internacionais (política das democracias ocidentais, política de Stalin), dividindo seriamente as forças populares - principalmente a partir de março de 1937 - e constituindo-se num dos principais fatores da derrota final.

NAÇÕES UNIDAS

A reorganização da FAO

Um dia depois de eleito para a direção geral da FAO, a 10 de novembro de 1975, Edouard Saouma afirmava que o organismo precisava dar "uma nova partida". E deu início a uma reorganização interna que se traduziu, com o assentimento do conselho, em severos cortes no orçamento: supressão de certos estudos a longo prazo, considerados excessivamente teóricos, de 330 cargos atualmente vagos, assim como de 155 reuniões e de 95 publicações. No total, uma economia de 18,5 milhões de dólares, que serão empregados no financiamento de um projeto mais amplo assim definido pelo diretor: "Nossa organização deve ter o controle de seu próprio desenvolvimento." Em outras palavras, ela não quer mais depender da boa vontade do PNUD e de seus doadores de fundos.

Saouma afirmou que seu projeto não faria mais que enquadrar a FAO no mesmo regime que já é adotado por outras agências da ONU. Com efeito, ele pretende aplicar apenas 11% de seu orçamento (167 milhões de dólares, em 1976) no projetado "programa de cooperação técnica", enquanto a Organização Mundial da Saúde, por exemplo, gasta 60% do seu orçamento em seu programa de assistência direta equivalente.

O mesmo quanto aos representantes nos países que recebem assistência da FAO: ao contrário do

que acontece com o Bureau Internacional do Trabalho e com a UNESCO, os delegados da FAO dependem inteiramente do PNUD, a ponto de perderem sua identidade própria.

Saouma não conseguiu convencer inteiramente seus interlocutores. As reservas que se manifestaram são de dois tipos. As primeiras vêm de países doadores que preferem administrar eles próprios seus fundos, discutindo antecipadamente os projetos de assistência. As outras vêm de diversos organismos - o PNUD, o Conselho Mundial da Alimentação - para os quais a FAO poderia estar querendo assumir a liderança no setor do desenvolvimento, "fragmentando" assim o sistema das Nações Unidas.

Em resposta a estas críticas, declarou Saouma: "Como podem ser taxadas de centrífugas - qual quer que seja o sentido atribuído a esta palavra - as minhas modestíssimas propostas no sentido de criar um programa de cooperação técnica que reflète a necessidade já agora imperiosa de atender às exigências dos Estados membros?"

Estaria a FAO condenada realmente a só tomar iniciativas de assistência com o assentimento expresso de doadores benévolos? Seria por acaso verdade que a FAO não pode empreender atividades de assistência técnica em cooperação

com seus membros quando assim o desejarem, simplesmente porque os serviços de financiamento são cercados de um clima de mistério?

"Como sustentar que a FAO é competente quando se trata de executar - mesmo a serviço dos fornecedores de fundos do PNUD e de fundos fiduciários - projetos de assistência técnica (representando, em 1975, duas vezes e meia o total de seu programa comum), mas deixa de sê-lo quando se trata de aplicar 11% deste mesmo programa comum em atividades de cooperação direta com seus Estados membros?"

Outra questão espinhosa: a autonomia dos representantes da FAO. Atualmente, em nome da necessidade de coordenação das atividades, seus funcionários são estritamente dependentes de escritórios do PNUD. "Não vamos aceitar - declarou Saouma - que coordenação signifique sujeição ao controle do representante-residente ou dos serviços do PNUD em Nova York; nenhum deles está no direito de controlar responsabilidades que são, essencialmente e em última análise, responsabilidades pessoais minhas em relação aos Estados membros da FAO." "Parece que se esqueceu - concluiu o diretor-geral - que nos dois extremos da coordenação, na sua origem e no seu objetivo, está sempre o governo do país em causa." (R.S.)

REEDIÇÕES

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

6ª edição

Paulo Freire

Condições e métodos para uma pedagogia que possibilite um aprendizado com consciência crítica.

JUNG, VIDA E OBRA

5ª edição

O Nise da Silveira

Descoberta dos complexos. Os tipos psicológicos. Lindo: energia psíquica. Inconsciente coletivo. O sonho: os símbolos. Contos de fada/mitos. Psicologia, alquimia e religião. Educação.

PRETO NO BRANCO

raça e nacionalidade no pensamento brasileiro

Thomas E. Skidmore
autor de: Brasil de Getúlio a Castelo

A transformação das instituições e sua liberalização resolveu alguns problemas superficiais no tocante à ideologia de branqueamento mas os problemas estruturais continuam pendentes.

DIALÉTICA DO CONCRETO

2ª edição

Karel Kosik

Análise as mistificações do mundo da pseudoconsciência, mundo da reificação das aparências enganadoras, dos preconceitos, da práxis fetichizada.

A CRISE DO "MILAGRE"

interpretação crítica da economia brasileira

Paul Singer

Existe um modelo brasileiro? Ensaio sobre a economia brasileira de uma perspectiva histórica. Análise da economia brasileira em momentos da conjuntura.

O IMPRECADOR

René-Victor Pilhes
PRÊMIO FEMINA

O Imprecador transcende o romance de suspense sem perder essa qualidade: é uma crítica poderosa e pungente à sociedade pós-industrial, à camisa-de-força da produção e do consumo que aprisiona o homem de nossa época.

PAVLOV, VIDA E OBRA

2ª edição

Otávio Freitas Jr.

Reflexos adquiridos. Reflexos condicionados. Medicina pavloviana. Objetivos da doutrina de Pavlov. Condicionamento como forma de tratamento. Significado geral da obra de Pavlov.

A CRISE DAS DITADURAS

Portugal
Espanha
Grécia

Nicos Poulantzas
autor de:

Poder político e classes sociais
Fascismo e Ditadura
As classes sociais no capitalismo hoje

Os pontos comuns da queda de três ditaduras
PORTUGAL, GRÉCIA e ESPANHA e suas particularidades



Editora Paz e Terra

R. Abade Ramos, 78

J. Botânico-Rio

"A França tem todos os motivos e condições para ter uma das melhores televisões do mundo", declarou o presidente da República, durante uma reunião ministerial.

No entanto, como se sabe, a televisão não ganhou nada entrando na era das sondagens de opinião. Dos dois postulados que os legisladores introduziram na lei de 7 de agosto de 1974, rivalidade qualitativa e competição comercial, ao que parece, o segundo é que começa a prender a atenção dos dois principais canais, TF-1 e A-2, que começaram, a partir daí, a se enfrentar. Cada um de nós pode constatar este fato todo dia. Ainda que de maneira inconsciente, foi a má qualidade dos programas que levou o governo a elaborar corretivos para o sistema da livre concorrência entre as cadeias de televisão, corretivos estes que dizem respeito à criação (cujo volume desejável foi definido), à procura de novos talentos e às acumulações abusivas de funções. Entretanto, para conservar o caráter "liberal" da reforma, o presidente da República e o primeiro-ministro preferiram não explicitar essas recomendações nos estatutos dos canais de televisão.

Esta é uma meia medida com a qual se arrisca, no fim das contas, a um "outro" tropeço no mesmo mecanismo das sondagens de opinião, que não sendo forçosamente negativo, está longe ainda de ser bem compreendido.

O aparecimento da televisão, a rapidez com que se expandiu, as técnicas que utiliza e que utilizará cada vez mais, a mais ou menos curto prazo, cabos, satélites, vídeo-cassetes, tele-informática etc. suas realizações atuais, já tão numerosas e profundas, além de suas maravilhosas possibilidades, são um dos acontecimentos máximos do nosso "segundo século XX".

Nossa perspectiva está orientada para a situação atual, na França. Entretanto, é necessário aprender, primeiramente, algumas lições, a partir do que aconteceu nos Estados Unidos, de 15 anos para cá, relativamente às três grandes cadeias, liberais quantitativas e liberais qualitativas (American Broadcasting Corporation, Columbia Broadcasting System, e National Broadcasting Corporation).

Um livro que se tornou clássico, publicado no início da década de 60, evidenciava a partir de sólidas pesquisas, um vago mal estar em amplas camadas do público (1).

Audiovisual e democracia cultural

Foi somente no seminário de Stanford, consagrado ao "futuro da TV comercial" (25 a 27 de abril de 1965), que, pela primeira vez, encontraram-se para uma discussão planejada: (1) as agências de publicidade; (2) as empresas "patrocinadoras" (sponsors), compradores de publicidade televisada; (3) notáveis produtores de programas; (4) os representantes das "três grandes"; (5) pioneiros da TV "educativa", não comercial, ainda bem fraca, nessa época, nos Estados Unidos, mas que, fortaleceu-se após a criação, em novembro de 1967, da Secretaria de Rádio e Televisão (Corporation for public broadcasting); (6) especialistas e pesquisadores qualificados, incluindo algumas celebridades internacionais nesse campo.

Em pleno seminário de Stanford, trava-se o debate sobre a democracia cultural que salienta atitudes e valores entre os quais se dividem dois amplos setores de opinião nos Estados Unidos e, é bom notar, hoje mesmo, na França.

Os proprietários das grandes redes de televisão (e, na França, alguns dirigentes de sociedades que se constituíram com a lei de agosto de 1974) posam de campeões de um liberalismo quantitativo, o da "livre empresa", ideologia tradi-



6 de agosto de 1976

5, rue de Italiens Paris 9e. tel 7-907-129

RIVALIDADE QUALITATIVA OU COMPETIÇÃO COMERCIAL?

A televisão e a questão da democracia cultural

Georges Friedmann*

da televisão se baseiam nos índices de audiência já que eles concebem a TV como um 'mass media'. Mas o que vem a ser a 'massa'? Não se pode considerar o público como uma "massa", mas uma série de públicos diferentes, cada qual merecendo ser tratado com respeito. Não são "alvos" para os publicitários, mas "seres humanos capazes de crescimento intelectual e cultural".

Para contrabalançar a espiral da degradação da concorrência, duas proposições de Skornia colocamos em plena atualidade dos problemas franceses de 1976: a áspere concorrência propositada, nas horas de pique, entre TF-1 e Antena 2, o esforço de regionalização tentado pela RF-3. Estas: de início, introduzir no sistema de monólogo que predomina hoje em dia entre programadores e telespectadores uma rápida retroação (feedback), condição essencial de uma autêntica democracia cultural; por outro lado, programar, não para a "massa", mas para os sub-grupos culturais da nação. Não se trata de "malthusianismo" ou "elitismo". Ao contrário, renunciando a reunir uma multidão, na mesma hora, diante do vídeo, dirigir-se a menor número de pessoas de cada vez, ou seja, tender para uma "assistência" seletiva de programas seletivos. Deve-se atingir coletividades, até mesmo minorias, regionais, culturais, profissionais, étnicas, religiosas etc. que há muito tempo desejam alimentos mais específicos do que os que lhe são quase exclusivamente oferecidos. Esta é uma das principais causas da insatisfação nos públicos, a despeito das respostas da "amostra" aos questionários preparados pelo Centro de estudos de opinião.

A reflexão sobre esses problemas apasiona, atualmente, muitos profissionais da televisão (seja qual for seu campo de ação) e de pesquisadores. Os liberais qualitativos atacam a "massa" - noção defendida por seus adversários - em favor de uma pluralidade de públicos, cada um constituindo um grupo de seres humanos, adultos e jovens, capazes de enriquecer o próprio espírito, a própria cultura, dotados de uma certa plasticidade de gostos.

Este é um problema crucial a respeito do qual dividem-se hoje em dia, no interior de nossas emissoras, especialmente as duas maiores, além da SFP, liberais quantitativos, mais ou menos conscientes de seus postulados, e liberais qualitativos, como nos Estados Unidos, num contexto cujas diferenças em relação ao nosso não se pode subestimar. Nossos quantitativos militantes duvidam que um indivíduo, sejam quais forem seus títulos e sua experiência, pos-

sa se julgar qualificado para "elevar" o nível cultural de outros indivíduos que constituem a "massa", que, de resto, são livres para reagir, imediatamente, pela recusa daquilo que não "procuram", mas que lhes é imposto por seus "educadores qualitativos". Não há nada mais simples do que virar um botão, cortar uma emissão, mudar de canal, eliminar o que não é desejado com esse simples ato. Tanto mais que, graças à multiplicação dos receptores em cada residência, o seu uso tende a se individualizar e a se privatizar. Compra-se uma TV a cores, mas conserva-se a antiga, ou as antigas em preto-embranco.

Os quantitativos confundem, em seu vocabulário, a "demanda" supostamente revelada pelas sondagens com o gosto do público. Um deles, do setor de pesquisas de um grande canal americano, chegou mesmo a me declarar, em um encontro que tivemos, em Nova York: "Quando se oferece ao público programas que não correspondem a seus gostos pré-estabelecidos, ele se retrai." Negando-se a confiar na plasticidade, no "crescimento cultural do público", os quantitativos duvidam que seja possível elevar as mensagens de *mass media* sem que se perca uma grande parte da audiência. A isso os qualitativos respondem: serão a "demanda", e "gosto" revelados, de uma forma autêntica, pelos índices de audiência? Em última análise, o que vem a ser a "demanda", o "gosto", na concepção dos quantitativos? Chega-se, por fim, à interperação contida no célebre relatório Pilkington: "Ninguém pode afirmar ter oferecido ao público o que ele procura, a menos que o público possa conhecer todo o leque de possibilidades da TV e tenha optado, dentro desse leque, pelo que deseja ver." Trata-se aqui do tema das possibilidades culturais, essencial nesse debate.

O futuro dos programas de TV é encarado de modo muito diferente pelos diversos observadores, dependendo dos pontos de vista em que se colocam, muito afastados uns dos outros. Segundo os quantitativos, que se consideram os únicos "realistas", o gosto do telespectador é revelado por uma estrita psicologia do comportamento e definido pelo que ele aceita ver; daí a sólida justificativa das sondagens de audiência e a observação sobre o pouco êxito das emissões "culturais", ainda frequentemente relegadas, no atual sistema, a horários "incômodos". Daí, também, a observação (tomada muitas vezes como argumento pelos quantitativos) a propósito do telespectador a quem se oferecem programas que ele considera "sérios" demais, "difíceis", e que gira o botão a procura de transmissões mais "fáceis" e "divertidas".

Tratando-se do "público de massa" já condicionado pelos anos a fio de TV comercial, quantitativa, tais observações não podem ser contestadas. Entretanto, não chegam a legitimar, como verdade absoluta, a definição do gosto baseado, unicamente, no comportamento, um gosto impermeável a qualquer sistema novo, a qualquer tentativa de educação. Na verdade, tais observações ignoram as atitudes seletivas demonstradas por numerosas pesquisas que deixam entrever, no que diz respeito aos telespectadores, o campo das experiências possíveis e os efeitos de uma experiência realmente concretizada.

O problema da melhoria dos gostos poderia ser apresentado em termos bem mais favoráveis se múltiplos canais de recepção fossem oferecidos ao público. Julguei que esse momento estivesse próximo e cheguei a vislumbrar, na teledistribuição, "uma chance para a democracia". Nos Estados Unidos, em 1971, a comissão Sloan chegou a prever que, antes de 1980, a metade dos lares americanos poderia escolher entre quarenta canais de televisão, graças a uma vasta rede de cabos. No nosso caso, os investimentos exigidos por uma televisão de cabos, no nível atual das técnicas, o atraso relativamente a estas últimas (*hardware*) em termos de programas (*software*) sustaram o aparecimento de uma teledistribuição que atendesse, realmente, o pluralismo dos grupos, das regiões, dos centros de interesse e das culturas. E a TV bidirecional, "interativa", não chegará para nós num futuro próximo.

Na França, as estruturas administrativas e a penúria de meios são, para a teledistribuição, obstáculos temíveis. A experiência das "sete cidades com cabos" permanece estacionária. André Rossi, secretário de Estado, encarregado de por em prática a reforma da Rádio-TV, anunciou, já há alguns meses, um decreto (que estaria sendo elaborado) sobre a teledistribuição (*Le Monde*, 11 e 12 de janeiro de 1976).

Para vencer o dilema em que esbarra o sistema francês (como já aconteceu com o sistema americano) não basta, embora alguns assim o suponham, sem muito refletir, enriquecer, pela multiplicação das cadeias, o viveiro de imagens de que se alimenta a "massa". Esta multiplicação (contanto que os programas se adaptem aos "seres humanos" que compõem os diversos sub-grupos já citados) é condição necessária, mas não suficiente. Além da multiplicação, é indispensável (seja qual for o progresso das técnicas), no que diz respeito ao telespectador, um extensão das possibilidades culturais.

O homem-do-pós-trabalho, da época em que cresce o "tempo liberado", deve ser preparado para usufruir essa duração suplementar de não-trabalho, afim de se expandir em um autêntico tempo livre.

(*) Diretor de teses da Ecole Pratique de Hautes Etudes.

(1) Ira Glick e Sidney Levy, Living with television, Chicago, 1962, com um importante prefácio escrito por W. Eloyd Warner.

(2) Cf. Norman Jacobs (ed.), "Culture for the millions", Princeton, 1961.

(3) A definição, pelo chefe de Estado, do novo sistema como "competição no seio da propriedade da Nação", não engloba, no funcionamento das emissoras e em suas restrições orçamentárias esse tipo de concorrência?

(4) Expressão usada por André Rossi, secretário de Estado encarregado de por em prática a lei de 7 de agosto de 1974 (*Le Monde*, 11 e 12 de janeiro de 1976).

(5) Proclamação de Messmer - premier de Pompidou - na instalação do Alto Conselho de Audiovisual, em 5 de julho de 1973.

O AUTOR DE "ACOSSADO" NA TELA PEQUENA

A viagem de Godard pela França

Louis Marcorelles

Todos nós aguardávamos e ele mesmo também estava esperando esta possibilidade - finalmente oferecida - de dar o salto da tela grande para a pequena. De qualquer forma, desde o início, antes mesmo de *Acossado*, os seus filmes já vinham matando o cinema-cinema, o cinema da linguagem bem comportada e das evidências mal fundamentadas; eles afirmavam a predominância da palavra, a liberdade da narrativa, a recusa de contar "bem" uma história. A televisão, sua irmã gêmea, significa, em certo sentido, a possibilidade de fazer cinema 24 horas por dia.

A encomenda partiu do INA (Instituto Nacional de Audiovisual): uma co-produção com a Sonimage - título significativo -, produtora criada por Godard antes de sua partida para Grenoble, onde vive e trabalha atualmente: "Assinamos um contrato com o INA para fazer quatro filmes de uma hora em dois anos, explica o realizador de *Numéro deux*... O canal FR 3 pediu ao INA, para agosto, seis programas de uma hora e 40, cada. Um programa ia sair do ar no período de férias e eles ficaram com horários vazios seis domingos seguidos. Tinham de encher o buraco. O INA aceitou e nos perguntou se, além do que já estava acertado em nosso contrato - vamos entregar o primeiro filme em dezembro -, aceitaríamos realizar um dos seis programas da FR 3. Isso foi há três meses".

"Por nosso lado, nós argumentamos: uma hora e 40 de programa em três meses, não vai dar. Não dá mais para fazer um filme em três meses, leva-se geralmente um ano para fazer uma hora. Mas por outro lado, seis vezes uma hora e 40 - o que dá quase dez horas - já é bem diferente. Se pensarmos em termos de um filme de dez horas, aí já, teremos tempo de preparar, de voltar atrás, de corrigir, de trabalhar com calma." Logo, "seis vezes dois" passou a ser o título da série: seis vezes dois programas. Ou melhor, seis vezes duas partes. Cada programa respeita a duração de uma hora e 40, mas esta hora e 40 poderá tanto ser dividida em uma hora mais 40 minutos quanto em duas vezes 50 minutos.

Por que cada programa é dividido em duas partes? "A primeira parte é um pouco mais elaborada, explica Godard; a segunda parte explica a primeira ou é por ela explicada; trata-se, simplesmente, de alguém falando. Nós pensamos: vamos fazer como na televisão, mas um pouco diferente, porque na televisão ninguém fala durante uma hora. A partir daí, se entrevistamos alguém durante uma hora, quem faz as perguntas vai ter tanto o que fazer quanto quem dá as respos-

tas." E Godard quase que já começa a ter aborrecimentos com as imagens que ele mesmo criou para a mini-tela, quando veio a um estúdio parisiense para acompanhar a transferência do material que filmou em vídeo, em Grenoble, do filme colorido de três quartos de polegar para o de dois polegares.

Para começar, ele receava que os técnicos lhe sabotassem o trabalho, abaixando abusivamente o som quando da transmissão para respeitar certas normas técnicas que lhe parecem tão contestáveis quanto as que muitas vezes estes mesmos técnicos pretendem impor no cinema. Tudo pode ser feito, tanto na televisão quanto no cinema! Abaixo os não pode! O som vai "falar" bem alto, o telespectador tem de ficar completamente à vontade. Ainda que para ele a televisão seja tão cinema quanto o cinema-cinema - o "verdadeiro" cinema, de Verneuil ou de Rivette -, Godard não se conforma com o fato de ter sido obrigado a gravar previamente as entrevistas de "seis vezes dois": tudo deveria ter sido feito em som direto: na televisão, som direto quer dizer transmissão "ao vivo". Mas nada foi ensaiado, nada foi "teleguiado". O trabalho do entrevistador - e Godard repete incessantemente a palavra *trabalho* - é capital: ele modela com as próprias mãos o seu assunto, um assunto que é abordado face a face com o personagem.

Sobre-trabalho e sub-emprego

Primeiro programa: *Ya personne e Louison*. A cidade e o campo. O desemprego e o subemprego na cidade; o sobre-trabalho do camponês. Num e noutro caso, uma sociedade que explora o indivíduo, impedindo o seu livre desenvolvimento. *Ya personne*: quatro pessoas convocadas por classificados publicados na imprensa local, quatro desempregados, apresentam-se no estúdio novo em folha da produtora de filmes de cinema e televisão Sonimage. Godard, o patrão, recebe os candidatos, especialmente um soldador e uma arrumadeira. Vocês estão procurando trabalho? Que espécie de trabalho? Por que trabalhar? Será que poderiam conseguir outro tipo de trabalho? As câmaras

Sony iam filmando e gravando a conversa com o consentimento dos entrevistados, todos pagos pelo trabalho: 500 francos nas filmagens, mais 1 000 francos caso o filme fosse ao ar. Godard pede à arrumadeira que "arrume" e ao soldador que "solde", em sentido figurado: ambos começam a fazer seus gestos habituais, e é justamente este "hábito" que Godard tenta associar a um sentido mais geral, mais político.

Para Louison, protagonista único da segunda parte do primeiro programa, tudo é claro e surge naturalmente: efetivamente integrado em seu trabalho (um trabalho que o ocupa de manhã à noite sem trazer-lhe necessariamente satisfações materiais maiores do que aos trabalhadores manuais da cidade), o soldador do campo, simples e eficazmente entrevistado por Godard, impressiona por sua lucidez, sua filosofia ingênua e sua malícia. Aborda-se um problema atualíssimo: a seca, as condições atmosféricas, o tempo que parece ter saído da linha. Em seguida, como para fazer contraponto ao primeiro filme, Louison repete, a pedido de seu interlocutor, os gestos de seu trabalho cotidiano, diante da câmera, como se estivesse diante de seu tutor. Louison tem de saber fazer tudo, prever tudo, consertar tudo: "A gente não tem esse negócio de dividir o trabalho, não; todo mundo tem de saber todos os macetes, de A a Z."

Louison não deixa escapar nada. Ele paga, pelo seu chão, um aluguel de 200 francos por hectare (são 70 hectares); a qualquer momento, o proprietário pode tomar de volta o que é seu. E analisa a propriedade privada, sem por isso fazer o elogio da propriedade coletiva: a propriedade deveria ser livre, acessível a todos, mas sem os vínculos, a concorrência e a agressividade que ela quase sempre provoca. Vê-se que os protagonistas de *Ya personne* - mas principalmente Louison - já falam como personagens de Jean-Luc Godard. Exatamente como, no Québec os personagens de Pierre Perrault parecem sempre como que sombras do autor de *le Règne*

du jour e do recente *Um royaume vous attend*. Aqui, juntam-se a verdade coletiva e a verdade individual do artista: Godard provavelmente não vai admitir este entrelaçamento, que corresponderia à pretensão de uma objetividade de tipo marxista. Não seria, talvez, próprio deste tipo de cinema "revelar", no sentido fotográfico, os indivíduos e a sociedade, através da sensibilidade do cineasta, que fornece o diapasão geral, o lá fundamental? Afinal de contas, não era outra coisa o que fazia Brecht no teatro.

Brecht interpretado

Leçons de chose e *Jean-Luc* também já foram concluídos: Godard fala o tempo todo, mas em dois ritmos diferentes, em dois registros contrastantes. Invisíveis na primeira parte - ele é seu interlocutor, um colaborador da equipe de filmagem -, ambos aparecem na tela em *Jean-Luc*, Godard de frente, seu companheiro quase de costas. Desta vez mais que no primeiro programa, o cinema é rei: onipresença de Godard, com suas preocupações, eu diria mesmo seus estados de espírito. Mas também por causa do trabalho sobre a imagem. Um cigarro, um isqueiro aceso, sombra e penumbra: é o cinema-cinema que parece voltar em sua plenitude!

Em *Leçons de chose*, o realizador de *Desprezo* transforma-se praticamente em professor, solta gracejos afiados, sempre ilustrados, convida-nos a descobrir "o que está por dentro das coisas" e suas fronteiras, conta-nos "a verdadeira história do Potemkin", o blefe Concorde em contraste com a miséria no deserto africano ("3 000 quilômetros por hora no céu, tres centímetros por hora na terra"), ilustra, com um ovo num prato, a diferença entre causas externas, e causas internas, tomando o espectador pela mão, pela imagem e pelo som. Em *Jean-Luc*, só Jean-Luc tem a palavra, ele e suas obsessões. De passagem, uma alusão a Brecht, Brecht interpretado - e, receio, mal compreendido - por Godard: "Brecht ficou completamente sozinho. Ele não tinha imagens. Ele foi encenado, mas foi feito para ser lido." Lido no sentido de interpre-

tado por cada um. Godard fala antes de tudo de si mesmo, de seu trabalho de cineasta, de sua obsessão pelo cinema, de sua angústia; e é como se uma série de textos fossem sendo projetados na tela, textos desesperados, num espírito às vezes próximo de Aragon, que ele tanto admira. E acumulam-se verdades elementares, como: "a palavra mais conhecida do mundo: câmera" (segundo a UNESCO), "cinema, suave umbigo do mundo".

E de repente, a denúncia, o que o cineasta tem dito e repetido em seus filmes recentes: *Numéro deux*, *Ici et ailleurs*, *Comment ça va*: "Criminoso é o jornalista que não transmite a informação, mesmo nos jornais: 'Uma foto não revela nada às pessoas'". É a famosa *mélange* godardiana, ao mesmo tempo irritante e sedutora; uma sensibilidade à flor da pele, que melhor que ninguém ataca os verdadeiros problemas, sem nunca se dar ao trabalho ou ter a paciência de desenvolvê-los. A fúria epidérmica da indignação e também, às vezes, a arte de acertar na mosca. E aquelas imagens que não se cansam de se projetar na tela, fazendo contraponto umas às outras: "As cicatrizes ardem no beijo", "Só da toga não tenho mais o que aprender." Grau zero do cinema, grau zero da poesia. A bobina vídeo estala, termina a hora concedida a *Jean-Luc*: "Passamos de uma hora"; Godard, o entrevistado, interrompe brutalmente o programa.

O que muitas vezes pode ter irritado, deverá, nesse caso, sensibilizar: o cineasta talvez tenha encontrado, na televisão, o que realmente lhe convinha, a sua maneira própria, o instrumento ideal para comunicar. Pois se trata, antes de tudo, de comunicação. O contrato como o INA reza: "Vamos co-produzir seis programas sobre a comunicação." E Godard esclarece: "Sobre, debaixo, dos lados e através".

"O que está errado com a televisão é que ela produz. Ela não devia produzir, ela devia comunicar: aqueles que tivessem produzido simplesmente usariam o canal. De nossa parte, o que podemos esperar é apresentar muitas coisas de uma outra forma. Seria preferível dispor regularmente de dez minutos. A única coisa que eu quero da televisão, como profissional e amoroso, é poder fazer dez minutos sobre o jogo de futebol, mas não todos os domingos. Ao contrário. Todas as segundas-feiras. Ou seja, poder falar na segunda-feira do jogo de ontem. Exatamente como todo mundo faz. Pois é o dia seguinte, quando estão com os colegas, que as pessoas falam do jogo da véspera. É a única coisa que não me deixam fazer."

À MARGEM DO CONGRESSO DE PSICOLOGIA DE PARIS

Psiquiatria e repressão de delitos de opinião

Paralelamente ao Congresso Internacional de Psicologia reunido em Paris, vários psicólogos organizaram, no dia 22 de julho, uma "mesa redonda" sobre "a utilização da psicologia e da psiquiatria para a repressão de delitos de opinião". Esta reunião não pôde ser convocada no quadro do próprio Congresso, pois a ela se opunham seus organizadores; foi realizada, assim, na *Maison des sciences de l'homme*, no Boulevard Raspail.

O psicólogo Jean-François Lambert evocou alguns casos recentes de internamento arbitrário em hospitais psiquiátricos, especialmente no Malawi e na Argentina. E denunciou certas práticas atualmente habituais em alguns estabelecimentos penitenciários, como a privação do sono, o isolamento sensorial total e o "condicionamento" (lavagem cerebral), assim como a utilização de testes e de drogas psicotrópicas. "É claro

- acrescentou Lambert - que a psicologia não inventou a tortura, mas tem permitido o seu refinamento. Até mesmo a psiquiatria pode, ser utilizada para fins repressivos".

Co-autor, com Raymond Lasiera, do livro *La Torture Propre*, Jean Claude Lauret chamou a atenção para o que chama de "formas de manipulação do mental", citando casos na Irlanda, na Alemanha Ocidental, no Uruguai, no Chile e na Austrália. Nesta última, está sendo construída, nas

cercanias de Sidney, uma prisão "modelo" para o isolamento total dos detidos.

O depoimento de Pliuchtch

Os psicólogos ouviram em seguida o depoimento de Leonid Pliuchtch. O matemático soviético passou em revista os meios que, na União Soviética, são utilizados nas prisões e nos hospitais psiquiátricos "especiais" - afetos ao Ministério do Interior - para anular a vontade própria dos recalci-

trantes (produtos neurolépticos, eletrochoques, circuitos internos de televisão para causar a impressão de alucinações e utilização dos "carneiros", ou seja, os presos psicopatas que angustiam o paciente são etc.). "Até a psiquiatria, oficialmente considerada uma disciplina burguesa decadente, é utilizada para fins repressivos", acrescentou Leonid Pliuchtch. Concluindo seu depoimento, ele fez um apelo à solidariedade internacional, no sentido de salvar os 60 "doentes" que ainda se encontram detidos, se-

gundo ele, no hospital psiquiátrico especial de Dniepropetrovsk (onde ele mesmo passou três anos).

Ao término da reunião, foram distribuídas cópias das cartas endereçadas por Pliuchtch e sua mulher, Tatiana, aos 50 psicólogos soviéticos presentes ao Congresso Internacional. O matemático pede-lhes, em sua carta, que intervenham junto às autoridades soviéticas para que lhe sejam restituídos seus trabalhos sobre a psicologia das atividades lúdicas da criança, confiscados pela KGB. Quanto a sua mulher, ele termina assim sua carta: "Já que os psiquiatras soviéticos consideram Pliuchtch louco, só têm interesse em demonstrar, através de seus próprios trabalhos, que ele sofre - como eles mesmos dizem - de 'mania de invenção no campo da psicologia'".

1 Grasset, 1975.

Passado algum tempo, e à margem dos desdobramentos políticos do momento, as declarações do Chanceler Schmidt (seguidas de um desmentido que não iludiu ninguém) dão conta de um fato importante: o ressurgimento do poderio e da autonomia política da Alemanha na Europa, decorrência direta do novo impulso tomado por seu poderio econômico e militar.

O novo equilíbrio de forças deriva diretamente da segunda etapa da crise. Não existem, no momento, sintomas ponderáveis de uma recuperação econômica geral na Europa Ocidental. As ilusões alimentadas por Giscard d'Estaing têm sua fonte principal na ideia simplista de que nos encontramos numa situação comparável a dos anos 50, período em que a expansão americana efetivamente serviu de locomotiva para uma renovação global da economia capitalista na Europa. Mas já não estamos mais em 1945. Qualquer análise, ainda que superficial, mostra que a nova arrancada parcial da economia americana sustenta-se em duas causas diferentes que mantêm intactas as contradições essenciais que voltaram a atingir o sistema americano a partir de 1965, acarretando a exportação da crise americana para o contexto internacional:

1) O novo e brutal aumento de despesas com armamentos. O orçamento militar americano passou, em um ano, de 90 a mais de 115 bilhões de dólares, aos quais teríamos de acrescentar um incremento de mais de 20% nas despesas com pesquisas e programas de desenvolvimento, que ultrapassam, hoje, o montante de 24 bilhões de dólares por ano.

2) A consolidação da nova divisão internacional do trabalho: os americanos estão, a partir de agora, em posição dominante em todos os principais setores industriais (eletrônica, química etc.), depois de terem subjugado seus rivais em setores nos quais se viam ameaçados, como a aeronáutica.

Ainda assim, a indústria americana continua operando em níveis inferiores a 75% de sua capacidade, e as estatísticas oficiais indicam uma queda de 15% nos investimentos desde 1975. Segundo levantamento realizado pela McGraw-Hill, inclusive, o número de projetos de construção de fábricas diminuiu em 44%, se compararmos as treze primeiras semanas de 1976 com o mesmo período de 1975.

Assim, as condições em que se manifesta a crise nos Estados Unidos não decorrem de uma ampliação do mercado, mas, essencialmente, das vitórias econômicas e políticas obtidas pelos Estados Unidos sobre seus concorrentes europeus e japoneses; vitórias que se resumem na capitulação destes últimos na reunião de 9 de janeiro de 1976, na Jamaica. Esta capitulação assinala, com efeito, o surgimento do dólar-papel como moeda internacional. Pela primeira vez na história do capitalismo, o país imperialista dominante encontra-se em condições de fixar a paridade de sua moeda em função de seus interesses imediatos e de comprar produtos com papel-moeda. Esta fonte permanente da inflação mundial (mais de 150 bilhões de dólares "flutuantes" circulando atualmente no exterior) permite que as empresas multinacionais americanas especulem permanentemente no mercado monetário, escorando-se num ponto de apoio fixo: a "serpente" das moedas européias.

Exatamente como o desemprego, a inflação passou a ser um as-

pecto permanente do funcionamento do sistema.

A própria maneira como os Estados Unidos vêm tratando de sair de suas dificuldades implicará numa reorientação da política externa americana.

A política de Kissinger tirou sua força da participação e da importância cada vez maiores das empresas multinacionais americanas na economia do país. É fácil demonstrar que ela correspondeu ponto por ponto (inclusive na *détente* com a União Soviética e na reaproximação com a China) aos principais interesses da multinacional e dos bancos americanos.

Esta política, todavia, nunca foi aceita pela totalidade da classe dirigente dos Estados Unidos. Com efeito, ela contrariava frontalmente interesses gigantescos. Acabou, portanto, por engendrar novas contradições internas, provocando, finalmente, a queda do presidente Nixon. Apoiando-se no setor mais dinâmico do capital, ela foi inicialmente combatida pelo velho capital industrial "nacional" (especialmente na siderurgia e na indústria automobilística), que se via prejudicado pela abertura do mercado interno americano a concorrentes europeus e japoneses. Esta oposição à "linha Kissinger" veio, em seguida, a ser reforçada pela entrada em campo de outras indústrias (nuclear, de mísseis, eletrônica) do complexo industrial-militar, que não se conformavam com uma *détente* associada à limitação de armamentos. Ela recebeu, finalmente, a adesão de grandes centrais sindicais americanas, há muito comprometidas com a colaboração de classes.

A nova política exigida pelos adversários de Kissinger não deixa de ser coerente, se a analisarmos do seu ponto de vista. Ela se exprime com nitidez nas recentes posições de Jimmy Carter e do Senado americano. Trata-se, fundamentalmente, de substituir a *détente* externa por um retorno a formas seletivas de guerra fria. Justifica-se assim, aos olhos da opinião nacional, um aumento constante do orçamento militar americano, que permitirá dar novo impulso à economia nacional, graças à promoção, no plano interno, de um mini *New Deal* que reestímule, pelo menos parcialmente, o consumo de massa.

Os adversários do secretário de Estado propõem-se em seguida, a consolidar a nova divisão internacional do trabalho, limitando os compromissos americanos no exterior e concentrando os recursos americanos em determinados setores decisivos, confiados a aliados certos... que se encarregarão de impor a ordem americana. Nessa ordem de ideias, a Alemanha Ocidental, na Europa, o Irã, no Oriente Médio e na América Latina, deverão assumir - ou já assumiram - funções proconsulares, no quadro de uma nova política que nada tem a ver com o "isolacionismo" dos anos 30.

A esquerda européia, e particularmente os sociais-democratas, estão se apressando a ver um defunto onde ainda não há: o pode-

AS ÚLTIMAS DECLARAÇÕES DE HEMULT SCHMIDT

A ameaça alemã paira sobre a Europa

Jean-Pierre Vigier

rio dos Estados Unidos está de pé. As derrotas sofridas no Vietnã e em Angola não devem fazer esquecer a reconquista do Oriente Médio e o status obtido na instauração dos proconsulados na Alemanha Ocidental, no Irã e na América Latina.

Estado forte de tipo constitucional, o Estado alemão, simbiose o original entre a tecnocracia americana e o aparelho de Estado para-nazista, dotou-se, durante os três últimos anos, do maior exército convencional da Europa... de longe superior ao exército francês. Violando uma série de tratados, a Alemanha deu início a uma colaboração atômica com o Brasil e a África do Sul que tem todas as chances de levar à fabricação de bombas. Exatamente como Hitler, a R.F.A. sai da crise rearmando-se.

A esquerda francesa e a esquerda italiana parecem cegas. Os partidários de um futuro "europeu autônomo" no Ocidente deveriam refletir sobre a natureza e a dinâmica da atual evolução da Alemanha. Ela prefigura, com efeito, a situação em que se veriam numa Europa integrada, "protegida" pelos americanos e dirigida em nome destes pela República Federal da Alemanha. Um artigo publicado recentemente em *Le Monde Diplomatique* nos fornece, a este respeito, uma antecipação realista. Os velhos demônios do pangermanismo, da reação e do nazismo, provisoriamente esmagados em 1945, estão erguendo novamente a cabeça. Por muito tempo dissimulados sob a máscara da democracia cristã ou da social-democracia, eles já não temem mostrar-se às claras. Fortalecido pelo apoio americano, o chanceler Schmidt liquidou em poucas semanas a política externa de Giscard d'Estaing. O projeto francês, que pretendia inicialmente trazer a França de volta ao campo americano, para partilhar, em seguida, o poder na Europa com a Alemanha, não corresponde aos objetivos da nova política americana. Schmidt recusou com desdém o regime de diretório proposto pela França, deixou que o franco caísse e passou a promover a demolição (inclusive na Europa agrícola) de todos os obstáculos econômicos que se antepunham à hegemonia americana sobre a Europa.

O veto americano a qualquer forma de participação dos comunistas ocidentais no poder concretiza o impasse em que se encontra, a partir de agora, a política do "compromisso histórico", impasse que reflete a inconsistência da análise política de seus dirigentes e sua inaptidão para compreender a natureza das forças que determinam a política dos Estados Unidos. Berlinguer, Carrillo e Marchais estão enganados se pensam que basta incorporar as posições teóricas fundamentais da social-democracia, renegar a ditadura do proletariado e entrar em polémica com a União Soviética para vencer a resistência que lhes opõem as burguesias e obter o assentimento - ainda que tácito - dos Estados Unidos para sua partici-

pação no poder. O Partido Comunista Italiano está sentindo na carne esta realidade.

Os Estados Unidos fazem o jogo socialista na Europa, mas François Mitterrand, por seu lado, também não está menos enganado. Os Estados Unidos não aceitarão o advento de um poder com participação comunista na Europa. Também Mitterrand, portanto, encontra-se numa encruzilhada. O sucesso que vem obtendo atualmente, quase irresistível em virtude da adesão maciça dos oportunistas da administração e dos negócios que pretendem aproveitar-se de uma eventual mudança no poder, encaminha-o para opções decisivas das quais ele não poderá se esquivar indefinidamente. Se aceitar a tutela americana sobre a Europa, se reconhecer o correspondente proconsulado da Alemanha Ocidental, se continuar a defender a Europa dos americanos e dos alemães, Mitterrand terá de chegar, com o P.C.F., a uma solução de compromisso que afaste este da participação direta no poder. Uma hipótese não totalmente excluída. Georges Marchais chegou inclusive a considerar uma solução do tipo *Front Populaire*, quando um governo de radicais do P.S. contou com o apoio comunista, em nome do interesse da luta anti-fascista. Ele vem, com efeito, preparando seu partido para uma tal solução, apresentando o rompimento da união da esquerda como a grande catástrofe que se deve evitar a qualquer preço.

A dificuldade está na dinâmica desta estratégia. Aceitar esta solução implicará fatalmente no abandono da linha nacional do partido. O contexto europeu constitui, na verdade, o único ponto em que o P.C.F. não seguiu a tática de adesão à ideologia social-democrata adotada pelo P.C.I. Uma tática que o partido dificilmente aceitará. A inclinação neste sentido esboçada no XXIIº congresso já vem provocando dificuldades internas que se traduzem, justamente, numa exaltação nacionalista.

Como observou Marx, nem todos têm necessariamente a perder com as crises.

Assim, o período 1973-1976 terá sido aquele em que se debilitaram, em graus diversos, todas as economias da Europa meridional, emergindo a Alemanha Ocidental no plano econômico, político e militar como a maior potência do Ocidente capitalista.

Ao passo que a Alemanha se inclina para a direita, a Europa meridional se inclina para a esquerda. A situação deteriorou-se a tal ponto que assistimos ao espantoso espetáculo de um grande partido operário (o P.C.I.) lutando desesperadamente para não chegar ao poder. Esboça-se uma dupla evolução. Para começar, os capitalistas ocidentais garantem seu dinheiro transferindo-o para a Alemanha e para os Estados Unidos. A fuga de capitais líquidos europeus para os Estados Unidos passou de 2 bilhões a 4 bilhões de dólares de 1974 para 1975, e os investimen-

tos, de 15 a 32 bilhões. Giovanni Agnelli, por exemplo, vem comprando bens em Montana. Acrescente-se a isto o êxodo recente - e portanto ainda dificilmente avaliável - de capitais italianos, ingleses, portugueses e franceses para a R.F.A. (só no dia 1º de março deste ano, em plena crise do franco, registraram-se 275 milhões de marcos de compras estrangeiras nas Bolsas do país), êxodo que vem acompanhado de um afrouxamento político e da aceitação, mesmo por parte da U.D.R. "gaullista", do proconsulado alemão sobre a Europa. Extinguiu-se o equilíbrio de forças que permitiu a Europa do tratado de Roma: está em marcha a Europa alemã. Esta situação tem sido passivamente aceita - quando não invocada - pelas classes dirigentes do Ocidente.

Hoje, portanto, todos os discursos da social-democracia européia (P.C.F. e P.C.I. inclusive) sobre a "Europa dos trabalhadores" fazem o jogo do imperialismo americano.

Há fatores mais graves ainda. Num tal contexto, os sucessos - ainda que obtidos democraticamente - das forças de esquerda têm poucas chances de resultar em mudanças aceitáveis para os Estados Unidos e a R.F.A. As burguesias do sul da Europa sabem disso e já estão se preparando.

A este respeito, é significativo o exemplo da França. Acabou o tempo das reformas. Depois de ter congelado os aspectos essenciais de seus projetos sobre as empresas e a justiça fiscal, o poder vem-se reconciliando com o setor mais reacionário de um patronato que não se mostra de forma alguma disposto a deixar que se dissolva a simbiose entre os especuladores e a política institucionalizada pela 5ª República. Seus ideólogos já estão a procura de soluções destinadas a alterar o funcionamento legal das instituições em caso de vitória eleitoral da esquerda. Estão sendo preparadas leis e medidas de controle da população, assim como operações dirigidas, destinadas a esmagar a extrema esquerda, isolar a esquerda e intimidar os observadores independentes suspeitos de querer resistir ou perturbar a operação no plano internacional. A ofensiva da imprensa de direita, dos homens e dos veículos de informação do poder contra o jornal *Le Monde* indica bem o vulto dos preparativos. Aproxima-se, em consequência, o momento de novos confrontos.

As conclusões de uma tal análise vão, evidentemente, em sentido contrário à orientação geral das forças social-democratas na Europa. O crescimento da ascendência germano-americana sobre a Europa, as ameaças que ele apresenta para as liberdades democráticas e a latino-americanização dos povos da Europa meridional prenunciam para breve um futuro difícil. Os homens de esquerda e os revolucionários que contam com uma mudança automática dentro da evolução da crise, estão na verdade repetindo, em 1976, os erros de análise cometidos pela IIIª Internacional logo após os acontecimentos de 1929.

Le Monde

©Le Monde
Todos os direitos reservados

NARA LEÃO

Da bossa-nova à cantiga de roda

Matinas Suzuki e Gilberto Vasconcellos

Nos seus 13 elepês e em mais de 10 anos de carreira, Nara Leão demonstrou que a pesquisa do passado musical não é incompatível com a informação estética da contemporaneidade

A dominação faz de tudo para sufocar a memória. E esta, como se sabe, possui um valor de verdade: no momento em que o indivíduo a reinstaura, a opressão é neutralizada. Nos países dependentes, uma das estratégias da perpetuação da atual dominação é manter a nossa amnésia cultural. Ao lançar diariamente no mercado banalidades musicais estrangeiras, a indústria cultural inscreve-se como um agente poderoso da morte da memória musical brasileira. Sob esse ângulo, o registro dos valores artísticos esquecidos ganha entre nós uma conotação política. E o caso do trabalho desenvolvido até agora pela cantora Nara Leão.

Nos seus 13 elepês e em mais de dez anos de carreira, ela demonstrou que a pesquisa do passado musical não é incompatível com a informação estética da contemporaneidade. Compositores populares do porte de Cavaquinho, Cartola, Cristóvão de Alencar, João de Barro, Ari Barroso, Custódio Mesquita, Ernesto Nazareth, Assis Valente e Lamartine Babo figuram ao lado de bossa-novistas como Jobim, Vinícius, Baden e Carlinhos Lyra. E mais: com olho atento no presente e percebendo em cima da hora os novos valores, foi a primeira cantora profissional a gravar Chico Buarque, Sueli Costa e Macalé.

Do seu trabalho depreende-se um conceito elástico, não preconceituoso de música popular. Além de ter gravado modinha imperial recolhida por Mário de Andrade, ritmos de capoeira, chorinho, registrou também composições mais elaboradas, de extração erudita, a exemplo de *Azulão*, de Jayme Ovalle e Manuel Bandeira; *Modinha*, de Villa-Lobos e Manuel Bandeira, e *Medroso de Amor*, do nacionalista Alberto Nepomuceno, músico cearense do século passado.

O mergulho na nossa memória musical culmina no seu último elepê, o sublime "Meu Primeiro Amor" (1975), no qual ela revive as longínquas cantigas de roda e de ninar - *Atirei Um Pau no Gato* e *Cabecinha No Ombro* - cantigas que embalarão e freqüentaram a infância do brasileiro. Nara Leão não embarca na dicotomia, corriqueira e acadêmica, entre música popular e música erudita. Do ponto de vista sociológico, ela investe contra a equivocada idéia - avivada pelos críticos nacionalistas e populistas - de que música popular só pode ser feita por compositores oriundos das camadas mais baixas da população.

"Musa" da Bossa-Nova, e informada esteticamente por ela - vive o uso intimista da voz e o canto quase falado a João Gilberto - Nara só aparece em disco no momento da diluição da BN, época em que madrugava a canção de protesto, no limiar dos anos sessenta. "Este disco nasceu de uma descoberta, importante para mim: a de que a canção popular pode dar às pessoas algo mais que a distração e o deleite". Estas palavras da contracapa do seu segundo elepê, "A Opinião de Nara", revelam o período politicamente conturbado da vida brasileira.

Trata-se do colapso do populismo, momento em que se solicitava à intelectualidade de esquerda uma resposta aos novos rumos do país. Neste quadro, o musak (a música ligeira para distração) é violentamente criticado. Exige-se, a partir daí, uma função pedagógica da arte, que ressoa no CPC ("Centro Popular de Cultura") e no tal



do "pulo-conteudístico-semântico-participante" da poesia concreta, recurso bolado para vestir politicamente um movimento que havia nascido de uma motivação formalística.

A Bossa-Nova, identificada

Trata-se do colapso do populismo, momento em que se solicitava à intelectualidade de esquerda uma resposta aos novos rumos do país. A música para distrair é então criticada

como a expressão do requinte formal, é recusada em nome de um discurso participante que deveria ser inteligível para as massas. Assim, as formas musicais tradicionais (sambão, frevo, baião) reaparecem em cena com uma temática extraída do morro, do sertão e do nordeste - regiões onde eram mais ostensivas as con-

dições sociais. Inclusive os arranjos da canção de protesto privilegiam a base rítmica (o que não ocorre na Bossa-Nova), cuja função ideológica seria catalisar - ao lado da dimensão suasória da letra - o público constituído basicamente de elementos da pequena burguesia.

Sutil ou veladamente, os discos de Nara Leão anteriores a seu ingresso na Tropicália respiram o clima participante. Os próprios títulos de seus elepês o revelam: "A Opinião de Nara", "O Canto Livre de Nara", "Nara Pede Passagem", "Manhã de Liberdade" e "Vento de Maio". Neles a capa é também significativa. Há um apelo à participação, os braços levantados, o gesto épico sugerindo ação.

"A tristeza que a gente tem / Qualquer dia vai se acabar / ... / E há tão grandes promessas de luz", *Marcha da Quarta-feira de Cinzas* (Carlos Lyra e Vinícius de Moraes), já acenava o primeiro disco de Nara Leão.

No seu quinto elepe, "Manhã de Liberdade", Monsueto Menezes e Thiago de Melo comparecem com a ingenua *Faz Escuro Mas Eu Canto* ("Faz escuro mas eu canto / Porque a manhã há de chegar"). Batendo na mesma tecla, *Manhã de Liberdade*, de Nelson Lins e Barros e Marco Antônio, traz os seguintes versos: "Vé como a noi-

te desceu / Como tudo morreu / ... / Não vê quanta flor / Quanta luz vai nascendo / ... / Não sei quanto tempo é preciso esperar / Pois igualdade, amor / Liberdade, vida que vai nascer".

A preocupação em politizar a

A preocupação em politizar a canção popular não é em si algo condenável; o problema é que a inverdade política manchou sua configuração estética

canção popular não é em si algo condenável; o problema é que a inverdade política manchou sua configuração estética. Inclusive a própria dicção de Nara, que nos momentos mais agudos da "participação", se despoja da sua habitual maneira contida em detrimento de uma interpretação deramada, expressionista, beirando

a teatralização. Em *Morte Vida Severina* (João Cabral de Mello Neto e Chico Buarque) e em *Cabra Macho* (Guto e Mariozinho Rocha), ela procura, por exemplo, enfatizar a denúncia social através da bombástica exploração dos efeitos, abandonando uma das conquistas mais caras à Bossa-Nova, a saber: a integração do canto na totalidade da música.

Tal maneira *kitsh* de cantar sintetiza-se com a idéia equivocada de que a canção seria o agente da mudança histórica. Os intelectuais, e particularmente os compositores e intérpretes do período populista, esqueceram-se de que a arma da canção não pode substituir a arma da transformação. Não se pense que estamos aqui ante um radicalismo político. Ao contrário, a crítica política converte-se em ladainha moral.

Isto fica patente em pelo menos três canções: *Maria Moita*, de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes ("Rico acordou tarde/Já começa a resmungar/Pobre acorda cedo/Já começa a trabalhar"); *Cabra Macho*, música que segue à risca a ideologia populista na sua crítica pequeno-burguesa ao rico ("Tem muito pobre passando fome/Mas também tem muito rico/Que não é macho e nem é homem"). A compensação da pobreza é a virilidade sexual. Trata-se da "macheza da miséria", para usar o batismo expressivo de Louzada Filho. Em *Ana Vai Embora*, de Franklin Dario, o compositor se coloca no papel de intérprete do retirante, mas sua denúncia não abandona os valores patriarcais ("A mãe Benedita/Deu-lhe beijos e um aviso/Filha escolha bem seu homem/Mas não perca seu juízo/Antes de casar"). A canção de

protesto naufraga no imobilismo. Sob este ângulo, os versos de *Maria Moita* são incisivos ("Vou pedir ao meu Babalorixá/Para fazer uma oração pra Xangô/Para por pra trabalhar/Gente que nunca trabalhou"). *Esse Mundo É Meu*, de Sérgio Ricardo e Ruy Guerra, segue a mesma toada ("Saravá Ogum, mandinga da gente continua/Cadê o despacho pra acabar/Santo guerreiro da floresta/Se você não vem, eu mesmo vou/Brigar").

Estas contradições políticas e estéticas não são específicas à canção de protesto. Elas contaminam quase toda intelectualidade brasileira que foi seduzida pelos esquemas populistas. Ao invés de lançar luz nos caminhos da práxis, a reflexão progressista se especializou na resolução dos problemas do capitalismo periférico. Trocando em miúdos, esses problemas deveriam ser resolvidos sem eliminar a dependência externa. Isto pode ser visto na produção intelectual reformista do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), ou na aliança de classes a que a canção popular não escapou.

No seu segundo elepê, Nara grava *Sina de Caboclo*, de João do Valle e J. B. de Aquino, cujo início ("Mas plantar pra dividir/Não faço mais isto, não") se contradiz, logo adiante com a harmonia populista entre o lavrador e o latifúndio; "Vai ser bom pra mim/E bom pro doutor/Eu mando o feijão/Éle manda trator/Vocês vão ver o que é produção".

A canção do período quis a todo custo acabar com o exotismo do morro, que era feio, não bonito; mas ao mesmo tempo, o morro - e, portanto, a miséria - é glorifi-

cado, como se ve nos versos de Zé Ketí (*Opinião*): "Falem de mim/Quem quiser falar/Aqui eu não pago aluguel/Se eu morrer amanhã, seu doutor/Estou pertinho de céu".

A passagem de Nara pelo Tropicalismo não foi ainda devidamente estudada, embora ela tenha sido uma das figurantes do disco manifesto "Pennis et Circences". De resto, em 1969 com o elepê "Nara Leão", se estreita ainda mais o vínculo com a estética tropicalista. Esta nova guinada da "música" significa uma ruptura, ou uma incoerência, com o seu anterior percurso artístico. Nem sequer um simples modismo, apesar de ter sido a única figura já consagrada na MPB que participou efetivamente do novo movimento.

Não obstante seus discos anteriores estarem comprometidos até a medula com os esquemas da canção de protesto, havia neles a inquietude e o empenho de trazer à tona o nosso passado musical. Não se trata apenas da habilidade de espiar o novo. Nara Leão não só submete a tradição musical à luz branca do ultramoderno, como também o novo sempre é visto à luz mortuária do passado. Em seus discos o birimbau harmoniza com o acorde dissonante; Tom Jobim aparece ao lado de ritmos de capoeira. Ressalve-se que existem sensíveis diferenças entre seu disco tropicalista e os imediatamente anteriores; mas tal fato deve ser pensado dentro do contexto geral tropicalista, que, em parte, marcava uma ruptura com a canção de protesto. Assim, a ligação de Nara com Caetano Veloso não é tão intrigante como, à primeira vista, poderia parecer.

Ao lado da alegoria, recurso de que se utilizaram os tropicalistas para mostrar os efeitos do desenvolvimento desigual do capitalismo periférico, a paródia se inscreve como uma forma, crítica e corrosiva, de diálogo com a tradição musical. É justamente neste ponto que reside a grande contribuição dos arranjos de Rogério Duprat para o disco tropicalista de Nara. Assim, ele faz um uso crítico e inventivo do bolero (*Lindonéia*, de Caetano) e do fox-canção (*Mulher*, de Custódio Mesquita e Sady Cabral), dois gêneros que marcaram profundamente a MPB. Calçado no modelo das orquestras de baile dos anos 40, o arranjo de *Mulher* se vale do uso abusivo e proposital dos metais, além de acentuar a marcação rígida do ritmo e do andamento, como requeiriam os nossos bailes de antigamente.

No delicioso *Quem É?*, de Custódio Mesquita e Joracy Camargo, que tematiza o sacrifício e a docilidade da mulher ("Quem é que muda os botõeszinho da camisa?/Quem é que diz um adeusinho no portão?/E de manhã não faz barulho quando pisa/E quando pedes qualquer coisa não diz não"), - assunto tão familiar aos discos de Nara Leão, vide *Com açúcar*, *Com Afeto* e *Camisa Amarela*, respectivamente de Chico Buarque e Ari Barroso -, Duprat cita e comenta o texto com os acordes extraídos de *Amélia*, de Ataulfo Alves, canção que simboliza a dedicação subserviente da mulher.

Dois comportamentos de linguagem andam de mãos dadas na Tropicália: a intertextualidade (a canção traz a confluência de outros textos estabelecendo uma relação de interdependência) e a mescla dos gêneros musicais. Tais procedimentos informam também o disco de Nara. No caso da relação interna entre textos, teríamos a irônica *Deus Nos Salve Esta Casa Santa*, de Caetano Veloso e Torquato Neto, cujo título é retirado de um verso do tema folclórico *Ponto do Guerreiro Branco*. A

fusão dos gêneros musicais encontra-se tanto em *Quem É?* quanto em *Infelizmente*, sátira de Lorraine Babo e Ary Pavão à lamúria da classe média ante sua prontidão, onde Duprat lhes dá um tratamento moderno, apropriando-se dos arranjos de ie-ie-ie à Roberto Carlos.

Nesta música, a interpretação quase falada de Nara e a reiteração do estribilho reforçam o tom ressentido e queixoso do discurso da pequena burguesia ("Eu quando vejo um baile de alta sociedade/Lindas casacas, toaletes formidáveis/De terno usado dou uma volta na cidade/Tomo uma média, conto os níqueis miseráveis/Infelizmente sou da classe média/Infelizmente..."). Uma amostra da perfeita sintonia entre texto e arranjo aparece em *Deus Nos Salve Esta Casa Santa*, onde o regular e incomodo som metálico arremeda a batida do relógio de pendulo, sugerindo a monotonia da vida familiar da classe média a que alude a canção ("Oh Deus nos salve esta casa santa/Onde a gente janta com nossos pais").

Embora não completamente ausente de seus elepes anteriores (que se recorde a dicção brejeira e maliciosa em *Tique-Taque do Meu Coração*, de Alcyr Pires Vermelho e Walfrido Silva), o humor, esse inimigo mortal da canção de protesto, marcaria profundamente a interpretação tropicalista de Nara. O toque humorístico aparece na paródia do crooner de orquestra, ou no arremedo crítico do sentimental cantor de bolero, a exemplo do canto meloso de Nara ao repetir, em *Lindonéia*, o verso "a solidão vai me matar de dor". Isto se afina com o clima dissoluto, por assim dizer, provocado pela utilização intensiva dos metais, que ganham nova dimensão com a Tropicália.

A valorização do texto, de que se tornou comum falar a propósito do Tropicalismo, aparece também neste elepê de Nara Leão. Neste movimento, o compositor popular não só dialoga com seu passado musical; ele fuça também na tradição literária brasileira. "Ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração dos filhos". Este verso de *Mãe Coragem* (Caetano Veloso e Torquato Neto), paródia do célebre soneto "Ser Mãe", do beletista Coelho Neto, para quem "ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração".

A paranomásia - aproximação sonora de fonemas que correspondem a uma equivalência no plano dos significados - procedimento que informa a poética contemporânea, é explorada de maneira inventiva em dois momentos do disco. Referimo-nos ao verso "na preguiça, no progresso", de *Lindonéia*, que contém uma alusão irônica à ideologia colonialista: o nosso "atraso" é justificado pela índole preguiçosa do povo. Interessante é que o termo "progresso" nesta canção entrelaça-se com cenas de violência ("Despedaçados, atropelados/Cachorros mortos nas ruas/Policiais vigiando/O sol batendo nas frutas sangrando"), jogando-nos na cara o tributo que se paga ao caráter contraditório do desenvolvimento periférico: a um só tempo em que nos fascina, o progresso nos humilha. A outra paranomásia ("Oh Deus nos salve esta mesa farta/Feijão, verdura, ternura e paz"), de Torquato Neto, toca nosso sentimento tão caro à família burguesa que equaciona a harmonia do lar com a despesa alimentícia.

Findo o Tropicalismo, Nara ainda grava mais três elepes. Um deles inclusive dedicado ao balanço da Bossa Nova. O traço permanece: a preocupação em registrar o nosso passado musical. Não foi a própria "musa" quem disse que "vivemos num país de memória curta"?

CINEMA

Aventura de um fracasso

Marcos Ribas de Faria

A leitura mais fácil e óbvia que o último filme de John Huston oferece, terá que seguir rigorosamente os parâmetros de um filme de aventuras produzido por Hollywood em seus anos dourados. Na verdade, o entrecido fornecido pela novela de Rudyard Kipling possibilita uma ressurreição dos trabalhos exóticos e heróicos (em relação ao colonizador ocidental) pretensamente realizados no outro lado do planeta por um sem número de artesãos despersonalizados. Esta possibilidade dada pela novela *O Homem Que Queria Ser Rei* é perfeitamente aproveitada por Huston que, respeitando as regras clássicas das obras do gênero, procura levar o exotismo, o mistério e o heroísmo (ler colonialismo e/ou imperialismo) para um outro percurso totalmente contrário ao comumente percorrido pelos inúmeros filmes que antecedem.

Assim, *O Homem Que Queria Ser Rei* é, de início, um filme de aventuras (a própria evolução de sua história, o seu aparente descompromisso com a verossimilhança, a sua total entrega ao reino do maravilhoso - por exemplo, a mágica passagem dos dois personagens principais pelo abismo intransponível -, a sua consciente fabricação ilusória). Assumindo isso, esta mesma leitura inicial indica uma outra característica de sua realização: o seu absoluto classicismo. O seu código visual, a elegância de seus movimentos de câmara, a articulação linear de seu discurso (em uma permanente e simétrica alternância de planos fixos, panorâmicas, *travellings* e graus pontuando a evolução linear de seus componentes episódicos) respeitam as regras ditadas por Hollywood para que o filme possa ser considerado um bom divertimento. Sendo portanto, um filme de aventuras clássico, *O Homem Que Queria Ser Rei*, não poderia deixar de ser exótico e, conseqüentemente misterioso (para que o exotismo possa ser verdadeiramente eficaz). Este exotismo é dado desde o prólogo que antecede os letreiros do filme, uma seqüência preparatória que procura mostrar em belas imagens (há uma admirável e lenta panorâmica sobre o grupo de seis cegos), um mundo totalmente diverso do atualmente vivido pelo espectador e, também, completamente diferente do que era o mundo ocidental quando a história ocorre. Finalmente, ele coloca dois personagens aparentemente heróicos (europeus, é claro) enfrentando como protagonistas esta outra exótica e misteriosa realidade.

Esta leitura oferecida em estado bruto a qualquer espectador mais atento não deve ser, contudo, tomada como uma visão limitrofe trabalhada e exigida por Huston. É mesmo pleno de ambigüidades liberais e de uma adequação ao sistema, *O Homem Que Queria Ser Rei* é um filme muito mais interessante e rico de possibilidades interpretativas do que, à primeira vista, a leitura anteriormente anunciada parece impor. Com um mínimo de atenção, poderão ser percebidas rupturas que conseguem, em última instância, estabelecer uma determinada visão crítica (mesmo que imperfeita e limitada) do próprio gênero ao qual, classicamente, ele pertence. E este trabalho, afinal, não é dos mais difíceis, senão vejamos.

O homem que queria ser rei, de John Huston, com Sean Connery, Michael Caine, Christopher Plummer e Shakira Caine. Opera, Roma-Bruni, Bruni-Tijuca, Tijuca-Palace, Astor, Bruni-Copacabana, Phatê e Paratodos. Rio.

A característica maior dos filmes hollywoodianos de aventura passados na longínqua Ásia ou na África, o misterioso continente negro do século passado (cfr. *Gunga Din* e *As Minas do Rei Salomão*) era realçar os efeitos heróicos do homem branco (culto, superior, bonito, inteligente, e compreensivo) em civilizações visualizadas de maneira tão negativa que se, tornavam, na verdade, bárbaras. Estes feitos heróicos eram, necessariamente, coroados de grande êxito que vinha politicamente justificar a ação imperialista e colonizadora do homem branco sobre aquelas populações desconhecidas e atrasadas. Isto é, a maioria dos filmes de gênero procurava veicular uma imagem altamente positiva da interferência europeia nas regiões colonizadas. Primeiro, esta imagem significava e comprovava esta superioridade. Segundo, tendo provado esta superioridade, demonstrava o caráter terapêutico e educativo altamente benéfico, logo positivo, do colonialismo. Portanto, estes filmes representavam, ao mesmo tempo, o sucesso de uma aventura (o resultado prático do colonialismo) e a aventura de um sucesso (como ação colonialista era positivamente encetada e vivida).

Neste ponto, *O Homem Que Queria Ser Rei* e Huston se distanciam (apesar da liberal visão compreensiva do diretor em relação aos hindus, aos componentes das diversas tribos que formavam o Kafiristão e aos sacerdotes da cidade de Iskandergul) significativamente de seus antecessores. E porque? Porque, desde os primeiros planos, o filme vive envolto numa atmosfera de fracasso. A palavra sucesso, em momento algum, aparece no filme (se, por acaso, ela aparentemente, surge - a fugaz entronação de Daniel Dravot como rei de todo Kafiristão -, este surgimento é logo desmentido pela

própria impossibilidade de sua manutenção - Daniel Dravot só conseguiu ser rei porque assumiu o papel de Deus, papel este que para a consciência de qualquer espectador, não pode ser necessariamente de sucesso). O fracasso, ao contrário, é indicado desde o momento em que o prólogo - tentativa de descrever e limitar espacialmente o filme - é articulada conceitualmente com a aparição fantástica de Peach Carnehan, rosto todo desfigurado, corpo aleijado - prova viva e física do fracasso - que vem narrar amargamente a destruição de suas ilusões de riqueza e poder. Por esta razão, a estrutura de *Flashback* adotada da maneira que foi por Huston, é altamente significativa. Agindo assim, ele faz o espectador compreender que não vai ver uma aventura bem sucedida. Pelo contrário, terá que ver a autopsia de um fracasso. E como o filme é trabalhado dentro dos códigos visuais aceitos e impostos por Hollywood, ele pode ser lido como a negação das imagens veiculadas por seus companheiros de gênero. Isto é, o fracasso da aventura de Daniel Dravot e Peach Carnehan não deve ser lida apenas como o fracasso de dois indivíduos mas sim como o fracasso daquilo que, cinematograficamente, eles representam, o imperialismo e colonialismo (que o classicismo, o exotismo, o heroísmo emergentes naquela primeira leitura servem para corroborar). Contudo, o itinerário de *O Homem Que Queria Ser Rei* não se limita a ser o do fracasso de uma aventura. Na mesma medida que os antigos filmes de Hollywood eram a aventura de um sucesso (o colonialismo e/ou imperialismo), ele é a aventura de um fracasso. Por esta razão, o colonialismo (e/ou imperialismo) não foi apenas uma aventura mal sucedida (que poderia ser bem sucedida). Ao inverso, ela já nasceu um fracasso porque a sua própria prática em relação às regiões onde atuava era a demonstração da impossibilidade de seu sucesso. A ilusão de poder que representavam o colonialismo e os filmes que exaltavam, é assim cinematograficamente destruída. E os mitos que ele encerrava e glorificava, também.

O ÚLTIMO CARRO

ANTI TRAGÉDIA BRASILEIRA

DE JOÃO DAS NEVES



RECOMENDAÇÃO ESPECIAL DA ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE CRÍTICOS TEATRAIS

GRUPO OPINIÃO
SIQUEIRA CAMPOS, 143 - TEL. 235-2119

DE 3ª a 6ª FEIRA ÀS 21,30hs. Sábados às 20,30 e 22,30 hs.
Domingos às 18 e 21,30hs.

Sob o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro PAC/DAC/MEC

Ouro Preto, Festival de 10 Invernos", é o título do curta-metragem de José Tavares Bastos, realizado sob a urgência de "fazer agora antes que acabe", que, segundo o autor, "servirá para contar um pouco como era o Festival, os jovens, os estudantes e o espírito da Ouro Preto Cultural". O tom saudosista justifica-se diante das intenções de parte dos coordenadores do festival, da Universidade Federal de Minas Gerais, de transferir o acontecimento para Belo Horizonte já para o Festival de 1977.

Entretanto, para que isso aconteça, antes será preciso enfrentar a oposição da municipalidade de Ouro Preto, especialmente dos comerciantes e empresários ligados ao turismo, extremamente ciosos dos lucros provenientes da atração de milhares de jovens, anualmente à cidade. A mesma Ouro Preto, católica e mineira, que cortou os cabelos dos mochileiros, perseguiu e prendeu artesãos, abandonou jovens de madrugada nas estradas longe dos limites da cidade, e que, a partir de 1972, transformou-se num acampamento militar destinado a "coibir os excessos", hoje, liderada por associações como o Rotary e o Lions Clube, proclama a "importância cultural do festival na mais histórica cidade do País".

O excesso de repressão sufocou culturalmente o tímido Festival de Inverno, onde o grande espetáculo nunca foi sua programação e sim a festa de milhares de jovens que se deslocavam para Ouro Preto em julho, vindos de diferentes pontos do Brasil. Quando a tradicional família ouro-pretana desfraldou a bandeira da "limpeza" da cidade, extinguindo a mística da Ouro Preto dos jovens e dos estudantes, também o festival passou a ser desacreditado, mesmo com os protestos dos coordenadores de total desvinculação com o comportamento dos jovens.

Não fossem os comerciantes de Ouro Preto, o Festival já teria sido eliminado. Hoje, inserida numa política federal de estímulo ao turismo interno, em busca das multidões de jovens que convergiam para a cidade até 1972 e com uma

FESTIVAL DE OURO PRETO

Entre a moral e os lucros

Ricardo Arnt

Os jovens que participavam do Festival de Ouro Preto foram perseguidos abertamente até que o comércio vendeu a ideia da importância cultural do evento

arrecadação de ICM em julho, segundo uns, 30%, maior do que a média anual e, segundo outros, maior do que a soma das arrecadações de todos os outros meses, a Prefeitura anuncia que "estão superados os problemas de relacionamento entre os jovens e a municipalidade". Em consequência, o Festival de 1976 testemunhou uma considerável redução da atividade policial, em comparação aos anos anteriores, e uma certa liberalização na tolerância do comportamento dos jovens. Apenas um pouco tarde, pois esse talvez tenha sido o último.

O apogeu

Os 308 alunos dos 24 cursos do Festival de 1976 não chegaram nem à metade dos alunos das épocas de apogeu. Do I ao III Festival (1967 e 1969) não houve repercussão nacional, mas, a partir do IV, estudantes de todo o País começaram a convergir para a cidade. Os hippies que passaram a "invadir" Ouro Preto, dormindo nas praças e acampando onde pudessem, logo se tornaram inimigos mortais das famílias locais.

Em 1971, Julian Beck, Judith Malina e o Living Theatre estabeleceram-se na cidade, vivendo em comunidade com moradores da cidade e de outros lugares, pesquisando novas formas de expressão teatral. Exatamente no primeiro dia do Festival daquele ano, sob acusação de uso de drogas, todos seriam presos num rumoroso caso policial que ganhou as páginas de todos os jornais brasileiros.

Segundo o atual prefeito interino, Walter Valadão de Souza, na ausência do titular Genival Alves Ramalho, o problema é que os jovens "eram libertos demais". "Nós somos uma cidade muito antiga e de forte sentimento religioso católico aqui em Ouro Preto, e aqueles jovens pareciam estar alheios a tudo. Se beijavam, se abraçavam e outros tipos de contato físico em público, e então as famílias foram ficando escandalizadas. Era uma pouca vergonha, isso aqui estava cheio de maconheiros, viciados em drogas, jovens perdidos. Houve então um movimento para acabar com o Festival, que, na verdade, não tinha culpa". A mesma opinião é compartilhada pelo secretário de Educação Municipal, Artur Drummond Guimarães: "Uma sujeira. Um fluxo de molecagem: bolinhas, maconha, gente de todos os tipos, uma promiscuidade. Mas o Festival não tinha culpa nenhuma. Esse nunca deu alteração".

Em 1972, uma peça de teatro encenada na Igreja de São Francisco com a participação da plateia no espetáculo, foi o bastante para que a tradicional família ouro-pretana concluísse que a promiscuidade finalmente havia chegado à profanação. "O próprio governo federal achou que a situação não poderia mais continuar desse jeito", conta o prefeito Valadão. O resultado é que Ouro Preto, durante o mês de julho, passou a ser ocupada por fortes destacamentos policiais de Diamantina.

Sabará, Mariana e Belo Horizonte, incluindo o Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança de Minas Gerais.

Os "liberais"

Quando os jovens pararam de ir a Ouro Preto e o Festival automaticamente perdeu sua repercussão, os líderes do município perceberam que a repressão ostensiva na verdade significava menores lucros. "É claro que o Festival atrai estudantes, além de promover culturalmente a nossa cidade. Felizmente a minoria que queria acabar com ele acabou por reconhecer o seu valor. Eu mesmo, de brincadeira, num almoço de desagravo que fizemos no Lions Clube para os organizadores do Festival, disse que só admitia acabar com o Festival de Inverno se fossem criados os Festivais de Verão, Outono e Primavera", relembra o prefeito interino.

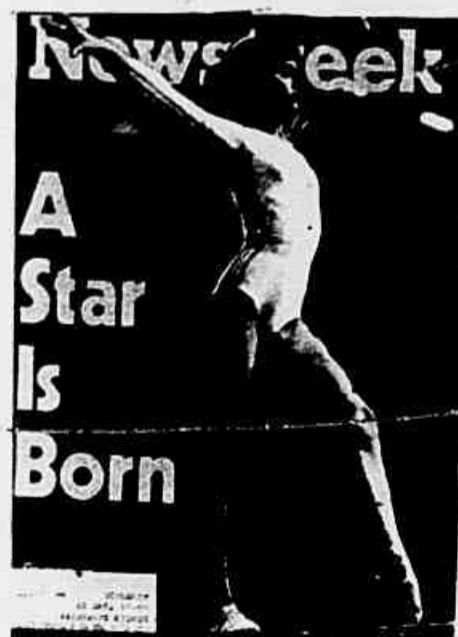
A municipalidade compensa facilmente os Cr\$ 80 mil doados para a organização do evento (os fundos do Festival são recolhidos pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, do MEC, Funarte, Serviço Nacional de Teatro, Conselho Nacional de Cultura e de algumas empresas privadas). Segundo o prefeito Valadão, a cidade recebeu entre 400 a 500 mil visitantes nesse último mês de julho.

Para que esse movimento não fosse desestimulado foi necessária uma mudança: "O novo delegado abandonou o policiamento ostensivo. Os policiais agora andam à paisana. Eles também têm ordem de evitar abordar as pessoas, a não ser em casos extremos, e quando o fizer, da maneira mais paternal possível. Acredito que não teremos mais problemas de relacionamento e estamos prontos para receber um grande número de visitantes", diz o prefeito Valadão.

A maioria dos jovens que convergia para Ouro Preto não tinha dinheiro para comparecer aos recitais, concertos e programações do Festival. Apesar do preço barato - Cr\$ 250,00 pelos cursos, alojamento e entradas para as programações - em relação às pessoas que não estavam inscritas no festival, os seus alunos sempre constituíram uma elite.

É precisamente isso o que alega parte dos atuais organizadores do Festival que pretendem transferi-lo para Belo Horizonte: o caráter elitista da montagem de toda uma infra-estrutura bastante cara e que desorganizaria o funcionamento burocrático costumeiro da universidade pelo empréstimo do material de ensino e professores, para uma minoria de 300 privilegiados alunos.

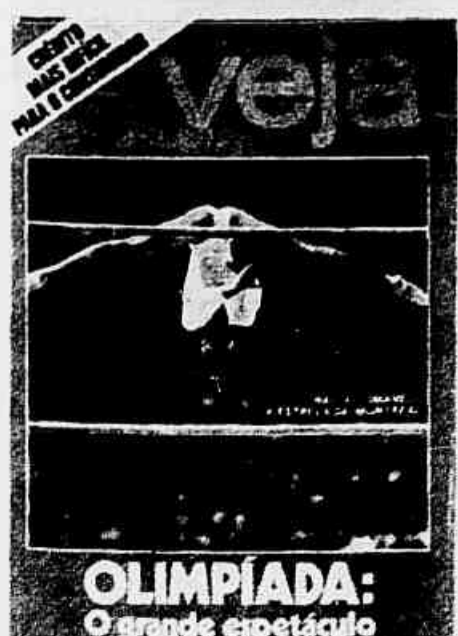
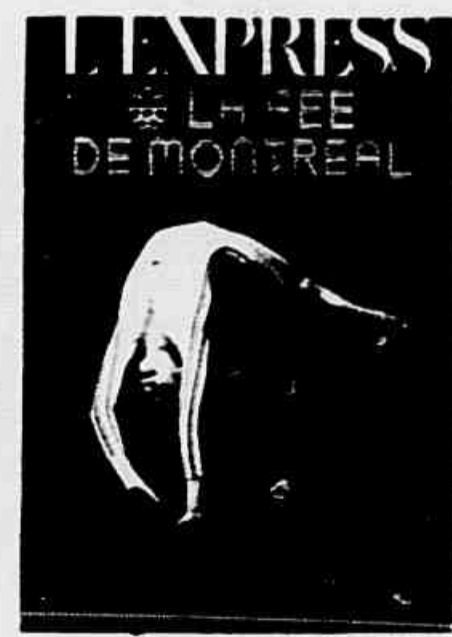
Por enquanto a discussão é interna da UFMG. Alegam os descontentes que se fosse realizado em Belo Horizonte o Festival poderia ser ampliado em número de alunos, além de sair mais barato. Por outro lado, acabar com o prestigiado e oficial Festival de Inverno de Ouro Preto também encontra fortes opositores. Uma das alternativas propostas seria a entrega da sua organização e patrocínio à Universidade de Ouro Preto. Essa, entretanto, muito pobre, jamais poderia arcar com a responsabilidade. Outra alternativa seria passar o Festival para as mãos da Prefeitura, da Secretaria de Turismo e da municipalidade de Ouro Preto. O que pelo menos evidenciaria até onde o tradicional empresário ouro-pretano sabe ser liberal quando procura lucros.



A fabricação da estrela

O destaque que a imprensa mundial deu na semana passada às olimpíadas do Canadá só conseguiu ser superado pelo estrelismo criado em torno da ginasta romena Nadia Comaneci. Newsweek, em clara alusão ao star system popularizado por Hollywood, anunciou *A Star is Born*, lembrando a Judy Garland de *Nasce uma estrela*. "Estrela" foi a palavra que *Veja* utilizou em sua capa. *Manchete* preferiu "a sensação olímpica" e *L'Express* carimbou "La fée" (a fada).

Sem fugir à constância da exibição das fotos da adolescente-prodígio, *Le Nouvel Observateur* discretamente omitiu seu nome e levantou a, para muitos, óbvia, conotação política do evento. *Time* também prometeu revelações que eventualmente abalariam o idealizado "ideal olímpico": "Ela é perfeita, mas as olimpíadas têm problemas". Das seis revistas semanais cujas capas são aqui reproduzidas, algumas preferiram o lado erótico, outras os aspectos mais técnicos da demonstração da figura romena. Aos leitores, olhar e julgar. (J.C.M.)



FAÇA O SEU ANÚNCIO DURAR UMA SEMANA CLASSIFICADOS DO OPINIÃO



A perspectiva do historiador

Carlos Guilherme Mota

O ferecer a posição do historiador nesta mesa de debates não é tarefa simples, não apenas porque quem deveria fazê-lo era Sérgio Buarque de Holanda, mas também e sobretudo porque apontar tendências e discutir condições de produção do conhecimento histórico envolve a tarefa de escolher e avaliar. E para escolher e avaliar em ciências humanas torna-se necessária a crítica teórica e ideológica. O historiador da cultura trabalha com a sucessão de sistemas e linhagens de pensamento - e reconstruí-los muito difícil, dados os problemas históricos envolvidos.

Sobre as tendências da historiografia brasileira nos últimos quarenta anos, tivemos a oportunidade de apresentar comunicação num encontro da SBPC (Recife, julho, 1974), publicada na revista *Ciência e Cultura* (vol. 27-5; maio de 1975). Naquela ocasião, foram indicados os principais períodos da produção historiográfica no Brasil, e que a nosso ver são cinco:

a. Redescobrimto do Brasil (1933-1937), com as obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque e Gilberto Freyre

b. Primeiros frutos da Universidade (1948-1951), com as obras (por exemplo) de Vitor Nunes Leal, Cruz Costa e Alice Canabralva, e a *Revista de História*

c. Era de ampliação e revisão reformista (1957-1964), com obras (por exemplo) de Celso Furtado, José Honório Rodrigues, N. W. Sodré

d. Revisões radicais (1964-1969), com obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni (*O Colapso do Populismo*) e Dante Moreira Leite - por exemplo.

e. Impasses da dependência (1969-1974), sendo exemplos as obras de Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*), Boris Fausto, o I Seminário de Estudos Brasileiros do IEB-USP

Para a escolha das obras que serviram de apoio para a periodização ensaiada foi útil o critério apontado por Antônio Cândido em seu estudo *Literatura e Subdesenvolvimento* (*Argumento*, nº 1, 1973):

"Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores"

Não cabe aqui, portanto, repetir o que já está publicado em *Ciência e Cultura*, mas sim levantar problemas de um estudo prévio das condições de produção da ciência no Brasil.

Este debate deveria dar - creio, uma contribuição para o progresso da cultura brasileira, em perspectiva científica. Mas valerá a pena discutir alguns pressupostos das próprias noções de cultura, de ciência, de história que se transformaram em moedas correntes no intercâmbio intelectual entre cientistas sociais, e entre estes e cientistas ditos exatos e naturais. Valerá a pena lembrar que há sempre ideologias empurrando uma ciência, empurrando o progresso científico, avaliando o progresso científico. Não será apenas uma provocação ao debate recordar formulações antigas para evitar velhos descaminhos no entendimento entre cientistas sociais e naturais - formulações que serão úteis quando se tentar escrever uma história do pensamento científico no Brasil:

a. "Conhecemos somente uma ciência, a ciência da história"

b. Esta pode ser considerada por dois ângulos, e dividida entre a história da natureza e história dos homens

c. As duas perspectivas não podem ser separadas do tempo d. a própria ideologia não é mais que um dos lados dessa história, e somente a crítica ideológica poderá desvendá-la e esclarecê-la.

Esse conceito tão abrangente de História permite refletir sobre o sistema ideológico dentro do qual se travam com frequência, no Brasil, discussões sobre pesquisas interdisciplinares, ou sobre relações entre cultura e política, história e ciência, história e cultura, política, e ciência e política científica. O entendimento do que seja esse sistema ideológico - e que vem se estruturando desde a República Velha (1889-1930), pelo menos - permite levantar problemas sobre a ideologia da Cultura Brasileira, sobre a fraqueza estrutural (por assim dizer) das produções genuínas e sobre a força do sistema ideológico referido. Torna-se importante saber dos limites dessa ideologia de raiz oligárquica, de vez que vinculamos nossa própria

possível discurso científico: classe, consciência de classe, cultura de classe, sistema etc. E é claro que o historiador, como qualquer cientista, também opera com conceitos (de classe ou ideologia, por exemplo), mas que estão muito mascarados entre nós.

Cultura e Política

Observe-se, além do mais, que o sistema ideológico indicado se atualiza, pois não está inerte. E esta é uma questão de cultura, mas que não deixa de ser também uma questão de política: a "Cultura Brasileira", agora, vem servindo tão-somente para nobilitar iniciativas da sociedade de massas, da indústria cultural e do sistema de controle social.

Se a experiência cultural do passado se acumulasse numa genuína cultura brasileira (implicando, claro, num acúmulo de experiência política), os instrumentos para compreender e operar na situação crítica presente seriam conhecidos e manejados; o que se verifica é que, ao inverso, a noção de "Cultura Brasileira" gerada nos últimos 40 anos dissolveu ou obscureceu as contradições sociais e políticas reais quando estas afloravam no nível da consciência dos agentes: numa palavra, a consciência cultural nunca incorporou sistematicamente e criticamente a implicação política de sua própria existência, e por esse motivo pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social. Na reunião da SBPC de 1975, perguntava-se: "Ciência, para quê? Agora, é o momento de se perguntar: "Cultura Brasileira para quem?" E "qual História?" Os números não jogam a favor de uma democratização cultural. Escrevendo em 1970, Roberto Schwarz indicava que, num país de 70 milhões de habitantes, a chamada Cultura Brasileira não chegaria a atingir com regularidade cinquenta mil pessoas.

Do ponto de vista historiográfico, opera-se ainda, com grande frequência, com conceitos que embacem o conhecimento científico: democracia racial, história cordial e inculcanta, o "povo" (e não as classes). Daí ser pobre o elenco de trabalhos sobre história social. O operariado, por exemplo, na década crítica dos anos 60 mereceu apenas 3 ou 4 bons trabalhos, (e assim mesmo não foram historiadores de ofício que produziram). A própria burguesia não mereceu muito mais. E o trabalhador rural só muito recentemente vem sendo objeto de interesse em investigações competentes.

Intelectuais e Estado

É claro que essas considerações remetem ao problema dos intelectuais e a organização da cultura. Qual o papel dos intelectuais? Para Chomsky, "os intelectuais não contam". Para nós, o problema é mais amplo, de vez que os intelectuais no Brasil sempre estiveram integrados nos aparelhos de Estado (no ISEB, nos seminários da Sudene, nas cátedras universitárias, ou falando na Escola Superior de Guerra), fornecendo o estofado ideológico e cultural do processo político. Há trabalhos de

pesquisa histórica recentes que indicam sua decisiva participação no Estado Novo, mais intensa do que se supunha. Afinal, não era Mário de Andrade quem lembrava, na *elegia de abril* (1941) que houve "o momento em que o Estado se preocupou de exigir do intelectual a sua integração no corpo do regime, tempo houve em que, ao lado de movimentos mais sérios e honestos, o intelectual viveu de namorar com as novas ideologias do telégrafo?" "Foi a fase serenista dos simpatizantes", concluía mordazmente.

Mas este é um antigo impasse, quase permanente. Impasse mais recente, teórico, é o da crise gerada nos últimos 5 ou 8 anos na historiografia brasileira, em que surgiu uma crítica às histórias dos "intérpretes", aos "intelectuais tradicionais" (crítica em geral procedente, de vez que essas histórias nada mais eram que a saga das oligarquias em crise). Ocorre que boa parte da crítica foi produ-

Para nós o problema é que os intelectuais sempre estiveram integrados nos aparelhos de Estado. Esse impasse é quase permanente.

zida (e, depois, frequentemente desviada) pela bibliografia estruturalista (por assim dizer) - que abandonou a noção de processo pela noção de descontinuidade - não resguardando algo que aquela historiografia oligárquica tinha de bom, que era a noção de processo. Com a marginalização de muitos professores críticos de suas cátedras, ficamos sem a "geração do meio", e não foram poucos os trabalhos de iniciantes pesquisadores de História que nada mais eram que um "pastiche" com várias camadas (mecanicista; historicismo no fundo; roupagem estruturalista).

Só recentemente é que surgem obras de revisão histórica fora da tradição das grandes "interpretações" ideológicas dos anos 30 e 50 (neocapitalista; de Furtado; mecanicista de Sodré; culturalista, de Buarque) e, também, do sarampaço estruturalista dos fins dos anos 60. Uma série de pesquisas de alto padrão vem a lume, estudando movimentos sociais, como as de Walnice Galvão (*O Calor da Hora*, sobre Canudos), Ana Martinez Correa (sobre a *Revolução de 1924*), Boris Fausto, sobre a *Revolução de 1930*, Douglas T. Monteiro (sobre *Os Errantes do Novo Século*, o movimento do Contestado), outros mais jovens, como Celso Frederico, sobre as greves operárias em São Paulo.

A visão da história na perspectiva de sistemas se aprimora, seja no

estudo de sistemas literários, como o faz Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*), seja no estudo da política econômica, como o faz Fernando Novais (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial Português*), ou das instituições econômicas, como o faz José Ribeiro Júnior, ao estudar *A Companhia de Pernambuco-Paraíba* (s. XVIII), ou Heloisa Fernandes, em estudo de sistema político e controle social (*Política e Segurança*).

Os estudos de ideologias nacionalistas ganham novo impulso crítico com as pesquisas de Adalberto Marson (sobre Alberto Torres) e Eivaldo Amaro Veira (sobre Oliveira Viana), e Caio Navarro Toledo, (sobre o ISEB). Sobre *Liberalismo e Controle Social no Século XIX*, surgem as pesquisas de Maria Stella Bressiani, além das análises de Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato sobre *A Ideologia de O Estado de S. Paulo (1927-1937)*. Com todos esses trabalhos de alto nível começa a emergir uma nova visão da História do Brasil - e constituem apenas uma pequena amostragem.

Mas os cursos de pós-graduação (que são, ou deveriam ser, cursos de excelência) ainda se ressentem da ausência dos mestres marginalizados (aposentados), cujos livros são enormemente estudados aqui e no exterior. Recentemente, *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, foi objeto de colóquio numa universidade norte-americana. Razão parece ter Michel Debrun, para quem os "brazilianistas" fizeram muito menos pelos estudos da realidade nacional do que teriam conseguido os pesquisadores brasileiros, se não tivessem sido marginalizados nos últimos anos." (Veja, 14-1-1976, p.3)

Proposta

Como terminar um balanço como este, no âmbito da SBPC da Associação? No mínimo (mas realmente no mínimo) com uma solicitação à presidência da mesa que encaminhe proposta enfática à plenária final, de reintegração dos professores aposentados às suas cátedras. Se é que aceitam retornar às suas escolas, tão aviltados que foram. Afinal, em 1961 o próprio general Castello Branco convidou o professor Florestan Fernandes para falar aos oficiais do II Exército. Júlio de Mesquita Filho ouvia-o com frequência.



LIVRO

O corpo como bandeira

Mauro José Costa

A expressão corporal, uma prática especial para o desenvolvimento da expressividade do corpo para atores e dançarinos, tem tido uma procura crescente por pessoas não diretamente ligadas ao teatro e à dança, mas em busca de uma expressão artística nova, de um caminho de autoconhecimento e começa até a ser utilizada como técnica auxiliar no tratamento de doenças mentais.

Surgiu da pesquisa de coreógrafos inovadores, numa linha paralela ao *developmental approach* na formação do ator (laboratório) e se mantém para muitos ainda nesse nível empírico e experimentalista. Mas começam a aparecer agora as primeiras tentativas de sistematização, de compreensão, de seus processos, meios e objetivos, numa linguagem teórica mais articulada. Um dos últimos números (18/18 - ano V.) da *Revista Argentina de Psicologia*, por exemplo, é inteiramente dedicado ao assunto.

Em português, *A Expressão Corporal - método e prática* de Claude Chalanguier e Henry Bossu é dos primeiros livros a seguir essa vertente. Chalanguier e Bossu encaram-na como "uma psicologia do corpo pessoal" e tomam como base teórica para sua compreensão as descobertas da fenomenologia.

"Há um logos do corpo, diz Henry Maldiney no prefácio do livro. O corpo fala e (se) significa. A essência da palavra está na articulação. Ora, as atitudes e os movimentos, ativos ou receptivos, comportam dimensionalmente uma comunicação articulada com o mundo."

Seguindo o discurso fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty, a corporeidade, o corpo próprio é a estrutura original do ser-no-mundo. É no corpo que se manifesta "o sentido em todas as situações da existência antes que este se veja colhido na dimensão da linguagem."

Na dimensão do irrefletido, sempre na origem da reflexão, no sentido que já está sempre presente no gesto e na palavra como na passividade e no silêncio, a consciência coloca-se como indiscernível do corpo, como sempre expressa. O corpo é sempre uma "bandeira".

A expressão corporal seria assim uma maneira de recuperar o sentido do corpo vivido, de reconhecer "as bandeiras" do próprio corpo e do corpo do outro, do corpo em suas relações presentes com o espaço que o envolve, com os ritmos, cadências e movimentos que se manifestam nesse espaço, em si mesmo, no outro.

O processo.

Chalanguier e Bossu dividem o seu processo por objetivos específicos: o corpo se reconhece, o corpo brinca, o corpo sente etc, explicitando o sentido das práticas que são sugeridas. E estabelecem três etapas que são seguidas em todas as sessões: técnica - descondicionamento e treinamento corporal -, relaxamento - liberação muscular e respiratória para tornar o aluno mais solto para a criação - e criatividade.

Nos exercícios sob o título "O Corpo se reconhece" propõe-se descondicionar as atitudes corporais estereotipadas por nossas atividades cotidianas. Mobilizar o corpo para ir além das posturas e movimentos que nos são impostos pelos espaços cotidianos, na rua,

A Expressão Corporal: método e prática, de Claude Chalanguier e Henri Bossu (Difel, S. Paulo, 223 páginas, Cr\$ 35,00)

nos meios de transportes, em casa, no trabalho. Além de limitado nas suas possibilidades esse gestual é a fonte de duzentos problemas físicos: andamos mal, não sabemos ficar de pé muito tempo sem nos cansar, nossa postura está reprimida e torta, sentamos mal. Nunca nos preocupamos em conscientizar nosso uso do corpo no dia a dia em função da saúde e do bem-estar.

Andar, correr, pular, sentar, abaixar ou deitar também são explorados nas suas possibilidades criativas, de exploração do espaço, de comunicação com os outros, como fazem o tempo todo as crianças em seus jogos. Tornados gratuitos, abandonados à sua espontaneidade esses movimentos nos devolvem a liberdade original de nosso corpo, o prazer que hoje só as crianças têm na busca de equilíbrios não habituais, de relacionar-se criativamente com o espaço, os objetos e as pessoas a sua volta.

Outro aspecto enfatizado é o sentir. "O Corpo sente". O sentir é o modo em nós do apelo permanente que o mundo nos faz, nosso ser imediato, que vigora numa região de ainda não-separação eu-outro-mundo. E está imbricado ao "mover-se", que constitui a resposta de nosso corpo às suas solicitações."



É a respiração que representa particularmente essa dimensão. Nos ritmos da respiração é que se expressam primeiramente nossos sentimentos. Também nossas reações de recuo, medo, fuga ou de assentimento, participação, contemplação, de abertura ou de fechamento em relação ao mundo encontram no movimento da respiração o seu modelo primeiro - na abertura para o espaço da inspiração e no encolher-se sobre si mesmo da expiração.

Outro campo explorado é o do uso dos sentidos, principalmente a vista, a audição e o tato. Esse é um dos pontos mais fracos do livro. As obras de Merleau-Ponty - principalmente a "Fenomenologia da Percepção" - e de Marshall McLuhan nos dão material extenso que pode ser convertido em práticas de conhecimento e desenvolvimento dos sentidos.

Ponty, por exemplo, ao determinar as características de estruturação do espaço pela visão e pelo tato, como toda a fundação da constituição do objeto e do outro na consciência a partir da percepção. McLuhan em sua análise das culturas de base na audição (iletrada) e na visão, caracteriza detalhadamente o modo como esses dois sentidos enfatizados criam seu mundo, relatam-se a modos de funcionamento do grupo social, a organização do espaço e tempo cotidianos, como a diferentes constituições do sujeito e da relação com o outro.

Como a visão coloca o mundo, e espaço, o outro, *diante de mim, à distância*, estabelecendo no mesmo momento o eu, o outro e o mundo (objetos) *separados*. Enquanto a audição ouve *dentro de mim*, num espaço não delimitado, favorecendo a identificação (com o outro, a natureza) e a integração do grupo (como em todo trabalho com apoio rítmico e musical). Com a organização do espaço, do objeto, pelo tato (fragmentária), exige maior participação do sujeito, maior integração entre todos os sentidos e favorece a sinestesia.

Os exercícios sobre os usos dos sentidos podem abrir um caminho ainda pouco explorado de conscientização do vivido cotidiano, dos espaços e ritmos cotidianos e de sua expressão. Algo como a música concreta fez dos sons do dia a dia: uma dança concreta ou narrativas tácteis. (A artista Lygia Clark viajou por aí na área das artes plásticas.)

Quanto ao relaxamento, Chalanguier e Bossu falam de sua importância para a preparação do estado de disponibilidade do corpo e da consciência para a improvisação, para a criação livre. Falam dos dois métodos de relaxamento desenvolvidos por Schultz e Jacobson e indicam o método de "relaxamento seco", de pé, sentado ou deitado, que pelo estiramento e descontração muscular em movimentos ligados à respiração leva a maior flexibilidade e liberdade muscular. Contra-indicam o relaxamento completo por suas "repercussões psicológicas sobre o inconsciente" e "riscos de ordem patológica".

Chalanguier e Bossu colocam as possibilidades do relaxamento com extrema timidez. Tentando "evitar as repercussões psicológicas" (é do corpo que elas vêm) sobre o inconsciente (sic), em vez de tentar compreender e canalizar essas repercussões, não sobre o inconsciente, mas sobre a consciência, na noção mais ampla que a fe-



fenomenologia tem dela, deixam de lado as possibilidades de exploração da integração corpo-consciência nas formas variadas de relaxamento. Contrariam aí nos termos a perspectiva fenomenológica onde propõem se fundar.

Improvisação e Criação

Em "O Corpo existe" e "O Corpo encontra", os autores desenvolvem rapidamente o sentido do trabalho de improvisação e criação coletiva. Na improvisação, o participante assume a sua dinâmica pessoal, centra-se em si mesmo para manifestar com seu corpo, presença no espaço, o que lhe determina seus impulsos sensoriais e emotivos, dentro da proposta sempre aberta do exercício. Assume a presença expressiva de seu corpo nas linhas de um espaço que se cria a partir dele, no diálogo com esse espaço e no reconhecimento dos limites e das forças atuantes desse espaço em que outros se movimentam também. E abrindo seu espaço, criando-se para a presença de outros, busca o diálogo, "um vai e vem em que o corpo de cada um dos parceiros passa a constituir o núcleo da situação."

Na criação coletiva, o próprio grupo determina o tema a ser desenvolvido e aí o diálogo com o grupo, a busca de um discurso corporal integrado exige uma abertura maior dos participantes. "A dinâmica da situação é constituída pelo encadeamento de formas e das respostas por elas geradas. Esse encadeamento não existe a priori; vai sendo criado à medida que as formas adquirem existência", e sentido e respondido por cada um dos participantes em busca de um ritmo grupal, sentido e respondido em ondas sucessivas.

O ritmo do grupo articula a respiração do corpo e o dado simbólico na situação presente. O tempo da situação é "um presente constantemente retomado", como é o tempo da própria respiração. O uso de som externo, ou de preferência, criado pelo próprio grupo, integrando o ritmo da respiração dos participantes facilita nos primeiros trabalhos a integração do discurso corporal.

"É nesse momento", dizem os autores, que se pode falar em linguagem corporal: a expressão corporal provoca o renascimento dessa unidade significante eu-mundo nas formas expressivas elaboradas pelas pessoas e através das quais estas se comunicam... De um certo modo, a forma expressiva é uma palavra corporal."

Terapia

O desenvolvimento dessa linguagem corporal, do sentido articulado e da comunicação ao

nível do corpo abre um campo de atuação na terapia das psicoses. No último capítulo, "Intervenção junto a doentes mentais", os autores expõem o trabalho feito nesta área por Gisela Pankow.

A psicose, em sua desagregação da consciência é igualmente uma perda do sentido do corpo ou da imagem do corpo do doente. A impossibilidade de articulação do eu, do outro e do mundo se manifesta originariamente na inarticulação do corpo próprio. O corpo é sem limites, não há interior e exterior, as partes (experiências) do corpo perdem sua pertinência a uma unidade de sentido.

O trabalho visa então a reestruturação das duas funções da imagem do corpo que o paciente perdeu: a "do corpo como forma animada... como estrutura espacial, onde existe um ele dinâmico entre a parte e a totalidade" e a do "corpo como significado... como forma encarnada através do qual o homem habita o mundo."

Como trabalho de base / fenomenológica, o livro de Bossu e Chalanguier representa um primeiro passo. Não se propõe aprofundar em detalhe suas formulações teóricas mas a dar uma visão de conjunto do processo - unindo a prática à teoria - e de suas aplicações, de uma forma sucinta e clara. É um trabalho útil para quem, já com experiência prática em expressão corporal deseja começar a pesquisar teoricamente.



O território da opinião

S e é verdade que "criticar" acho que posso chamar "crítico" a Jean-Claude Bernardet, o que muitíssimo raramente será adequado para os inúmeros que se arrogam este título na imprensa, na Universidade ou outras instituições. Eu o reencontro em **Opinião** nº 194, (ao criticar o filme "Lição de Amor" de Eduardo Escorel), com a postura crítica mais forte e livre que tenho podido encontrar nestes tempos de baixa complicitade argentina e/ou institucional. Não por acaso, naquele artigo ("Uma estética bem comportada") são seus temas a crítica e a complicitade. Aliás, e Jean-Claude o demonstra muito bem, elas não conseguem viver juntas a não ser como mera justaposição de palavras. A força da crítica digna do nome está na sua fragilidade de instrumento que não tolera as relações de "complicitade" com o que quer que seja: para manter-se como tal, a crítica é obrigada a revelar no seu próprio texto, permanentemente, os compromissos que ela decide assumir. Ao contrário do que gostaríamos de fazer crer (e como tentam) os desvairados do esteticismo, a crítica não é um território proibido à opinião: é apenas o único espaço de linguagem onde esta é obrigada a *provar-se* e a retificar-se constantemente.

Em meio à revoada de borboletas e "passaros metálicos" que zumbem sobre a obra de Escorel (esta flor para uma antologia da linguagem do poder) a crítica de Jean-Claude está quase que solitária, o que a faz ressaltar na sua grandeza, escrita nítida de um homem resistente às várias formas de comprometimento menor e castrador, sempre mortais para o crítico.

Com efeito, o filme "Lição de Amor" é um produto típico desta classe pululante de "novos" que tem acesso aos meios de produção da indústria cultural na medida mesma em que se ajustaram nas malhas das relações institucionais (estabelecidas a ferro e fogo) entre poder e saber. Em tal terreno o uso da linguagem é apenas uma *delegação*: ela deve confirmar o ponto de vista dos *outorgantes*, sejam estes uma geração anterior, uma determinada classe social, uma rede de instituições, ou tudo isso junto. A "ousadia" vai até onde seu mestre mandar, como no tão praticado brinquedo infantil.

Jean-Claude aponta que o filme, com relação ao romance em que se baseia (*Amar, Verbo Intransitivo* de Mário de Andrade), representa um retrocesso, uma reversão. Uma traição, poderíamos dizer, desde que não nos situemos no campo duvidoso dos pedidos de "fidelidade" à matriz literária: É justamente o *poder de crítica* do romance que o filme desconta, para melhor amortizar Mário de Andrade (que já morreu amargo e por tantos motivos maltratado e humilhado). A nossa honrada "intelligentsia" lhe constrói a posteridade, mas a que preço? Essa "suavização" nasceu em grande parte de que o filme extirpa do texto de Mário sua dimensão de auto-crítica, de consciência de linguagem, em que este se denuncia como "construção" literária comprometida com a "cultura". Jean-Claude é certamente generoso, ao mostrar esta amenização, quando diz que "pode-se notar que o romance indaga (até certo ponto) o seu instrumento, enquanto que o filme, não". O romance de Mário de Andrade é dos mais francamente conscientes da própria linguagem que já surgiram na literatura Brasileira. Nele,

essa dimensão não assume o caráter gritante e até mesmo "tipográfico" que tem em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (de Machado de Assis), no último Cortázar, ou nas reflexões em abismo de Borges. Sua forma de auto-questionamento é outra, tantes Kafkiana que mallarmica) menos desenvolvida por certos rumos da literatura atual e por isso mesmo menos "flagrante", mas não menos intensa. A auto-crítica entranha o seu projeto de maneira radical, na medida mesma em que a linguagem com que o romance se constrói se revela como *produzida* pelas circunstâncias dadas na própria história que o romance conta. O romance de Mário, à sua maneira não-espetacular, (chamada às vezes "psicologista"), antes contínua e "discursiva" que fragmentada e evidente, *encena no seu próprio interior os mecanismos de seu próprio funcionamento* de maneira cabal e completa. Teríamos que abrir aqui o espaço do ensaio para falar devidamente sobre isto. Não é esta carta, cheia do pecado de entusiasmo pela crítica de Jean-Claude, que poderá "resumir" o que já se fez em outra parte, tarefa aliás nada fácil.

Pergunta Jean-Claude a respeito desta "redenção" cinematográfica do casal Souza Costa: "como apresentar à burguesia uma imagem convincente da burguesia se se questiona os recursos com que se constrói esta imagem?" Jean-Claude sabe, crítico que é, que o exercício do poder/saber não suporta o auto-questionamento, e que crítica e auto-crítica andam sempre juntas.

Desde a morte de Mário de Andrade até o tempo da realização deste "Lição de Amor" os seus despojos literários, assim como de outros modernistas, têm sido objeto de luta encarniçada. Há que se apropriar da herança cultural e conformá-la às conveniências de quem domina, neutralizar seu potencial crítico, aparar cuidadosamente as arestas que a transformem em objeto cortante para a manipulação delicada de todos os Souza Costa. A esta tarefa de polimento da obra de Mário, outra geração já teve longo tempo de dedicar seus esforços, tratando de preparar a higienização que agora é levada adiante pelo Sr. Escorel e congêneres, herdeiros do botim.

Jean-Claude certamente sabe que "Lição de Amor" não está sozinho nesta tarefa, nem é o seu iniciador. Nem só flores e passarinhos seus autores ganharam como reforçado prêmio de bom comportamento. O seu acesso aos meios de produção e ao convívio com os despejos - os bens culturais - já vinha condicionado à aceitação das regras assépticas da "Discrição", "Polidez", "Contenção", "Recato" e "Altevez". Este filme poderia abrir-se com a dedicatória "à Aristocracia, com Amor", rito de iniciação (nas linguagens do poder) de uma geração reverente e respeitosa a quem se legam, em confiança, os bens culturais (e também a barbárie que marca seu surgimento e transmissão de mão em mão, nos lembra Walter Benjamin).

Blaise Cendrars, ao criticar as contradições que já afetaram os modernistas de São Paulo, escreveu: "Assim como era praticado, todo esse Modernismo não passava de um vasto mal entendido."

Eles o fazem para entrar no museu, não para vivê-lo". E ao referir-se à burocratização decorrente deste culto vaidoso da posteridade acrescenta adiante: "(...) eu não saberia dizer quando, nem como tudo isso acabou, se é que acabou, o que às vezes duvido, pois isso pode ter caído nas mãos de funcionários diligentes e silenciosos..." Parece que efetivamente caiu, e para falar como J. L. Borges,

"tornou-se ocasião de brinde patriótico, soberba gramatical e obscenas edições de luxo". Também de filmes graciosos e festejados, pode-se agregar. Acrescenta Cendrars que em tal situação "a vida está em outros lugares, assim como a modernidade". A crítica de Jean-Claude Bernardet é um sinal efetivo dessa resistência e dessa modernidade, o que é animador. O terrível é que às vezes soe como voz no deserto.

José Antonio Pasta Junior
Rio de Janeiro - RJ

O manifesto dos artistas

A propósito da ampla divulgação que se tem dado sobre a eminente regulamentação da profissão do artista e técnico em espetáculos de diversões, as entidades de classe representativas desses profissionais, reunidas na sede do Sindicato dos Artistas e Técnicos do Rio de Janeiro em 26 de julho de 1976, esclarecem:

1 - Durante os últimos 16 anos, artistas e técnicos vêm estudando e trabalhando sobre a regulamentação de sua profissão;

2 - Incansavelmente nossas entidades vêm apresentando subsídios, participando de mesas redondas, grupos de trabalho interministeriais, comparecendo às convocações oficialmente formuladas com esse objetivo;

3 - No dia 10 de janeiro de 1975, comparecemos à presença do senhor ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, representados nessa audiência pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, sr. Paulo José da Silva, e do presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do

Estado de São Paulo, sr. Juca de Oliveira, quando então passamos às mãos do sr. ministro um completo e definitivo projeto de regulamentação, contendo todas as reivindicações mínimas da classe de trabalhadores em espetáculos de diversões e discutimos exaustivamente os itens julgados por nós fundamentais;

4 - Em seguida, fizemos imprimir e enviamos esse documento a todos os parlamentares de ambas as representações partidárias, resultando daí, inclusive, vários projetos de lei daqueles que nos honraram com seu apoio, e que ainda hoje tramitam sem solução no Congresso;

5 - Após mais de um ano de angustiante expectativa, somos agora surpreendidos com um projeto de lei dispondo sobre o "exercício profissional dos integrantes das categorias de artistas e técnicos em espetáculos de diversões" e, para maior surpresa nossa, a criação de um "Conselho Federal de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões - Confate", documento esse assinado pelos senhores ministros do Trabalho, Educação e Comunicações e, após aprovação do senhor Presidente da República, enviado ao Congresso Nacional;

6 - Enfatizamos que esse documento frustra as esperanças de artistas e técnicos brasileiros, pois não contém em seu texto as principais e mínimas reivindicações durante tantos anos manifestadas por esses profissionais;

8 - Assim, as entidades representativas na maioria dos Estados brasileiros decidem promover um encontro de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, ocasião em que serão convidadas autoridades ligadas ao problema, para

XADREZ

O mestre mais jovem

Leonard Barden

Um problema manhoso, no qual especialistas experientes em solucionar problemas esperarão, erroneamente, uma variante com 2 O-O mate.

Uma recente publicação da Federação de Xadrez dos EUA, a revista *Chess Life and Review*, informou que Michael Wilder, de 13 anos, ao dividir o 1º lugar no Torneio Aberto Mór de Nova Iorque, tornou-se o mestre mais jovem dos EUA, desde Bobby Fischer. Wilder, que empatou com o vencedor do Torneio, o Grande Mestre Shamkovich (Israel - emigrado da URSS) era apenas um mês mais velho que Bobby Fischer quando este obteve o título de mestre no Torneio Aberto dos EUA, Oklahoma (1965).

Mestre, neste contexto, é uma palavra imprecisa devido às variações, de país para país, nas escalas de classificação. Nos EUA, o título é conferido a qualquer jogador que alcance o padrão nacional equivalente a 200 pontos na escala britânica. Ainda assim, chegar a ser um jogador de 200 pontos, ou derrotar um jogador dessa categoria aos 11 anos de idade, não é pouca coisa. Joel Benjamin, de 11 anos derrotou dois mestres de Nova Iorque, no campeonato do Clube de Xadrez de Manhattan, um dos torneios mais difíceis do mundo. A impressão em Nova Iorque foi de que não ocorreu nada similar desde o fenômeno dos meninos-prodígio Reshevsky e Pomar, há vários anos atrás. No entanto, a vitória do inglês Julian Hodgson sobre o jogador olímpico australiano Woodhams, em Londres (1974), ocorreu quando aquele tinha 11 anos.

Além disso, Nigel Short, outra expectativa promissora, passou a integrar o grupo seletivo dos jogadores de 200 pontos no Torneio de Charlton (Inglaterra) em junho passado, como veremos na primeira partida desta semana. A vitória de Nigel ocorreu na terceira rodada do Torneio. E ainda que deste torneio tenha participado um número ímpar de jogadores com três partidas ganhas em 3 partidas jogadas (o que tornava pouco provável que se enfrentassem dois jogadores desta categoria), Nigel foi derrotado na rodada seguinte por Tony Miles.

No match a ser promovido pelo Banco Lloyds no dia 11 de setembro próximo, jogado por telex entre Londres e Nova Iorque, os destaques serão os jovens tabuleiros Hodgson e Short X Nigel e Benjamin. Torneio Aberto de Charlton - 1976.
Defesa Francesa

Branças - Nigel Short (11 anos) Petras - Michael Mac-Dorick Rosas (204 - Padrão Britânico, 2241 - Padrão EUA) - 1 P-4R P-3R 2 P-4D 3 C-3BD C-3BR 4 B-5C B-5C 5 P-5R P-3TR 6 B-2D PxB C-5R 8 D-4C P-3CR 9 B-3D B-2D 10 P-4TR P-4BD 11 C-3T (C-2R!) PxB (D-4T!) 12 PxB D-3C 13 P-3BR CxB 14 RxC C-3B 15 TR-ICD D-P 16 D-D CxD 17 TxP C-3B 18 P-4BR C-4T 19 T-4C R-2R 20 C-2B TD-1BD? (TD-1CD?) 21 C-4C T-4B 22 TD-1CD TR-1BD 23 C-6B R-1D 24 T-8C R-2B 25 TxT xeque RxB? 26 T-8C xeque R-2B 27 T-8BR abandonam (porque as pretas perderão vários peões). Torneio Aberto de Charlton - 1976

Abertura Benoni
Branças - Tony Miles Pretas - Nigel Short

1 P-4D P-4BD (Bil Hartston, o campeão britânico que se mostrou cético em relação ao potencial de Julian Hodgson e Nigel Short, terá que mudar de opinião depois deste movimento preparado por Nigel, baseado no livro "A Benoni", editora Bastsford, es-

então, mais uma vez, ratificarmos os termos do projeto de regulamentação já do conhecimento dos poderes Executivo e Legislativo, projeto esse referido acima no item 3.

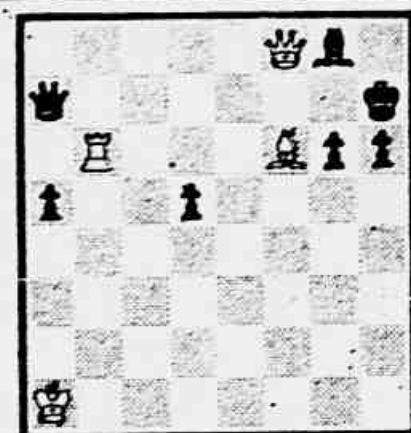
Rio de Janeiro, 26 de julho de 1976

Sindicatos dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (Otávio Augusto) e do Estado de São Paulo (Juca de Oliveira); Associação dos Atores em Dublagem, Cinema, Rádio, Televisão, Propaganda e Imprensa (Jorge Ramos); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (Waldeimar G. da Silva); Federação dos Empregados em Empresas de Difusão Cultural e Artística do Rio de Janeiro (Nacib Abrahão); Associação Profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Pedro Paulo Cava); Associação Profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Paraná (Waldyr Manfredini); Associação Brasileira de Documentaristas (Sérgio Sanz); Associação Brasileira de Cineastas (Leon Hirszman); Associação Paulista de Cineastas (Denoir de Oliveira); Sociedade Musical Brasileira - Sombras (Herminio Bello de Carvalho); Associação Paulista de Empresários Teatrais (Othon Bastos); Associação Carioca de Empresários Teatrais (Fernando Torres).

Leia e assine Opinião

crito pelo próprio W. R. Hartston) 2 P-5D P-4R 3 C-3BD P-3D 4 P-4R B-2R5 C-3B C-3BR 6 B-2R O-O 7 O-O C-1R 8 C-2D C-2D 9 P-4TD P-3CD 10 P-5R C-2B 11 PxB PxB 12 TxT CxT 13 C-4B C-2B 14 P-4B C-1R 15 C-5C B-3R 16 C-7T C-1C 17 PxB BxC 18 BxB PxB 19 C-5C C-3D 20 Cx DxC 21 T-3B (de outra maneira as Pretas contrariariam a coluna TD) C-2D (C-3B também seria possível) 22 T-3TD C-3B 23 D-3B D-2D 24 D-2R D-2B 25 R-1T R-1C?? (C via IR-3D mantém o bloqueio logo. Miles não pensou ganhar esta partida) 26 B-5DC? C-1R 27 BxC TxB 28 D-5C T-1C 29 B-3R P-3TR 30 R-1C B-4C 31 B-2B D-3D 32 T-4T B-1D 33 D-8R xeque D-1B 34 DxD xeque RxD 35 B-3C B-2B 36 T-7T T-1B 37 R-1B R-2R? (O rei Branco avança pelas casas brancas irresistivelmente) 38 BxP Abandonam.

Problema nº 195:



As Brancas dão mate em quatro lances.

Nesta posição, semelhante a um jogo real, ocorre uma composição especial na qual especialistas em solucionar problemas e jogadores práticos podem competir em igualdade de condições.

Solução do nº 194.

1 D-8C... se 1.... R-5R 2 D-5D; ou se 1.... RxC 2 B-5D, ou se C-5R 2 B-1D. Ou ainda, para qualquer movimento do cavalo das negras: 2 B5D.

INDICAÇÕES



CINEMA

Stavisky (idem), de Alain Resnais, França, 1974. O último Resnais que nos chega com algum atraso e que causou grandes polêmicas quando de sua estréia no Festival de Cannes. Condor Lardo-Machado, Condor Copacabana, Império, América e Imperator (Rio)

Desajuste Social (Accattone), de Pier Paolo Pasolini, Itália, 1961. Primeiro filme do diretor italiano de **Medeia** e **A Terra Vista Da Lua**, ainda extremamente marcada por uma influência neo-realista. Lido 2, Cinema 2 (Rio)

O Homem Que Queria Ser Rei (The Man Who Would Be King), de John Huston, Estados Unidos / Inglaterra, 1975. Um filme de aventuras baseado em relato de Rudyard Kipling realizado por um dos mais característicos diretores do cinema americano. Opera, Roma-Bruni Studio-Tijuca, Tijuca Place, Bruni Copacabana, Pathé, Paratodos (Rio)

A Bela da Tarde (Belle de Jour), de Luiz Buñuel, França 1967. Um dos mais famosos e instigantes trabalhos do bruxo espanhol realizado na década passada. Rio Sul (Rio)

Lição de Amor, de Eduardo Escorel, Brasil, 1975. Uma sutil análise de como a burguesia, nasce e se instala no centro das decisões. Expressivos trabalhos plásticos de Murillo Salles (cinegrafia) e Anísio Medeiros (décors e figurinos). Presenças admiráveis de Lillian Lemmert e Irene Ravache. Belas Artes Mário de Andrade (São Paulo)

A História de Adèle H (L'Histoire D'Adèle H), de François Truffaut, França, 1974. A história da filha de Victor Hugo, alguém que ousou assumir até o fim as suas posições, narrada de maneira cerebral e distanciada por Truffaut em um de seus filmes mais expressivos. Marachá Augusta (São Paulo)

Vida em Família (Family Life), de Ken Loach, Inglaterra, 1972. Liberdade e cárcere, psiquiatria e anti-psiquiatria, um filme que procura, a partir de uma elaborada adaptação dos códigos visuais do *cinéma vérité*, ilustrar os bons propósitos das teses do famoso Dr. Laing. Rio (São Paulo)

Corações e Mentes (Hearts and Minds), de Peter Davis, Estados Unidos, 1974. Oscar de melhor documentário pela Academia de Ciências e Artes Cinematográfica de

Hollywood, um documentário sobre a guerra do Vietnã, suas causas e seus efeitos, usando farto material e flagrantes muitas vezes chocantes, apelando permanentemente para a mais pura e deslavada emoção. Arouche Estúdio A (São Paulo)

O Amor À Tarde (L'Amour L'Après Midi), de Eric Rohmer, França 1973. Esplêndido filme francês assinado pelo mesmo diretor de **Ma Nuit Chez Maud** que, em português, recebeu o inventivo título de **Minha Noite Com Ela**. Dia 6, às 24h, Cinema I (Rio)

Juventude Transviada (Rebel Without A Cause), de Nicholas Ray, Estados Unidos, 1955. James Dean, o grande star americano dos anos 50, no filme que mais marcou a sua imagem de garoto rebelde e complicado junto ao público do mundo inteiro. Dia 7, às 24h, Studio Paisandú (Rio)

III Mês do Cinema Brasileiro. Dia 6, às 21h, no CineClube Glauber Rocha, **A Falecida**, de Leon Hirszman; e no CineClube Marco Zero, às 20h, **O Amuleto de Ogum**, de Nelson Pereira dos Santos; dia 7, às 21h, no CineClube Macunaima, **Macunaima**, de Joaquim Pedro de Andrade; dia 8, às 20h30m, no Cine Clube Glauber Rocha, **São Bernardo**, de Leon Hirszman; e às 20h, no CineClube Leme, **Meteorango Kid, Herói Intergaláctico**, de André Luiz de Oliveira; às 20h, no CineClube Adhemar Gonzaga, **Compasso de Espera**, de Antunes Filho; dia 9, às 21h, no CineClube Studio 43, **A Virgem Prometida**, de Iberê Cavalcanti; dia 12, às 20h, no Cineave, **O Grande Momento**, de Roberto Santos; e, no mesmo horário, no Centro Educacional de Niterói, **Nordeste: Cordel, Repente, Canção**, de Tânia Quaresma (Rio)

Semana Vera Cruz. Dia 6, **A Família Lero Lero**, de Alberto Pieralisi; dia 7, **Uma Pulga na Balança**, de Luciano Salce. Todos os dias às 20h e 22h, no Museu Lasar Segall (São Paulo)

Curta-metragens franceses. Les Eloquentes, de Jacques Guillon, montagem de fragmentos de filmes franceses da década de 20 e sua **avant-garde** cinematográfica, e **Abel Gance — Hier et Demain**, de Nelly Kaplan, documentos sobre o cineasta francês com pequenos **flashes** de sua vida e obra. Dia 8, às 16h, Museu Lasar Segall (São Paulo)

100 Filmes de Repertório Nacional E Estrangeiro. Dia 6, às 19h, seleção de Louis Lumière, e às 21h, Programa Georges Méliès e Emile Cohl, no Museu da Imagem e do Som; dia 7, às 19h e 21h, Programas Pathé e Gaumont, no MIS; dia 8, às 19h, Pathé e Gaumont, às 21h, Programa Max Linder, no MIS; dia-9, no ECA, às 10h30m e 12h, primitivos brasileiros, no ECA; dia 10, às 9h, **Stenka Rasine**, de V. Romachkoff, **O Padre Sérgio**, de I. Protazonov; às 10h30m, **Os Pequenos Diabos Vermelhos**, de I. Perestiani; e, às 12h, **Cabiria e Marcus Lycinus**, de G. Pastrone, no ECA; e, às 21h, no MIS, primitivos brasileiros; dia 11, às 9h, 10h30m e 12h, programas David Wark Griffith, incluindo **Intolerance** e **The Birth of A Nation**, no ECA, e às 21h, no MIS, primitivos brasileiros; dia 12, às 21h, no MIS, documentos mineiros. (São Paulo)

TEATRO

Os Icks (idem), de Peter Brook, D. Cannan e C. Higgins. Tradução de Celso Nunes, M. Rosário e L. Navarro. Direção de Celso Nunes. Com Márcio Tadeu, Paulo Betti, Reinaldo Santiago, Waterloo Gregório, Anton Chaves, Eliane Giardini, Iacov Hillel, Isa Kopelman, Marcilio Rosário, Maria Elisa Martins, Stela Freitas. Baseado no livro **O Povo da Montanha**, do antropólogo inglês Colin Turnbull, o espetáculo narra a dolorosa decadência de uma tribo africana. Teatro Experimental Cacilda Becker. (Rio)

A Mais Sólida Mansão (More Stately Mansion), de Eugene O'Neill. Tradução de Bárbara Heliodora. Direção de Fernando Torres. Com Fernanda Montenegro, Zanon Ferriti, Yara Amaral, Fernando Torres, Carlos Gregório, Antônio Ganzarolli. Mais um recital do que um espetáculo em que a soberba interpretação de Fernanda Montenegro ajuda a manter vivo o interesse universal deste fascinante estudo sobre o poder. Teatro Glória (Rio)

Os Filhos de Kennedy (Kennedy's Children), de Robert Patrick. Tradução de Milor Fernandes. Direção de Sérgio Brito. Com Maria Helena Pader, Otávio Augusto, Vanda Lacerda, Leonel Linhares, Suzana Vieira e José Wilker. Um longo mea culpa de cinco personagens clichês da ala não oficialmente **established** da sociedade americana. Teatro Senac (Rio)

Equus (idem), de Peter Schaffer. Tradução de Amália Zeitel. Direção de Celso Nunes. Com Rogério Frões, Ricardo Blat, Monah Delacy, Bettina Vianny, Bibi Vianny, Antonio Patiño e outros. Montagem carioca realizada pelo diretor (**O Interrogatório, Seria Cômico Se Não Fosse Sério**) da bem sucedida versão paulista. Teatro do BNH (Rio)

A Noite do Antilope Dourado, de Fernando Mello. Direção de Oswaldo Loureiro. Com Mário Cardoso, Nestor Montemar e André Valli. A nova peça de **Greta Garbo, Quem Diria, Acabou No Irajá**, e uma variação sobre o mesmo tema. Teatro Santa Rosa (Rio)

O Último Carro, de João das Neves. Direção de João das Neves. Com Iva Niño, Ivã Cândido e outros. Texto inspirado nos problemas dos usuários dos trens suburbanos cariocas. Teatro Opinião (Rio)

Gota D'Água, de Paulo Pontes e Chico Buarque de Holanda, a partir de uma ideia e de um especial de televisão de Oduvaldo Vianna Filho. Direção de Gianni Ratto. Com Bibi Ferreira, Oswaldo Loureiro, Roberto Bonfim, Carlos Leite e grande elenco (inclusive bailarinos). A tragédia de **Medeia** (que virou Joana) transportada para um conjunto do BNH, onde uma cadeira serve de símbolo do poder para que haja um discurso sobre o(a) mesmo(a). Teatro Carlos Gomes (Rio)

Concerto N° 1 Para Piano E Orquestra, de João Ribeiro Chaves Neto. Direção de Sérgio Mamberti. Com Madalena Nicol, Dionísio Azevedo, Regina Duarte, Liana Duval, Aizita Nascimento, Umberto Magnani, Marta Ylma, Eduardo Andrews e Claudio Savietto. Texto nacional bem recebido pelos críticos quando de suas leituras públicas no Rio e em

São Paulo. Teatro Bandeirantes (São Paulo)

Mockinpott (idem), de Peter Weiss. Direção de José Luiz Gomez. Com Henrique Lisboa, Miguel Ramos, Ismael Ivq e outros. De como as noções de liberdade e prisão fazem um homem questionar a própria realidade em que vive. Teatro Paoli (São Paulo)

O Noviço, de Martins Penna. Direção de Osmar Rodriguez Cruz. Com Cláudio Correia e Castro, Nise Silva e outros. Mais um espetáculo da famosa comédia do mais interessante comediógrafo brasileiro do século passado. Teatro Brasileiro de Comédia (São Paulo)

A Rainha do Rádio, de José Saffioti Junior. Direção de Antonio Abujamra. Espetáculo de texto nacional (mais um monólogo de um ser humano reprimido) com a irmã de Cacilda de volta aos palcos. Teatro SESC (São Paulo)

Laço de Sangue, de Athol Furgard. Direção de Tereza Aguiar. Com Rofran Fernandes e João Acaiaze. Primeira peça sul-africana exibida no Brasil, assinada por um autor muito bem recebido pela **intelligentzia** de além mar. Teatro Ruth Escobar (São Paulo)

A Margem Da Vida (The Glass Menagerie), de Tennessee Williams. Direção de Flávio Rangel. Com Beatriz de Toledo Segall, Jorge Cirutti, Ariclé Perez e Fernando de Almeida. Texto clássico de Williams e em espetáculo igualmente clássico assinado por Flávio Rangel. Studio São Pedro (São Paulo)

EXPOSIÇÃO

Carlos Zillo — propostas. Um dos mais importantes artistas plásticos brasileiros contemporâneos em mais uma exposição que confirma a alta qualidade de suas pesquisas de vanguarda. Museu de Arte Moderna (Rio)

Alberto Ribas — performance. Dias 6 e 7, às 21h, na Petite Galerie (Rio)

LIVROS

Antologia Poética, de Murilo Mendes (Editora Fontana / MEC, Cr\$ 20,00). Finalmente uma representação ao público de um dos mais instigantes poetas brasileiros, felizmente ainda não institucionalizado como monstro sagrado de nossa intelectualidade.

Sinal Amarelo, de Newton de Lucca (Edição do autor, 67 páginas). Epigrafe de Fernando Pessoa e poesias que falam, entre outras coisas, que o poeta jaz no túmulo das coisas.

Instante, Vida e Morte, de Joice César Pires (Editora Artenova, 74 páginas). A autora classifica sua obra de romance de estrutura dialética ou romance-ensaio e agradece sua formação intelectual a, entre outras pessoas, Marcuse, Marx, Hegel, Platão, McLuhan, Yung e Pavlov e, de modo geral, aos pesquisadores e teóricos de embriologia e genética.

Os Chefes, de Mario Vargas Llosa (Nova Fronteira, 193 páginas, Cr\$ 45,00). Contos escritos pelo conhecido escritor peruano, autor de **A Casa Verde** e **Batismo do Fogo**.

Le Rêve et l'Histoire, Deux Siècles d'Amérique, de Claude Julien (Grasset, 352 páginas, 48f). A confrontação da história, da mitologia e da realidade americana.

Les Mythes Fondateurs De La Nation Américaine de Elisa Marieuztras (Maspéro, 384 páginas, 55f). Um completo e rigoroso inventário do sonho americano desde suas origens.

La Crise de L'Impérialisme Et La Troisième Guerre Mondiale, de Noam Chomsky, Yann Fitt, André Farhi, Jean-Pierre Vigier (Maspéro, 292 páginas, 50f). Uma análise da crise mundial causada pela alta do petróleo organizada pelos Estados Unidos e de suas causas possíveis: guerra, revolução, fascismo e capitalismo.

Lyssenko, Histoire Réelle D'Une Science Proletarienne, de Dominique Lecourt (Maspéro, 257 páginas). Um dos grande interesses do livro reside, segundo os críticos franceses, no *avant propos* escrito por Louis Althusser.

A pedido de leitores, endereços de algumas livrarias do eixo Rio-São Paulo onde podem ser encontrados e encomendados livros estrangeiros: Livraria Leonardo da Vinci, Av. Rio Branco 185, sub-solo (Rio); Livraria Muro, Rua Visconde de Pirajá 82, sub-solo (Rio); Livraria Francesa, Rua Dias da Rocha 42, (Rio); Livraria Duas Cidades, Rua Bento Freitas 158 (São Paulo); Livraria Francesa, Rua Barão de Itapetininga 275 (São Paulo); Livraria Triângulo, Rua Barão de Itapetininga 255, (São Paulo); Livraria Parthenon, Rua Barão de Itapetininga 140, sobreloja (São Paulo); Livraria ABC, Rua São Luiz 282, (São Paulo); Livraria Ciências Humanas, Rua Sete de Abril 264, (São Paulo)

REVISTA

Cadernos do CEAS, número 43, maio/junho 1976 (CEAS, Rua Aristides Novis 101, Salvador, Bahia). Um editorial sobre a Igreja na América Latina, um artigo de José Henrique Santos sobre a filosofia e crítica da ciência, Ana Clara Torres Ribeiro e Isabel Fontenelle Picaluga escrevem sobre biscateiros e trabalhadores rurais na área do Grac de Rio, o Clóvis Carlos Rossi expõem suas opiniões sobre a dívida externa e suas conseqüências.

Música do Planeta Terra, número 4, Cr\$ 7,00 (Editora Ground Informação, Rua Siqueira Campos, sobreloja 56, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Um **bric-à-brac** que reúne num mesmo saco William Burroughs, Marcel Duchamp, Jim Morrison, Duke Ellington, Jazz-Rock, poesias (inclusive de Rita Lee e uma carta de amor de Caetano Veloso a Elis Regina).

Proposta, número 1, junho/julho/agosto 1976 (FASE, Rua das Palmeiras 90, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Para seus editores, esta revista nasce para servir à educação de base.

Como refutar que a crítica institucionalizada estaria reproduzindo a ideologia expressa pelo teatro de bilheteria?

Colunismo teatral?*

José Arrabal



Licínio Neto

O Simpósio de Crítica Teatral realizado recentemente no Teatro Cacilda Becker, Rio, pretendeu fechar a série de debates patrocinada pelo Serviço Nacional de Teatro. Como tal, se não conseguiu trazer nenhuma polêmica entre o establishment da crítica teatral carioca e o parco público presente, serviu como reflexão à própria crítica e suscitou questões inerentes ao funcionamento daquela como prática jornalística especializada. Senão vejamos: até que ponto o exercício da crítica não estaria excedendo o limite da análise imparcial e enveredando pelos caminhos do abuso de poder pessoal?; qual seria a autonomia da crítica na medida em que seus representantes estão sujeitos a acatar linhas editoriais e outros desmandos de empresas em relação às quais dependem material e financeiramente?; que tipo de utilidade possuiria a Associação Carioca de Críticos Teatrais se, em suma, seus componentes acham-se divididos em diversas tendências, limitados pela auto-censura e preocupados em estabelecer contatos somente com seus públicos particulares?; como se poderia refutar que a crítica institucionalizada não estaria reproduzindo e incentivando a ideologia dominante expressa pelo reacionário teatro de bilheteria?; que critérios seriam obedecidos para balizar as análises de espetáculos dentro e fora do circuito comercial?; como se erradicaria do panorama da crítica a atual função inquisidora evidenciada pela prática judiciária do bom e do mau?; que vantagens adviriam do papel da atividade crítica como antídoto do espetáculo, o que, consequentemente estipularia uma relação dialética entre uma e outro? Enfim, como retirar o pobre leitor do convívio empático e paternalizado pelo estilo do crítico se, paradoxalmente, grande escala destes profissionais está convicta de que as variações do discurso não alteram o conteúdo do fato? É evidente, porém, que estas injunções estão submetidas a outros mecanismos que transcendem as discussões teóricas em prol de uma maior sustentação da crítica enquanto parte integrante do contexto teatral, como por exemplo: baixa remuneração, espaço reduzido para publicações, inexistência de uma imprensa setorializada, censura, isto sem contar o

gratuito maniqueísmo daqueles que fazem do deboche o cerne da atividade

Contudo, entre goles de água mineral e risadas cúmplices, três longas horas de tédio acabaram por entrevar quaisquer pretensões, pois as bases que legitimam o levantamento das dúvidas citadas não foram sequer lembradas. Com exceção de alguns pronunciamentos esporádicos por parte da incauta plateia - em geral redundantes -, a linha condutora dos debates descambou para o campo dos comentários improficuos e, diga-se de passagem, manipulada com habilidade por aqueles burocratas do saber livresco: porque a Air France não oferece duas passagens a Paris para os autores de Gota d'Água?; qual seria a viabilidade de se criar algum prêmio nacional de teatro?; que motivos teria Clive Barnes para professar um amor vocacional pelo teatro?; como poderá haver "diálogo" entre leitor e crítico?; deverá se associar a humildade à crítica para se eliminar as atitudes prepotentes?; o teatro de revista deverá ser avaliado segundo opiniões pessoais? Em resumo, um rol infundável de tolices demonstrou categoricamente que, fora das laudas normais de cada qual, há um total despreparo no que se refere a realimentar os códigos convencionalmente usados para a elaboração da crítica.

Por outro lado, o fato da crítica haver saído às ruas parece comprovar a ocorrência de uma embrionária mudança de mentalidade em alguns setores da crítica teatral, já que esta espécie de iniciativa - ao se tornar sistemática - poderá assegurar subsídios necessários para uma política direta de desemperramento e desburocratização da crítica enquanto responsável pela instauração de um nefasto tendencial de gosto. Finalmente, a despeito do comprometimento inicial de que a finalidade maior daquele evento se assentaria em uma crítica da crítica, os mais conservadores entraram em visível conluio e tomaram as rédeas de um debate que esteve longe de elucidar a própria validade do encontro, muito menos a real situação da crítica brasileira contemporânea. A permanecer em voga esta concepção barroca, tempo virá em que a crítica vai se reunir para relatar mexericos de bastidores.

Observando o ambiente e o desempenho predominante da crítica teatral que se tem, costume dizer que vivemos a Idade da Crítica Lascada. E neste sentido, os chamados críticos desempenham uma função jornalística muito simples: são nem mais, nem menos, colunistas. Do mesmo modo que existe o colunismo social, o colunismo político, as colunas esportivas, há também, na imprensa dominante, o colunismo teatral. E nesses termos, a qualidade de crítica, no seu significado maior, não lhe é muito própria.

A palavra crítica nos remete a uma função de transformação de dada realidade criticada. Assim, deveria a crítica teatral estar comprometida com a transformação histórica do teatro que se tem. A observação aqui é de cunho idealista, pois que a crítica existente, tomada ao pé da letra como uma atividade transformadora, deixa muitíssimo a desejar. Ela reproduz a ideia historicamente já negada da divisão do trabalho em trabalho intelectual e trabalho manual. A crítica institucionalizada exercida pelos colunistas de teatro não produz espetáculos. É uma crítica de gabinete, desligada da produção imediata de seu objeto de análise. Portanto, como irá transformar uma realidade em que não age diretamente?

Em nosso tempo, o crítico teatral essencial é aquele que existe ligado a dada montagem de teatro, ou a dado movimento que impulsiona ativamente a feição histórica do teatro. Por isso, dentro de meu raciocínio, se me perguntarem quem eu considero críticos, digo sem o menor temor, que críticos o foram Bertolt Brecht, Erwin Piscator e outros grandes revolucionários do teatro contemporâneo. Como hoje, em termos de Brasil e América Latina, direi que nosso grande crítico é Augusto Boal, entre outros que andam por aí, onde é possível, se batendo na prática por um teatro de libertação. Libertação inclusive das próprias estruturas rígidas do teatro que se tem, aqui e agora, incapaz de expressar nosso mundo em termos teatrais, como um mundo em transformação.

Mas na verdade, então, qual o sentido do desempenho do colunismo teatral? Desprezando as nuances do trabalho pessoal de cada um desses colunistas, na verdade mesmo, tem-se mais uma espécie de burocracia do saber. Um saber adquirido através da leitura de alguns livros, expresso pelo poder de cada uma de suas colunas, adquiridas muitas vezes, por sorte, por simpatia pessoal, fruto de relações de amizade com jornalistas ou aproximação com jornais. Poderosa nesse sentido, a crítica predominante, com relação ao teatro, exerce uma atividade, sem dúvida, judicial.

Tal poder se circunscreve num âmbito muito pequeno de uma atividade voltada à diversão: o teatro. Atividade, contudo, que se reveste de outro aspecto em nossa sociedade, pois que é feita mercadoria: objeto de compra e venda, controlado por empresários capitalistas totemizados nas bilheterias das casas de espetáculo. Ao bom ou mau funcionamento dessas bilheterias, serve o colunismo teatral - predominantemente, é

bom que se frise -, com os préstimos de seus porta-vozes, burocratas do saber, Juizes em função. Ainda que certos matizes liberais presentes na formação desses colunistas, os leve a sentir repulsa pelo reconhecimento desse papel tão impróprio às suas idealizações culturais e mesmo intelectuais. Aqui reside uma contradição: os profissionais do colunismo teatral são também mercadoria de seus jornais. São também explorados por seus jornais. Isto às vezes os descontenta, pois que os aprisiona nas suas necessidades e os reprime em suas aspirações: é característica da sociedade em que se vive.

Mas na verdade, com relação ao trabalhador do espetáculo, esse colunismo é poderoso. Pobre poderoso com tão pouco poder.

A confirmação do caráter judicial dessa atividade se constata na utilização comum, nas colunas de teatro, de expressões como: "determinado ator não tem culpa de seu desempenho...", ou ainda, "a culpa é do diretor". E demais variantes da mesma linguagem. Ora, quem determina a culpa; quem absolva ou condena, exerce ou não uma atividade judicial? E o código desse juiz, nesses termos, é o código do gosto dominante, feição da mercadoria que é distribuída para um público reduzido que pode comprá-la: público partícipe e identificado, em sua maioria, com os interesses das classes sociais dominantes. Classes que impõem, para dominar, a mentalidade da sociedade. Impondo, por conseguinte, o gosto, o feição do belo de sua arte. O código imposto da crítica existente, no desempenho de sua atividade judicial.

Por isso e por algumas outras coisas mais, a atividade do colunismo teatral, em jornais que mais ou menos defendem a existência do "estado de coisas" social, é uma atividade limitada. Limitadíssima, no sentido de uma transformação histórica do teatro. A limitação da crítica, hoje, reflete também a limitação da cultura brasileira, de nosso ambiente cultural em estágio de repouso relativo. Além de interpretar a conformação do gosto dominante e conservador, pouco pode fazer no sentido de uma transformação do teatro. O que contudo não a justifica. Pois sobretudo, a nega, enquanto crítica. Ainda que, contraditoriamente, por alguns matizes de sua formação e desempenho liberais, ela seja um tanto necessária, enquanto atividade jornalística: a luta contra o cerceamento do teatro, travada por alguns desses colunistas, é prova disto. A divulgação de alguns experiências de teatro de libertação por outros poucos desses colunistas, em seus jornais, é mais um aspecto positivo dessa atividade.

Mas de resto, como já disse, essa limitação reflete não só a limitação do espaço e do tempo em que se atua, como também a própria limitação crítica do teatro que se tem. E assim sendo, a crítica é pouco polêmica, na medida também da pouca polêmica do ambiente cultural. E nesse ambiente, se o colunismo teatral é mais ou menos cordato com relação à ideologia dominante, ao gosto do establishment; sua atitude com relação ao teatro em si, ao trabalhador teatral será autoritária,

nos termos da prática comum mais ou menos autoritária desse mesmo ambiente. Malgrado a contradição de sua atividade em favor da liberdade de expressão. E o colunismo teatral inscreve esse autoritarismo, fruto do poder jornalístico que tem, escondendo-o sob um manto mitológico: a ideia falsa de que se exerce um comentário teatral imparcial. Quando se sabe que não há, nem pode haver imparcialidade nessa atividade, pois expressa, em última instância, o partido de cada jornal.

Assim, o impasse da crítica, sua importância, sua limitação, como também seu autoritarismo, sua distância do teatro, é diretamente proporcional à impotência, à limitação e à distância do teatro da própria crítica da realidade. Por outro lado, o teatro empresarial que se tem, acomodado num teatro de grande empresa, dependente das "benesses" da política cultural do Estado, esse teatro empresarial precisa de uma crítica judicial, de um colunismo comprometido com a bilheteria, portavoze de propaganda positiva ou negativa de cada espetáculo. Propaganda que é função desse burocrata do saber teatral que no seu gabinete pontifica, julga como um juiz temido, detentor da opinião especial que proclama se tal montagem deve ou não ser assistida. Ou melhor, se tal empresário deve ou não ter mais ou menos lucro. Daí seu comentário ser sobretudo uma seqüência de adjetivos.

Mas nesse ambiente de comentário teatral distanciado da prática do teatro, nem tudo está perdido. A crítica existente tem suas contradições. Como o próprio teatro institucionalizado também as tem. E do mesmo modo que quanto ao teatro empresarial, já se anuncia o lento movimento de um teatro não-empresarial, nesse teatro não-empresarial haverá lugar para a formação de uma nova geração de críticos, a partir da preocupação desse teatro novo com questões ligadas à ciência da história, onde se inscreve a história da arte.

O que disse não tem a intenção de depreciar o trabalho do colunismo teatral, mesmo porque o exerço. Estou é tentando determinar o lugar histórico de sua atividade, aqui e agora. E o que me permite falar assim é também reflexo da realidade de nosso desempenho contraditório. Pois que a crítica da "crítica" não deve ser feita como uma crítica de aspectos, de detalhes, uma crítica personalizada da atividade cotidiana da "crítica teatral" que se tem. A crítica da "crítica" é a denúncia de seu papel de crítica que veicula a ideologia dominante, o gosto e os velhos padrões da mentalidade dominante. Uma crítica da "crítica" que exista, em primeira instância, no próprio trabalho teatral dos atores e grupos expressando um novo modo de interpretar o real.

Pois que a crítica da "crítica" deve ser sobretudo um dos componentes de uma outra crítica maior: a crítica ao ambiente cultural e histórico em que essa crítica judicial, esse colunismo teatral autoritário, existe e pontifica.

* Comunicação à plateia, feita pelo jornalista José Arrabal, por ocasião do Simpósio sobre Crítica Teatral, realizado no Teatro Cacilda Becker, Rio.